

O Léxico em Estudo

HGFEDCBAABCDEF GHIJK

GRAFIA . TOPONÍMIA . LEXICOLOGIA . ETIMOLOGIA . NEOLOGISMO . CULTURA . TERMINOLOGIA

KJIHG FEDCBABCDEF GHIJK

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra
(org.)

É com satisfação que a Faculdade de Letras da UFMG, no quarto ano de sua reestruturação acadêmica e administrativa, apresenta este volume *O Léxico em Estudo*, que congrega trabalhos dos docentes/pesquisadores integrantes do Grupo Mineiro de Estudos do Léxico - GruMEL, coordenado pela Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra da FALE/UFMG. Esta coletânea conta também com artigos de pesquisadores de outras instituições mineiras e brasileiras, fornecendo rico material sobre os estudos lexicais contemporâneos no Brasil.

A relação léxico e cultura é a ancoragem geral dos artigos que aqui se apresentam: seja naqueles em que se exploram dados do léxico mineiro, a toponímia ou o aporte lingüístico - cultural de origem africana, seja nos de cunho teórico-metodológico sobre o léxico em geral, a lexicologia, a lexicografia em geral ou a toponímia em particular; ou sobre a gíria brasileira, inovações lexicais, léxico e ideologia, dentre os variados e instigantes temas abordados. O estudo criterioso de casos, baseados em dados reais da língua portuguesa brasileira, fidedignamente documentados, revelam a fecundidade dos atuais estudos sobre o léxico. ▶

O Léxico em Estudo

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra
(Organizadora)

O Léxico em Estudo

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2006

Copyright © 2006 dos Autores

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Diretora: Profa. Eliana Amarante de Mendonça Mendes
Vice-Diretora: Profa. Veronika Benn-Ibler

Projeto Gráfico, e Editoração Eletrônica: Marco Antônio e Alda Durães
Capa: Bernardo Vasconcellos

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da FALE/UFMG

L679 O léxico em estudo / Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (organizadora) . -
Belo Horizonte : Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

243 p. : il. ; 15,5 x 22,0 cm.

Inclui referências.

ISBN: 85-87470-99-X

1. Língua portuguesa – Lexicografia. 2. Língua portuguesa –
Regionalismos – Brasil. I. Seabra, Maria Cândida Trindade Costa de.

CDD : 469.2

Faculdade de Letras
Av. Antônio Carlos, 6627
Belo Horizonte, MG
31270-901
Fone: (031) 3499 5106
FAX: (31) 3499 4124

<http://www.lettras.ufmg.br>

Sumário

Apresentação.	7
-----------------------	---

VERNÁCULO

O dialeto rural não é mais aquele...

Carolina Antunes

<i>Marlene Machado Zica Viana</i>	13
---	----

Léxico e Etimologia: a propósito de alguns
vocábulos usados em localidades Norte-Mineiras

<i>Evandro Silva Martins</i>	31
--	----

“Jeitinho Brasileiro” – A expressão idiomática no
português do Brasil: uma contribuição para o léxico
da língua

Maria Auxiliadora da Fonseca Leal

<i>Soélis Teixeira do Prado Mendes</i>	43
--	----

Palavra africana em Minas Gerais

Sônia Queiroz

<i>Amanda Sônia López de Oliveira</i>	59
---	----

TOPONÍMIA

A toponímia mineira: o caso de Macabelo

<i>Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen</i>	77
---	----

Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de
caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do
Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas
Toponímico do Brasil)

<i>Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick</i>	91
--	----

De Laguna de los Xarayes a Pantanal: mito e realidade impressos na Toponímia <i>Aparecida Negri Isquerdo</i>	119
Gualacho, Mato Dentro, Outra Banda – topônimos da Região do Carmo – MG: questões léxico-históricas <i>Maria Cândida Trindade Costa de Seabra</i>	137
DICIONÁRIO	
Lexicografia: o léxico no dicionário <i>Maria da Graça Krieger</i>	157
Um dicionário para o Português do Brasil <i>Maria Tereza Camargo Biderman</i>	173
Análise parcial da microestrutura dos verbetes no “Novo Dicionário da Gíria Brasileira”, de Manuel Viotti <i>Soélis Teixeira do Prado Mendes</i> <i>Maria Auxiliadora da Fonseca Leal</i>	185
IDEOLOGIA E NEOLOGISMO	
Os itens lexicais e sua atuação na interface entre Ideologia e Produção Lingüística <i>Evelyne Dogliani</i>	203
A inovação lexical e a dimensão social da língua <i>Aderlande Pereira Ferraz</i>	217
Neologismo: evolucionismo e criacionismo lingüísticos <i>Humberto Mendes</i> <i>Maria Cândida Trindade Costa de Seabra</i>	235

Apresentação

Sabemos que datam da Antigüidade as primeiras reflexões sobre a natureza do nome. Apesar dessa constatação, o estudo do nome ou o estudo do léxico é sempre um tema atual, de grande multiplicidade, uma vez que congrega o lingüístico e o extralingüístico.

Responsável por nomear e exprimir o universo de uma sociedade, o léxico encontra-se arraigado à história, tradição e costumes de um povo, estando, por isso, em constante processo de expansão, alteração e contração. Devido a essas características, é considerado o subsistema mais dinâmico da língua.

Agrupados em torno desse tema, cadastramos como Núcleo de Estudos da Faculdade de Letras da UFMG, no início de 2005, o GruMEL – Grupo Mineiro de Estudos do Léxico. Como Núcleo de Pesquisa interdisciplinar que contempla o estudo do léxico sob diferentes perspectivas teóricas, a proposta é que o GruMEL constitua um espaço estimulante ao diálogo entre acadêmicos de diferentes instituições.

Este livro é, pois, o início da concretização desse diálogo. Entre os autores estão os membros do Núcleo: Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen (UFMG), Maria Auxiliadora da Fonseca Leal (UFMG), Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG), Evelyne Dogliani (UFMG), Soélis Teixeira do Prado Mendes (Doutorado-UFMG), que estudam o léxico sob o enfoque da lingüística histórica; Carolina Antunes (UFVJM) e Marlene Machado Zica Viana (UFMG), que vêm realizando pesquisas com o léxico regional do Vale do Jequitinhonha; Aderlande Pereira Ferraz (UFMG) e Humberto Mendes (Mestrado-UFMG), que estudam o neologismo; Sônia Queiroz (UFMG) e Amanda Sônia López de Oliveira (Graduação-UFMG) que estudam o léxico africano em Minas Gerais.

Contamos também com colaboradores externos renomados

– especialistas em lexicologia, lexicografia, toponímia e terminologia – a saber: Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (USP), Maria da Graça Krieger (UNISINOS), Maria Tereza Camargo Biderman (UNESP), Aparecida Negri Isquerdo (UEL), Evandro Silva Martins (UFU).

Os textos aqui apresentados reúnem-se em quatro seções temáticas. Na primeira seção, *Vernáculo*, Carolina Antunes e Marlene M. Z. Vianna analisam a variabilidade lingüística e a circularidade das mudanças fonéticas presentes no dialeto rural. Em seguida, Evandro S. Martins trabalha com o léxico e a etimologia ao abordar alguns vocábulos usados em localidades norte-mineiras. Em outro texto dessa seção, Maria Auxiliadora F. Leal e Soélis T. P. Mendes examinam algumas expressões idiomáticas como parte integrante do léxico. Já Sônia Queiroz e Amanda S. L. de Oliveira escrevem sobre a cultura afro-descendente em Minas.

Na segunda seção, *Toponímia*, Maria Antonieta Cohen trata do topônimo mineiro – Macabelo – antigo antropônimo Macabeu, datado do século XVIII e, nos dias de hoje, reanalisado como topônimo. No artigo seguinte, Maria Vicentina Dick documenta os fundamentos teóricos da Toponímia, discorrendo sobre o ATB e uma de suas variantes regionais – o ATEMIG. Aparecida Negri Isquerdo trata das designações toponímicas que sintetizam momentos distintos da região do Pantanal, e que, ao mesmo tempo, traduzem a percepção do denominador. Maria Cândida T. C. Seabra aborda questões léxico-históricas em três topônimos da Região do Carmo em Minas Gerais, enquanto aponta vestígios do passado lingüístico que transparece nesses nomes.

A terceira seção, intitulada *Dicionários*, inicia-se com um texto de Maria da Graça Krieger que aborda a questão da heterogeneidade do léxico e do tratamento desse em dicionários. No segundo texto desta seção, Maria Tereza C. Biderman trata do “Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa”, publicado em 1936, considerado o primeiro dicionário que registrou a variedade brasileira da língua portuguesa. Em seguida, Soélis T. P. Mendes e Maria Auxiliadora F. Leal analisam, parcialmente, a microes-

trutura dos verbetes no “Novo dicionário de Gíria Brasileira” de Manuel Viotti.

A quarta seção intitula-se *Ideologia e Neologismo*. Na primeira parte, Evelyne Dogliani trata dos itens lexicais e sua interface entre ideologia e produção de sentido. Pesquisando os neologismos, Aderlande estuda a dinamicidade dos mesmos, utilizando-se, para isso, de exemplos da publicidade. Ainda nesta seção, Humberto Mendes e Maria Cândida T. C. Seabra tratam da relação neologismos e estrangeirismos na língua portuguesa contemporânea.

Mesmo conscientes de que a variedade de textos aqui apresentados cobrem apenas parte de um vasto espectro do estudo do léxico, acreditamos ter contribuído, com esta publicação, para mais uma reflexão científica dos estudos lingüísticos sobre a natureza do nome.

Quero agradecer a colaboração dos autores que nos prestigiaram com seus estudos e, também, à Câmara de Pesquisa da Faculdade de Letras da UFMG pelo suporte técnico-financeiro para a publicação desta obra.

Belo Horizonte, julho de 2006

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra
Coordenadora do GruMEL – FALE/UFMG
Organizadora

Vernáculo

O dialeto rural não é mais aquele...

Carolina Antunes

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Marlene Machado Zica Vianna

UFMG

Resumée: L'objectif de cet article est celui d'analyser la variabilité linguistique qui a son origine, parmi d'autres, dans des facteurs géographiques, historiques, sociaux, culturels, dont procèdent des caractéristiques régionales. En outre, il veut montrer que certaines formes du dialect rural indiquent la circularité des changements phonétiques, qui sont naturels dans les langues. Ainsi, on ne se justifie pas considérer comme erronées des formes comme "mio", "mió", "muié", "teia".

Mots clés: langue, dialect rural, lexique.

Para dizerem milho dizem mio
Para melhor dizem mió
Para telha dizem teia
Para telhado dizem teiado
E vão construindo telhados
Oswald de Andrade

Os versos de Oswald de Andrade, nesse poema, estimulamos a tentar construir um telhado... ou teiado! Olhariam de viés e sorririam, talvez estranhamente, alguns puristas deslocados no século XXI. Por isso e para isso é que nos encorajamos, repetindo as palavras de Franz Fanon: “No mundo em que viajo, estou continuamente a criar-me. E é passando além da hipótese histórica que iniciarei meu ciclo de liberdade”.

Apropriamo-nos, pois, das palavras desse pensador para enfocar um entrelugar, o dos saberes populares, dentre os quais o dialeto rural ou dialeto caipira: seu léxico e todos os aspectos que o constituem.

Assim, este artigo trata desse dialeto, ou melhor, da variabilidade lingüística que advém de fatores geográficos, socioculturais, históricos, dentre outros, o que, no Brasil, considerando a diversidade existente no seu território, resulta em traços regionais característicos, apesar da influência normalizadora que avança em todas as direções a partir dos centros mais urbanizados.

Apesar das múltiplas e contraditórias impressões daí decorrentes, diríamos que elas têm nos impelido a querer compreender sempre mais, e de forma mais objetiva, as manifestações culturais populares e, logicamente, o seu modo de expressão, seus comportamentos lingüísticos. Diríamos ainda que, se, de um lado, leituras e discussões de teóricos da Sociolingüística, da Análise do Discurso, da Lingüística Textual têm servido para

subsidiar uma base teórica, de outro, viagens feitas ao interior de Minas Gerais – mais precisamente, ao Vale do Jequitinhonha, para trabalhar e/ou pesquisar –, conversas com agentes culturais regionais, a atenção constante às falas e a outros saberes populares têm servido para desvelar uma determinada atitude e nos fazer assumi-la através da experiência explícita e implícita de lidar com elementos pertinentes à linguagem em geral e à variação lingüística em particular.

Por isso é que, como parte constitutiva da significação do dialeto rural, ou de qualquer outro dialeto, há que se considerar o contexto histórico-social em que ele foi/é produzido e no qual o vocabulário é considerado uma grande fonte para os estudiosos da sociedade e da cultura.

Nesse sentido, é importante, então, que tanto o território quanto a cultura sejam pensados como realidades em contínua construção. Daí o pressuposto de que, em nenhuma região, a manifestação lingüística é um dado *a priori*, mas uma construção interminável decorrente da ação conjugada de fatores tais como os já mencionados, bem como dos fatores econômico e político, aos quais o fator social está diretamente atrelado.

Milho ~ mio, melhor ~ mió, telha ~ teia, telhado ~ teiado! Itens lexicais que se contrapõem na forma, evidenciando dicotomias: língua escrita x língua oral, língua padrão x língua não-padrão, língua do centro x língua da periferia. Trata-se, pois, de itens lexicais que contam história... a história de uma gente, de um dialeto.

A palavra *dialeto*, tomada aqui como sinônimo de *variante*, indica propriedades lingüísticas comuns a um grupo específico de falantes, e a palavra *rural* remete aos parâmetros básicos a partir dos quais uma variante lingüística pode ser descrita: o parâmetro geográfico, que diz respeito à sua localidade; o social, que se relaciona a um conjunto de fatores referentes à identidade dos falantes e à organização sociocultural da comunidade de fala.

O fato de se levar em conta esses parâmetros já representa um passo “além da hipótese histórica” de que fala Franz Fanon, uma vez que eles remetem à possibilidade de análise do fenômeno lingüístico sob um ponto de vista de capital importância: o da

problematização entre a separação da materialidade da língua e seus contextos de produção.

Nessa direção, *grosso modo*, pensa-se estar defendendo o chamado “discurso performático”, discutido por Homi K. Bhabha em *DissemiNação: Tempo, Narrativa e as Margens da Nação Moderna*, em que esse discurso se constrói em oposição ao “discurso pedagógico” e em que ambos se apresentam como estratégias para se fazer a narrativa da nação.

Semelhantemente à narrativa performática da nação apresentada nessa obra e, de certa forma, fazendo uma narrativa da nação, neste artigo, apropriando-nos de exemplos coletados em narrativas orais ou em frases ouvidas no Vale do Jequitinhonha, discutimos a concepção de língua modelar que caracteriza o discurso pedagógico da língua padrão e adotamos a concepção de língua como um sistema em uso efetivo em contextos comunicativos. Desse modo, o léxico constitutivo das frases

- 1 “A hora que suas vista cumeçá a zangá novamente, eu vô te dá aqui um punhado de cinza. Você não se esqueça, você joga essa cinza fora.”
- 2 “Aí ele foi po ixteriô. Foi istudá cum a bruxa. Foi disciplo. Foi aprendeno, aprendeno, aprendeno. Aprendeu tudo com a danada.”
- 3 “Ó, Juão, você num sai daqui, não! E nem vai pegá condução nessa istrada, não! Cê vai saí daqui a pé. Daqui a treis hora, vai chegá aqui treis rul ã e elas vão conversá com você.”
- 4 “Lá na cidade tinha um sobrado muito arto... Tinha ã moça muito istimada lá e guardada pelo pai, né? Uma gata! Tão bunita...”
- 5 “Ô, Juãozin, eu viro a rosa; Ventania vira pé de rosa e ocê vira beija-flor. Cê num dexa meu pai passá, não! Se ele vim pa passá, cê pinica ele.”
- 6 “Quando eu casei mais Benvinda e Benvinda casô cumigo – nós casamo de poco – aí nós foi lá pa praia passá a lua de mel no hotel e tal...”

pode indicar, minimamente, que o *local* da cultura não é unificado nem unitário em relação a si mesmo, e o que a constitui é um processo de hibridismo, que se manifesta, também, nas formas lingüísticas, gerando novas significações.

Sob a perspectiva de uma minoria, rompendo, pois, com a tradição, está se tentando, por um lado, *inscrever* o dialeto rural junto ao saber do dialeto padrão e, por outro, procurando incentivar a reflexão sobre a visão horizontal e homogênea com a qual essa língua é associada.

Na defesa desse discurso performático, valemo-nos da leitura de estudiosos da linguagem para, através de uma releitura do dialeto rural, construir o nosso próprio discurso, trazendo à tona um dado significativo para uma análise mais abrangente do fenômeno lingüístico: a relação entre língua, cultura e sociedade, intensamente presente na reflexão da Lingüística contemporânea.

Retomem-se do poema de Oswald de Andrade a seqüência:

a mio, mió, teia, teiado.

As palavras dessas seqüências – do dialeto rural, Língua Portuguesa Não-Padrão (LPNP) – julgadas, inúmeras vezes, desvios da língua, em geral inaceitáveis, integram, por oposição, as seguintes seqüências da Língua Portuguesa Padrão (LPP)

b milho, melhor, telha, telhado,

julgadas corretas, aceitáveis, estruturando o nosso discurso performático, que pretendemos seja caracterizado como modificador da tradição cultural.

Em a, a escrita dialetal denuncia a despalatalização do fonema líquido, graficamente representado por *lh* na LPP, conforme estão registradas as palavras na seqüência de b. Aliás, a despala-talização, tanto da consoante líquida quanto da nasal, é fenômeno produtivo no dialeto em questão, conforme atestam os exemplos (em itálico) nas frases a seguir:

- 7 “Quando os bicho chegaro de lá...lá perto de onde tava o buneco, o *cuei'* ...cadê o *cuei'*? O *cuei'* já *tia* cascado fora.”

- 8 “Aí a *muié* ficô ispanxada, a mãe do minino ficô ispanxada cum ele.”
- 9 “Óia, cê leva esse cabrito e fala: compõe, cabrito!”, que ele vai compô tudo quanto é *diêro* pr’ocê.”
- 10 “Ó, meu *fio*, cê num pode levantá farso, não! Levantá farso num pode!”
- 11 “Quando ele *vã* cá, diz que eles falava que era uma *paia*. De tão leve num sentia.”
- 12 “E naquela porta curria um rego d’água, correno assim... O cavalo *oiava* o minino, *oiava* o rego...”

As variantes milho ~ mio, mulher ~ muié, filho ~ fio, melhor ~ mió, palha ~ paia, telha ~ teia, coelho ~ cuei’, olha ~ óia¹ parecem comprovar a circularidade do processo de mudança fonética próprio às línguas naturais.

Observe-se que milho, mulher, filho, melhor e palha são formas originadas, respectivamente, das palavras latinas *miliu(m)*, *muliere(m)*, *filiu(m)*, *meliore(m)*, *palea(m)*; telha, coelho, olho procedem das palavras latinas *tegula(m)*, *cuniculu(m)*, *oculu(m)*.

No latim clássico, as palavras do primeiro conjunto – *miliu(m)*, *mulierem*, *filiu(m)*, *melio(m)*, *paleam* – tinham um hiato formado de vogal média ou alta, átona ou tônica, com outra vogal. Esse [e/i + v] no latim imperial, evoluiu em um iode, [y], originando os ditongos crescentes, [yu], [ye], [ya]. Tal mudança propiciou o surgimento do ambiente “consoante + semivogal + vogal”, que, por sua vez, atua como condicionador interno da palatalização. Assim é que, como explica Teyssier (1984, p.10), quando era seguido de um iode, originado de *i* e *e* em hiato, essa consoante passou a [i] palatal ou molhada.

Câmara Jr. (1985, p. 69) afirma que a nova estrutura silábica foi eliminada no romance lusitânico. Segundo ele,

¹ Objetivando simplificação, analisam-se as variantes olho ~ oio, e não olha ~ óia, que aparecem nos exemplos.

...a consoante que abria a sílaba do ditongo era /l/, /n/, /t/, /d/, /s/ ou (saído de /s/ intervocálico) /z/, a vogal assilábica /i/ foi absorvida na consoante, cuja natureza com isso se modificou.: /l/ e /n/ tornaram-se molhadas (*palha, cegonha, mulher*)...

Estudando mudanças fonéticas e, em especial leis fonéticas, entre as quais a assimilação, Lausberg (1974, p.99) define-a como “ajuntamento entre sons contíguos” e propõe uma classificação tipológica para o fenômeno geral da combinação de fonemas. Para esse autor, por influência mútua de sons contíguos, em lugar desses sons, surgiu – num processo de assimilação recíproca – um som completamente novo.

Assim encontra-se, p. ex., em lat. vulg. *filia* a sucessão de uma lateral apical *l* e de uma fricativa pré-dorsal *ɨ*. Em primeiro lugar palataliza-se o *l*, isto é, pronuncia-se com o acompanhamento de *ɨ*: [filja]. Mas, por fim, pronuncia-se, em vez do [l'] palatalizado e da fricativa [ɨ], uma lateral palatal (lateral pré-dorsal [ll]: [filla] (it. *figlia*).

Como já se viu, as palavras do segundo conjunto apresentado acima – telha, coelho, olho – tinham, no vocabulário latino, a forma *tegulam, cuniculum, oculum*. As vogais átonas – no caso o [u] – eram bastante frágeis, e a tendência comum a todo o romance ocidental – e aqui, especificamente, ao romance lusitânico –, era evitar os elementos vocálicos proparoxítonos. Assim temos *teg'la* por *tegulam*, *cunic'lu* por *cuniculum*, *oc'lu* por *oculum*.

A palatalização desses encontros consonantais é bem menos antiga que aquelas condicionadas por elementos vocálicos palatais. Observe-se, nesse sentido, em Mattos e Silva (1991, p. 86), o seguinte trecho:

Pode-se situar entre os séculos V e VIII, isto é, entre a queda do Império Romano e o despontar das variantes românicas, o surgimento de seqüências /CL/ decorrentes da perda da vogal não-acentuada. Resultarão na palatal /I/ – *oculu* > *oc'lu* > *o/I/o*, *apicula* > *apic'la* > *abe/I/a*, *ovicula* > *ovic'la* > *ove/I/a*, *tegula* > *teg'la* > *te/I/a*, *scopulu* > *scop'lu* > *esco/I/o*.

No dialeto rural – vejam-se as palavras estudadas –, desencadeou-se novo processo de mudança: milho > mio, mulher > muié, melhor > mió, palha > paia. O registro escrito dialetal denuncia, claramente, a despalatalização do fonema líquido [l] e a sua iotização. Tal substituição, comum em áreas rurais, pondera Câmara Jr. (1985, p. 55), pode ser explicada “pelo português crioulo dos escravos negros ou pelo substrato indígena, visto que nas línguas indígenas não há oposição /l/ - /r/ e /l̥/ como /l/ podem ter sido mal interpretados.”

Analisando as marcas do afluente africano no português, Segismundo Spina (1987, p. 25) alude ao fato de que vários fenômenos de mudança fonética ocorridos em Portugal também ocorrem no português falado no Brasil. Entre esses fenômenos, ele cita a vocalização do grupo “lh: *muyere*, por mulher; (...) *oyo*, por olho; *mioro*, por melhor...”

Entretanto, não é esse o parecer de Gladstone Chaves de Melo, ao estudar, no capítulo III de sua obra *A língua do Brasil*, edição datada de 1971, a influência do tupi no português. Outra seria a razão para a semivocalização do [l] palatal, representado por dígrafo <lh>. Trata-se, afirma o lingüista, de uma tendência comum que pode ser comprovada em línguas completamente distantes do tupi. Além disso, lembra Chaves de Melo (1971, p. 58), até o século XVIII, pelo menos no francês, o fonema representado pelo <ll>, precedido de *i* e seguido de vogal, era pronunciado como palatal. Exemplos: *papillon* / *papilhon*, *batalle* / *batalhe*, *famille* / *familhe*.

Hoje em dia, a pronúncia do francês comum é: *papiyon*, *cotiyon*, *bataiye*, *famiye*, isto é, deu-se na língua a evolução do *ll* para *y*, a mesma, pois, que no português desta banda do Atlântico. Uma excursão fácil pelos arraiais românicos mostraria que o fenômeno não é privativo do português popular do Brasil e do francês.

Usadas, de modo geral, pela população, principalmente do meio rural, formas como *mió*, *paia*, *teia*, *fia* etc. não são aceitas entre nós, embora correspondam às formas do francês *meilleur*, *paille*, *tuille*, *fille*, em que a pronúncia revela a conversão do [l] palatal

na semiconsoante [y]: [mEjoer], [paj], [tyil], [fij]. Evidencia-se, pois, a despalatalização no português popular do Brasil, no francês.

Essa mudança fonética pode ser também comprovada no espanhol, em que uma palavra como *calle* tem três realizações: [calhe], [caye], [caje]. À realização [caye], na qual se concretiza, conforme o dicionário da Real Academia Española (p. 1652), o “yeísmo, pronunciación de la *elle* como *ye*”, podem-se acrescentar, entre outras, as realizações *gayina* por *gallina*, *pooyo* por *pollo*.

Voltando ao texto-epígrafe de Oswald de Andrade e aos exemplos do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha aqui arrolados, pode-se dizer que eles nos levam a perceber a sensibilidade lingüística de nosso modernista, que faz arte, versejando com lexemas dialetais identificadores de nossa gente.

Em *meliozem* > *melhor* / *mió*, *mulierem* > *mulher* / *muié* houve a palatalização e a conseqüente despalatalização, já estudadas anteriormente. Constata-se, igualmente, que às formas *melhor*, *mulher*, a que se pode acrescentar *compor*, *levantar* e outras correspondem as variantes dialetais *mió*, *muié*, *compô*, *levantá*, que tiveram suprimido o *r* final originário.

Esse obscurecimento de sons finais é identificado por Coutinho (1977, p.32), como um dos traços fonéticos que caracterizam o sistema do latim vulgar, conforme ilustrado em: “*es (est)*, *dece (decem)*, *mecu (mecum)*, *posuerun (posuerunt)*, *pos (post)*, *ama, amat, biber, bibere*” e por Teyssier (1984, p. 8), que, arrolando aspectos inovadores da fonética brasileira, afirma sobre a pronúncia do *r* em final de sílaba: “Em certos registros familiares e vulgares, o português do Brasil tende a suprimir o *r* no final das palavras: ex: *doutô (doutor)*, *pegá (pegar)*, *fazê (fazer)*”.

Entretanto, não parece adequado considerar como aspecto inovador da fonética brasileira o obscurecimento do *r* em final de palavras. Prova disso é que esse emudecimento de consoantes finais, registrado no latim vulgar e no francês, continua ocorrendo. Esclareça-se tal afirmação com Lausberg (1974, p. 238), quando ele analisa o destino das consoantes finais no francês no decurso de sua evolução desde o século XIII.

...o desaparecimento (do *r*) se impôs decisivamente (infinito da 1ª conjugação): *chanter*, sufixo *-ier* (...) O *s* em final de

palavras é mudo desde o século XIII: *nez, mois, vous, trois*. (...) O -t final emudece igualmente (*il dort, grand*.) (...) O -k final a seguir a nasal emudece: *banc, étang* ...

Tratando do ensurdecimento² do *r* final, Chaves de Melo, na obra supracitada (p.57), considera que é inteiramente descabível explicar esse fato por influência tupi. Embora afirme que o francês “ensurdeceu”, sistematicamente, o *r* final dos nomes em -er, pode-se comprovar que tal não ocorreu em *cher, fier, soir, finir, mouvoir, danseur, tiroir*, por exemplo, que não foram atingidas por essa mudança como o foram *dernier, fermer, danser*. Além disso, lembra o autor, esse fenômeno se estende a outras línguas neolatinas como o friulês e o romeno.

Os dados aqui expostos não permitem que itens lexicais como os estudados sejam discriminados. As mudanças que neles ocorreram refletem virtualidades, tendências lingüísticas ou conjunto de fatores que caracterizam a “deriva” do português e, que, numa certa área e num certo período de tempo, orientam transformações em determinado sentido.

Há que se analisar, portanto, a constituição do repertório das variedades lingüísticas em função da origem regional, da classe social, das ocupações do indivíduo e da situação em que ele se encontra, já que, no ato de interagir verbalmente, o falante de qualquer dialeto leva em conta essa constituição. Pressões sociais estão sempre operando sobre a língua, agindo como força imanente na vida da sociedade, cujos padrões interagem com os padrões lingüísticos, evidenciando a correlação entre eles.

No campo da Análise do Discurso, que enfatiza as conjunturas históricas e sociais sob as quais a língua é produzida como um modo de compreender a linguagem, Maingueneau (1997, p. 111) afirma que tais conjunturas “se referem à linguagem apenas à medida que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas”.

² Ensurdecimento é, como se pode ler em Câmara Jr. (1964, p.128), “a mudança de uma consoante sonora para a surda homorgânica”. Releve-se, portanto, a impropriedade do uso dessa palavra.

Desse modo, a enunciação ou as condições de produção que geram o discurso, referindo-se ao contexto histórico-ideológico enfatizado nos estudos dessa disciplina, constituem o discurso que se defende, o que não quer dizer que seja desconsiderado o discurso pedagógico da língua padrão. De certa forma, entretanto, é em oposição à sua certeza histórica e à sua natureza estável que nos colocamos, o que não implica, também, que esteja sendo advogada a eliminação do ensino da língua padrão na escola; antes, advoga-se a criação de condições para essa variante ser aprendida de forma eficaz.

Na verdade, a educação escolar tem o hábito de se pautar por modelos excludentes. A expressão cultural das classes populares, se não ausente, é tratada como folclore ou é desprestigiada, e sua linguagem ou a língua que a veicula, embora se configure como o código adequado para a transmissão de significados da experiência popular, é considerada *errada* em relação à LPP.

Sabe-se, no entanto, que uma relação de comunicação lingüística, além de ser uma operação de codificação/decodificação, é, ainda, uma relação de força simbólica originada das relações entre os interlocutores dos grupos sociais em que se dá a comunicação. Essas relações atribuem prestígio à linguagem de uns e desprestígio à linguagem de outros; impõem silêncio a uns e voz a outros.

Neste artigo, o léxico é visto como parte viva da língua, patrimônio social da comunidade; é focado como signos operacionais por meio dos quais os indivíduos de cada tempo e cada lugar podem pensar, expressar seus sentimentos e manifestar suas idéias. Isso pode ser constatado pela análise dos verbetes³ que se seguem, cujo tratamento lexicográfico se processou por meio de nove itens, que têm em vista não só a descrição de palavras e expressões, depreendendo seus significados a partir da análise do contexto de uso em que ocorrem, mas também apontando para a vitalidade do dialeto em questão.

³ Esses verbetes, ainda não revisados, portanto não defintivos, integram o *corpus* do *Vocabulário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha*, trabalho interinstitucional de pesquisa, em desenvolvimento, envolvendo a UFVJM, a UFMG e o UNI-BH.

Nesse tratamento lexicográfico, os itens são registrados na seqüência:

- Escrita dialetal do vocábulo;
- Registro de variante(s), quando for o caso;
- Informações lingüístico-gramaticais;
- Datação;
- Rotulação sociolingüística;
- Definição;
- Exemplificação contextual;
- Sigla;
- Forma(s) correspondente(s) na língua escrita padrão.

Nessa descrição, tais itens visam fornecer informações sobre o comportamento lingüístico da palavra ou expressão em todos os níveis do estudo gramatical. Assim, no item “Escrita dialetal”, encontra-se a informação fonética e, no “Registro de variante(s)”, a indicação de possibilidades de variação dentro da própria variação. Em “Informações lingüístico-gramaticais”, registram-se os dados morfossintáticos e, em “Definição”, os semânticos, sendo que ela, a definição, é seguida da “Exemplificação contextual” que a corrobora. Em “Datação”, ocorre o primeiro registro da palavra ou expressão, que pode ser um indicador de sua vitalidade e, em “Rotulação sociolingüística”, o contexto de uso. Em “Sigla”, relacionam-se as letras iniciais do título da história da qual foi extraído o exemplo, o que pode ser considerado como uma forma de reconhecimento e crédito e, em “Forma(s) correspondente(s) na língua escrita padrão”, encontra-se o modo oficial de se dizer.

Sejam analisados, portanto, os seguintes verbetes:

- 13 **ânimo** N.m. [abstrato de estado] • (Séc. XV) • Arc. • Disposição do indivíduo diante de pessoas, coisas, situações. • *Num tô totalmente quereno brigá; quiria sabê sobre seu ânimo. Conforme fô, cê vai cumigo corrê mundo.* • (JTM) • **Estado de espírito.**

- 14 **dá fé** Exp. verbal [ação-processo] • Captar algo por meio dos sentidos. • – *Pois é! Agora eu vô quebrá os dois ovo e soldá. E você novamente sobe lá e coloca os dois ovo sem o juriti dá fé. / Ele foi lá, subiu no pé de laranjera, furtô esses dois ovo do juriti. Juriti nem fé num deu.* • (MSL) • **Perceber, notar.**
- 15 **imbruiá** V. [ação-processo/compl. nome animado] • Bras. Coloq. • Ato de envolver, habilmente, alguém de forma a obter vantagens. • *Essa onça é toda besta! Todos bicho imbruiô ela e sumiro.* • (O.B) • **Enganar.**
- 16 **invi**⁴ Var. *envinha, evinha* • V. [ação]. Inform. • Encaminhar-se de um lugar para outro próximo de quem fala. • *Quando ele invia lá, foro tudo lá pra dentro e chegô só ãa na janela.* • (CA) • **Vir.**
- 17 **neca** Pron. [indefinido] • Coloq. pop. • Usado quando se quer negar enfaticamente. • *Foi no quarto do menino. Nada! Tudo disarrumado. O tocin? Neca! Já tinha furtado, né?* • (MSL) • **Nada, coisa nenhuma.**
- 18 **presa** N.F. [concreto não-animado] • Dente dos mamíferos que serve para prender e rasgar coisas e alimentos. • *Ele diz que, quando chegô pra entrá, pa largá a istrada de tropa – que era tropa naquela época – ele diz que apareceu um porco dessa artura atrás dele, cada presa desse tamanho!* • (PN) • **Dente canino.**
- 19 **zelá** V. [ação/ compl.: de + nome] • (Séc. XV) • Arc. • Tomar conta de algo ou alguém com toda a atenção, cuidado e interesse. • *Num era caçadô, mas era um home que tinha uns cachorro muito bão e era um vei' assim que zelava muito das coisa dele...* • (A) • **Cuidar.**

O dialeto que veicula esses exemplos, a língua do homem do campo, não faz parte do cânone lingüístico. Não é a língua que se aprende na escola, a que serve para se escrever. Variante que se aprende com pais, avós e irmãos, esse dialeto só é escrito em ocasiões particulares. Não é usada pela grande imprensa e tem um espaço mínimo na historiografia literária brasileira.

⁴ Essa forma antecédida de asterisco justifica-se por não ter sido possível resgatar, no *corpus* em questão, o infinitivo, embora sejam produtivos o presente e o imperfeito do indicativo dela advindos.

Ratificamos Ilari (2002, p.195-196), quando ele afirma que o chamado português “sub-standard”, objeto de discriminação “que a escola teria a obrigação de combater”, “é uma língua que possui sua própria gramática, tão válida e eficaz quanto a da variedade standard.” Dispondo, como se pode constatar, de um léxico suficiente e adequado à expressão do pensamento, o falante desse dialeto pode manifestar-se no seu mundo, de modo claro, preciso e, também, assimilar conceitos, refletir, escolher, julgar, assim como aquele que tem acesso ao dialeto padrão.

Os usos da língua, como se sabe, dependem da posição dos interlocutores na estrutura das relações de força simbólicas. Por conseguinte, nos movimentos de interlocução, as impressões obtidas pelo contato com o mundo físico são tanto mais vivas quanto mais capazes forem de serem traduzidas em palavras e, em qualquer dialeto, as melhores palavras são as mais eficazes e não as mais eruditas e/ou pomposas ou aquelas consideradas, necessariamente, constitutivas do léxico da língua padrão.

A eficácia quanto ao uso do léxico resulta do *como* acontece a significação das mensagens lingüísticas, que devem ser pensadas como construções em que as palavras e os processos por meio dos quais elas são articuladas produzem sentido. Remetemo-nos então a Pottier (1977a, p. 324-333), para quem a palavra é um tipo de lexia, que surge de um hábito associativo de acordo com o qual se estruturam os morfemas, o que Koch (1998, p. 64) parece ratificar quando afirma que o dialeto rural, texto falado “não é absolutamente caótico, desestruturado, rudimentar. Ao contrário, ele tem uma estruturação que lhe é própria, ditada pelas instâncias sócio-cognitivas de sua construção, e é à luz dela que deve ser descrito e avaliado.”

Dessa forma, sempre ativas e mutáveis na comunicação dialógica, na passagem de uma boca para outra, de um contexto para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra, as palavras são peças multifacetadas que se juntam como elementos significativos das mensagens lingüísticas, compondo as construções sintáticas nos diferentes gêneros textuais e produzindo sentido.

À guisa de conclusão, retoma-se mais uma vez Homi K. Bhabha, já que, neste artigo, visando à construção de um discurso performático, tentamos abordá-lo em toda a sua complexidade, “quebrando” ou minimizando o *continuum* da história. Retoma-se, também, Franz Fanon para afirmar que, se, no mundo em que estamos, não inauguramos um “ciclo de liberdade”, somos, pelo menos, dele participantes através desta breve descrição do dialeto rural, que pode ser pensada como uma passagem “além da hipótese histórica”.

Confirma-se, portanto, a concepção de língua aqui proposta como um sistema em uso efetivo em que o dialeto rural ou caipira propicia, produtiva e eficazmente, a interação em contextos comunicativos no Vale do Jequitinhonha.

Referências Bibliográficas

- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*. São Paulo: Contexto, 2001.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BHABHA, Homi K. *DissemiNação: tempo, narrativa e as margens da nação moderna*. Trad. Maria Luiza Cyrino Valle. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1995.
- CAMARA Jr. J. Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. Rio de Janeiro / São Paulo: J. Ozon Editor, 1964.
- CAMARA Jr. J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CHAVES de MELO, G. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1977.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos da análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1999.
- ILARI, Rodolfo. *Introdução ao estudo do léxico – Brincando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2002.

ISQUIERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Org.) *As ciências do léxico – Lexicologia, lexicografia, terminologia*, V.II. Campo Grande, MS, 2004.

KOCH, Ingedore V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

LABOV, William. The study of language in its social context. In: *Sociolinguistic*. New York: Penguin Books, 1972.

LAUSBERG, Heinrich. *Lingüística românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

MARCUSCHI. *Da fala para a escrita – Atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2000.

PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 1997.

POTTIER, B. *Lingüística general*. Madrid: Gredos. 1977a.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario Manual e Ilustrado de la Lengua Española*. Madrid: Espasa-Calpe, 1989.

SANTOS, Carolina S. Antunes. *Aspectos do linguajar rural da região de Turmalina*. Dissertação de Mestrado. FALE/UFMG, dezembro/1985.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto.

**Léxico e Etimologia: a propósito de
alguns vocábulos usados em
localidades Norte-Mineiras**

Evandro Silva Martins
Universidade Federal de Uberlândia

Abstract: This paper discusses one passage that is part of one research whose theme is “Acheegas para uma abordagem lexical do falar de algumas localidades norte-mineiras”, organised by Waldir de Pinho Veloso. We present here some approach about etymology and words.

Keywords: lexicon, etymology, glossary, words.

Esta abordagem nasceu da leitura da Dissertação de Mestrado **ACHEGAS PARA UMA ABORDAGEM LEXICAL DO FALAR DE ALGUMAS LOCALIDADES NORTE-MINEIRAS**, de Waldir de Pinho Veloso, defendida no Instituto de Letras e Lingüística da Universidade Federal de Uberlândia. Na dissertação, nosso orientando, selecionou inúmeros vocábulos afirmando serem próprios da região da pesquisa, ou seja, o norte do Estado de Minas Gerais. Usando como parâmetro o Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, o autor percebeu que algumas palavras da região pesquisada não estavam dicionarizadas e que outras, lexicalizadas, mantinham traços sêmicos diferentes dos registrados no referido produto lexical. O *corpus* levantado foi, então, usado para a formação de um glossário, visando perenizar os vocábulos ainda não lexicalizados.

Nosso objetivo será demonstrar que muitos destes vocábulos, conforme se pode ver no Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa, de Antonio Geraldo da Cunha, concernentes à origem, pertencem boa parte ao Latim e são encontrados em outras regiões do país.

De início, historiaremos o trabalho do orientando, mostrando seu itinerário dissertativo. Depois, refletiremos sobre o papel da Etimologia e, posteriormente, analisaremos alguns vocábulos extraídos da dissertação, demonstrando que, a despeito de serem usados na região com uma determinada acepção, mantêm, se vistos etimologicamente, traços semânticos anteriormente atualizados.

1. O trabalho de Pinho Veloso

Quando Waldir de Pinho Veloso ingressou no Curso de Pós-Graduação/Mestrado em Lingüística da Universidade Federal de

Uberlândia procurou-nos para orientá-lo em tema voltado para a ortografia da Língua Portuguesa. Como advogado, ele se via com dificuldade ante o uso do hífen que ocorre, sobretudo, em palavras prefixadas. Afirmamos, na ocasião, que a língua é uma instituição humana e convencional e que as regras fazem parte do Formulário Ortográfico da Língua Portuguesa e que, por terem força de lei, não valeria a pena refletir sobre o assunto. Sabedor da sua condição também de escritor regionalista, com mais de uma obra publicada sobre o norte de Minas Gerais, sugerimos que fizesse um levantamento lexical em algumas localidades da região, mesmo que perfunctório, construindo, após, um pequeno glossário, objetivando perenizar alguns vocábulos que, ante a invasão dos meios de comunicação de massa, por certo, cairiam em desuso.

Aceito o desafio, nosso orientando pôs-se a estudar alguns teóricos sobre Dialetoлогия que tinham abordado temas congêneres.

Leu, com afinco, entre outros, textos de Leite de Vasconcelos, Serafim da Silva Neto, Amadeu Amaral, Câmara Júnior, Silvio Elias, José Pedro Machado, João Alves Pereira Penha, João Ribeiro e Gladstone Chaves de Melo.

Pela lista, formada de filólogos, gramáticos e lingüistas, observa-se o ecletismo de posições teóricas dos autores e isto se deve, principalmente, às nossas dificuldades quanto ao encaminhamento das leituras do nosso orientando. Dentre os autores, centrou suas reflexões em João Penha que publicara a obra *Português Rural de Minas: uma Visão Tridimensional*. O professor Penha que estivera vinculado à Faculdade de Letras da UNESP de Araraquara tinha, anteriormente, defendido sua Tese de Doutorado versando sobre os traços arcaicos do Português popular do Brasil Mineiro.

Este educador, uma das figuras humanas mais notáveis que conhecemos e possuidor de uma vasta biblioteca sobre a Língua Portuguesa, dedicou-se a mostrar a presença, sobretudo em Minas Gerais, de uma língua quinhentista, possivelmente, originária do ciclo das entradas e bandeiras, armadas para o aprisionamento de índios e para o achamento de riquezas do centro-oeste brasileiro.

Sem um refinado aparelhamento teórico mais atual, mas com um profundo senso crítico, Pinho Veloso, aproveitando de sua condição de advogado e com causas tramitando em várias comarcas do Norte de Minas, procurou ouvir e registrar as centenas de vocábulos e, em seguida, construir um glossário em que constam centenas de vocábulos divididos em 1) expressões que têm um significado regional, embora este léxico já esteja lexicalizado, 2) A pronúncia de vocábulos que foge da norma de outras regiões, 3) Metaplasmos freqüentes no Norte de Minas Gerais e 4) um estudo de prenomes de algumas localidades.

Vamos nos ater somente ao significado de algumas palavras, segundo ele da região, pois observamos que, num levantamento etimológico, o sentido já estava previsto e que o seu uso era apenas a realização atestada no dicionário etimológico consultado.

Pinho Veloso se preocupou em tomar o Novo Dicionário Aurélio século XXI de Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, como parâmetro, no entanto, uma leitura feita no Dicionário Etimológico de Antonio Geraldo da Cunha, mostrar-nos-á que o sentido das palavras no rol inseridas já mantinham aquele significado.

2. Definição e função da Etimologia

É consabido que, embora o homem sempre se preocupasse com a vida das palavras, até o século XVIII, não tínhamos estudos etimológicos confiáveis. No século seguinte, sobretudo na Alemanha, os filólogos germânicos comparando língua do presente e do passado lograram perceber que havia uma relação entre as palavras, principalmente das línguas românicas e a língua mãe. Alguns foram mais longe, encontrando traços sêmicos constantes entre vocábulos de algumas línguas do ocidente e o velho sânscrito. Foi a partir deste momento que a etimologia, este tão importante ramo do conhecimento, começou a ser vista e a se constituir como uma ciência.

A palavra etimologia provém de duas palavras gregas: a *lexia étymos* significando autêntico, verdadeiro e a desinência *logia*, valendo por tratado e proveniente de *logos* que, na língua helênica,

significava palavra. Assim, etimologicamente, o vocábulo é entendido como o tratado do significado autêntico das palavras.

A Etimologia tem como objetivo estudar o verdadeiro sentido das palavras, mediante o conhecimento de sua origem de sua estrutura mórfica e de suas transformações ou mudanças. Seu estudo transcende o mero significado da raiz das palavras, compreendendo todos os elementos que as compõem.

Conquanto não seja muito valorizada e pelo número de obras publicadas percebe-se que, principalmente, no ambiente universitário brasileiro atual, tão cheio de modismos, a Etimologia tem sido a prima pobre dos estudos lingüísticos.

Sua importância, porém, é muito grande, sobretudo se pensarmos na aquisição e na ampliação lexical. Consideremos o conhecimento etimológico importante, pelos seguintes motivos:

- a) A Etimologia investiga acuradamente a origem de cada palavra e analisa as suas várias acepções. Indica qual foi o seu significado primitivo e como dele foram derivando os outros significados lexicalizados em dicionários de língua. A título de exemplificação, tomemos a palavra o radical *pathos*, do grego, e alinhavemos algum dos seus percursos semânticos:

O mencionado radical indicava sentimento em geral e vamos encontrá-lo nas palavras *apatia* significando sem sentimento, em *simpatia* como sentido de participação dos mesmos sentimentos e *antipatia* como oposição de sentimentos. Posteriormente, a palavra passou a significar uma determinada classe de sentimento: a paixão. Quando a cultura médica acreditou que a paixão constitui uma enfermidade psíquica, que obscurece a razão, *pathos* terminou por significar enfermidade. Daí encontrarmos *pathos* em patologia como tratado das enfermidades.

- b) A Etimologia é também importante para se conhecer as palavras derivadas e pelo sentido primitivo pode se ter o conhecimento das derivações. O étimo *crónos* significa tempo e dele tivemos o vocábulo *crônica* como história em ordem

- do tempo, sincrônico significando ao mesmo tempo e cronologia indicando um período do tempo na história.
- c) Sua importância está também para que o usuário possa recordar as inúmeras definições, a partir dos étimos que compõem a palavra. Por exemplo: o vocábulo microbiologia é composta de *micros* = pequeno, *bios* = vida e *logos* = estudo. Seria, então, o estudo dos micróbios. Se tomarmos litologia e sabendo que *litos* é pedra, rocha, teríamos o vocábulo como o tratado das pedras, ou seja, das rochas.
- d) Serve a Etimologia para que o utente retenha melhor o significado de um vocábulo. É um poderoso auxiliar no processo de memorização. Muita vez recordamos, com maior facilidade, os termos técnicos, os tecnoletos, pouco ouvidos no português coloquial. Observemos o caso do vocábulo cleptomania. Sabendo que *klepto* significa roubar, não será difícil descobrir o sentido do mencionado vocábulo.
- e) Os estudos etimológicos são, ainda, de suma importância para o conhecimento ortográfico da Língua. Se levarmos em conta que o Português tem uma ortografia fonético-etimológica, poderemos, com facilidade, ensinar e aprender a escrita de inúmeros vocábulos. Se tomarmos a terminação *-tio*, pronunciado *-tsio*, veremos que as palavras que têm este morfema, formarão, em Português, palavras terminadas em *-ção*. Vejamos alguns exemplos:

Latim	Português
Constitutio	Constituição
Adoratio	Adoração
Inclinatio	Inclinação

Como vimos, os estudos etimológicos promoveriam, enormemente, os estudos no período dedicado ao ensino fundamental e ao médio, caso a Etimologia fosse mais e melhor estudada. Não sendo o cerne de nosso trabalho os estudos

etimológicos na sua totalidade, passemos à análise de alguns vocábulos levantados na dissertação mencionada.

3. A análise de alguns vocábulos

Nossa preocupação será levantar a etimologia de alguns substantivos inseridos numa das partes do trabalho e verificar seu sentido etimológico. Com isto, queremos demonstrar a persistência do sentido, não só na região, mas já existente na língua.

É o caso da palavra da lexia *banzé*, na região, anotada como fumo (de rolo, ou roleiro) de má qualidade. Cunha registra o verbo banzar como espantar, pascar, surpreender, inserido por Morais, na língua, em 1813. Teria vindo do latim **bilanceare*, de **bilancia* 'balança'. Do significado primitivo de 'oscilar, mover-se como balança', passaria ao de 'ondear', de que resultaria o de 'ficar estonteado', da significação intransitiva de 'espantar'. O termo *banzé* teria surgido como confusão no século XIX. Há a forma *banzeiro*, usada no século XVI, como termo náutico. Da leitura do verbete, percebe-se que a idéia de ondear teria influenciado o vocábulo *banzé* com sentido de fumo de rolo.

Curiosamente, quando vimos esta palavra, lembramos do nosso tempo de acadêmico do Curso de Letras, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, de Uberaba, Minas Gerais. Corria o ano de 1970 e estávamos passando as férias, na casa de uma colega de curso, na cidade chamada Peixe, no Estado de Goiás, hoje Tocantins. A pequena comarca estava às margens do Rio Tocantins e permanecia longe da mídia jornalística ou televisiva. Prova disto é que o Brasil tinha se consagrado como bi-campeão de futebol, no México, e os meninos da localidade desconheciam um dos maiores nomes do esporte futebolístico da época, o Pelé.

Com lápis e papel nas mãos, caminhávamos pelas ruas poeirentas da velha cidade, anotando o linguajar peculiar. Destas anotações, ficou a expressão *vento banzeiro*. Este vento, existindo, fazia com que as pequenas pirogas, movidas pela força física nos remos denominados *jacumãs*, deslizassem com maior facilidade

nas águas do importante rio. Voltando para a faculdade, fomos à procura do sentido desta palavra e a encontramos nos velhos cronistas do século XV, como um termo náutico. Como este vocábulo de mais de quatrocentos anos teria chegado àquela perdida localidade? Possivelmente, teria sido levado pelo bandeirantismo paulista à semelhança, cremos nós, de muitos termos encontrados na velha região do Norte de Minas.

Passemos, agora, à análise de outros vocábulos. De início, confessamos que a escolha foi alheatória. Pinçamos um termo aqui, outro acolá e conferimos o sentido proposto por Pinho Veloso e aquele arrolado por Cunha (1982). Interessante notar que o etimologista explica nos critérios de construção de sua obra que dará, semelhante aos dicionaristas alemães e franceses, a datação dos vocábulos. Além do século em que a palavra entrou, ele colocará a sua entrada nos dicionários de Moraes, Vieira, Caudas Aulete, Cândido Figueiredo, entre outros.

Iniciemos a abordagem. O vocábulo *capão* tem duas entradas no glossário de Pinho Veloso. A primeira define capão como galo que foi capado. Ao capar um galo, diz ele, ele passa a cantar fino, ter atitudes de galinha e torna-se ótimo para chocar e criar pintos, tarefas antes somente desenvolvidas pelas galinhas. A segunda acepção diz ser capão uma mata virgem, em pequena quantidade, cercada de cerrado, manga ou roça. Afirma ele ter sido esta acepção um substrato tupi e cuja origem seria cupom (floresta redonda).

Após estas anotações, fomos ao dicionário de Cunha. Vejamos como é transcrito o significado de capão, que também tem duas entradas. A primeira diz que capão significa galo castrado e este significado ocorreu no século XIII. Do latim numa forma hipotética **cappó, onis*. No latim clássico seria *capo, caponis*. Este vocábulo consta do dicionário Moraes, edição de 1813, e teria se originado no latim vulgar *cappare*, deduzido secundariamente de *cappo, onis*. A segunda acepção seria o de pequeno posto insulado num descampado e a sua datação é de 1624. Teria vindo do latim *kaa'pau*.

Ora, vemos que a despeito das origens serem controversas, o sentido não é próprio de algumas localidades do norte de Minas, de cidades como Lontras, Arinos, Coração de Jesus, Ibiaí, Janaúba,

Juramento, Pintópolis, Salinas, São José do Alto Belo, este município de Bocaiúva, Taiobeiras e Urucuia. Os sentidos de capão já teriam ocorrido anteriormente.

O verbo cascar deu entrada no seu glossário como sair, desocupar. Diz ele que é comumente a expressão “casca fora” significando fugir, sair, desaparecer. Cunha dá como tirar a casa de. Datado do século XVI, teria vindo de uma hipotética forma do latim **quassicare* de *quassare*, significando sacudir, quebrar. Teria ocorrido uma analogia: as cascas de determinadas árvores, num certo período, são trocadas por outras mais novas e as velhas são expulsas. Seria a casca fora, também, usada para pessoas.

É interessante o vocábulo chita. Para Pinho Veloso seria inicialmente uma espécie de tecido que passou a ser usado como algo a ser olhado com cuidado. Normalmente, assevera o autor da Dissertação, quando alguém está olhando muito para outra pessoa, esta diz: “disincarna qui ieu num sô chita”. Cunha anota como “tecido ordinário de algodão, estampado a cores, datado de XVIII. Do neo-árabe *Chhit*, derivado do sânscrito *chitra* que quer dizer matizado. Na velha língua religiosa da Índia temos a idéia metafórica da pessoa chamar a atenção como a chita matizada, colorida.

O vocábulo lanhar, que Pinho Veloso deu como entrada lenhando, tem no seu glossário o sentido de “estado ou qualidade da fruta que está desmanchando de tão madura.”

Observando o dicionário etimológico encontramos lanhar como dar golpes em, ferir, maltratar, magoar. O dicionarista Moraes insere o verbo em 1858 que teria vindo do latim na forma *laniare*, com o sentido de rasgar, despedaçar. Não teria havido a apropriação do sema despedaçar, atualizado no sentido de desmanchar, no caso em foco, a fruta bem madura?

Mofino é outro vocábulo que, na região pesquisada, tem o sentido de pessoa medrosa, que tem medo. Ora, etimologicamente, este vocábulo dá entrada na língua, no século XVI e teria vindo do castelhano *mohino* e, segundo Cunha, talvez do árabe *muhim*. O sentido registrado seria infeliz, acanhado. Ora, esta acepção tem a ver com o sentido proposto na região mencionada.

Interessante notar o adjetivo *pubo* que, na forma feminina *puba* significa estar encharcada e já apodrecida. *Cunha* dá como origem o tupi *puua* e o sentido é mole, caso, imprestável, podre. Como se vê este sentido vai ao encontro daquele conhecido na região mineira.

4. Conclusão

Observamos que os vocábulos analisados corroboram nossa tese, ou seja, a migração sêmica num país como o nosso é extremamente comum, principalmente, se levarmos em conta nossa história sócio-cultural e lingüística. As palavras eram levadas por grupos que adentravam o vasto território à procura de riquezas e durante a longa caminhada fundavam povoações e estas foram, primeiramente habitadas, por aqueles que traziam a vertente quinhentista da língua. Anos se passaram e dada a extensão da terra foi muito difícil a substituição destes vocábulos, agora incorporados ao falar, sobretudo, nas comunidades arredias às alterações sociais e aos avanços tecnológicos.

Assim, não se poderá dizer que aqueles vocábulos da pesquisa têm um significado especial na região já que, conforme o atestado no dicionário etimológico, o sentido era, anteriormente, conhecido.

Referências Bibliográficas

BUENO, Mário. *A origem curiosa das palavras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

CUNHA, Antonio Geraldo da Cunha. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DAUZAT, Albert. *Dictionnaire etymologique*. Paris: Larousse, 1938.

PEDRAZA, Esteban Ortega. *Etimologías – lenguaje culto y científico*. México: Editorial Diana S/A, 1994.

VELOSO, Waldir de Pinho. *Achegas para uma abordagem lexical do falar de algumas localidades norte-mineiras*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

“Jeitinho Brasileiro”
A expressão idiomática no português
do Brasil: uma contribuição para o
léxico da língua

Maria Auxiliadora da Fonseca Leal
Faculdade de Letras – UFMG

Soélis Teixeira do Prado Mendes
Doutoranda na Faculdade de Letras - UFMG

Resumen: En este trabajo examinamos el hecho de que algunas expresiones idiomáticas en el portugués del Brasil actúen como un importante fenómeno lingüístico de creación léxica. Demostramos una gran productividad de estas expresiones y las analizamos como parte integrante del léxico. Ellas son como otros fenómenos léxicos, una vez que presentan asociadas a la escrita y a la gramática normativa. Además, están incorporadas en los diccionarios, son muestras de tradición cultural y de una identidad lingüística muy evidentes.

Palabras-clave: Brasil, idiomático, identidad, cultura.

A língua nacional com pronúncia brasileira, com vocabulário enriquecido por elementos indígenas e africanos é também composta por criações e adoções realizadas na própria língua, bem como por elementos oriundos de diversas fontes, dentre elas as expressões idiomáticas. A numerosa ocorrência destas expressões em português comprova a importância de sua utilização na comunicação de todos os brasileiros. A análise desse fenômeno comporta aspectos culturais, sociais e políticos bastante evidentes. Esperamos que, no presente texto, alguns desses aspectos sejam elucidados.

Sabemos que não é fácil definir as expressões idiomáticas, (doravante EIs), em português, devido à profusão terminológica utilizada na literatura, a saber, *idiotismo, frases feitas, idiomacidade, não-composicional*, dentre outros. Em inglês, o termo que designa, usualmente, uma expressão idiomática é denominado *idiom*, rótulo que também pode fazer referência à forma convencional de uma expressão¹. Tagnin (1989) denomina *idiom* "estrutura idiomática" que segundo a maioria dos lingüistas recorre ao seu significado "não-composicional". Em outros termos, o significado da expressão toda não é previsível a partir do significado de suas partes. No entanto, conforme atesta esta autora, "a idiomacidade de uma expressão pode ser parcial como em **mentira branca**, em que apenas o adjetivo é idiomático". (Conferir TAGNIN, 1989, p. 44).

Desse modo, a idiomacidade é um aspecto que pode existir em maior ou menor escala numa expressão.

As expressões idiomáticas são formadas por um conjunto de palavras que não possuem um significado isolado, mas na

¹ Não é nosso intuito, aqui, aprofundar os conceitos subjacentes ao uso idiomático de determinadas expressões, como "convencionalidade", "idiomacidade", "coligações", "estruturas gramaticais", dentre outros.

expressão, como um todo, adquirem um outro sentido. Geralmente admitem uma palavra da língua como sinônimo. A expressão idiomática, *pão-duro*², por exemplo, equivale a *sovina* e é muito mais utilizada na língua que o seu sinônimo. Outro fator interessante diz respeito ao vínculo e à durabilidade. Diferentemente das gírias, que de um modo geral são efêmeras, as EIs estão vinculadas a valores socioculturais e temporais. Ademais, elas são verdades³ convencionais que podem mudar de sentido conforme mudamos de país, de cultura, de região, etc. Assim, classe social, etnia, interesses econômicos e políticos interferem no uso idiomático de determinada expressão. Não é absurdo dizer que há tantas expressões idiomáticas quantas culturas e convenções sociais.

No Brasil, é comuníssimo utilizar a expressão “jeitinho brasileiro” para se referir a uma forma especial de ação/intervenção frente a uma determinada situação de emergência e/ou aperto. Este famoso “jeitinho” (artifício) tem várias acepções segundo o contexto de ocorrência. Isso revela fatores culturais específicos do Brasil, como, dentre outros, um país que apresenta vários problemas sociais, educacionais, políticos, etc. Assim sendo, a referida expressão pode ter uma acepção tanto positiva, quanto negativa. No primeiro caso, pode significar “ter jogo de cintura”, ser flexível, se sair bem de uma situação complexa. Já no segundo, pode indicar meios ilícitos para resolver um problema, como sonegação, propina, etc. Galvão (2002, p. 48) afirma que

a variação de significados ajuda a entender a influência da linguagem sobre o pensamento, além de refletir valores, idéias e perspectivas de um dado momento da sociedade,

² Segundo Magalhães júnior (1974: 238) *pão-duro* o mesmo que *avarento*, unha de fome é usada também em espanhol. A expressão se vulgarizou quando morreu, no Rio, um mendigo conhecido pelo nome de “Pão-Duro” (*pedia nem que fosse um pedacinho de pão-duro*) e deixou grandes depósitos nos bancos e várias casas nos subúrbios.

³ O termo “verdade” pode ser entendido aqui como um conjunto de crenças resultantes do *consenso* aceitas pelos indivíduos em determinado tempo e lugar, segundo um pacto social.

tudo isso pode cristalizar-se ou perpetuar até que aconteça uma inadequação/superação que exige uma renovação/readaptação lexical.

De acordo com Bechara (1995, p. 488-490), a primeira tarefa de quem deseja enveredar pelo estudo da fraseologia vernácula é preparar uma nova edição de *frases feitas*. Para o referido autor, a investigação de "frases feitas é de competência do lingüista, do lexicólogo, e não, conforme se deixa entrever na obra de muitos estudiosos deste assunto, domínio exclusivo do folclorista" É preciso tratar as *frases feitas* como entidades lingüísticas. Vejamos, agora, algumas destas EIs em português:

Expressão Idiomática	Significado	Contexto
Jeitinho brasileiro	Ser malandro, ter esperteza comportar-se de um modo especial	"O diretor diz que escolheu o texto por dois motivos: 'Primeiro, pela importância histórica. E segundo, porque permite uma leitura que revela a malandragem e o jeitinho brasileiro numa peça espanhola.' O final é surpreendente mesmo para quem conhece o texto de Rojas".
Pegar no pesado	Esforçar-se ao extremo	"É gente que pega no pesado, trabalha horas a fio, faça chuva ou faça sol. É gente que não se entrega, não desiste diante das adversidades." (Estado de Minas – Opinião – 09/06/1999).
Ficar em cima do muro	Ser indeciso	"Tive ataque: chorei, gritei, chamei ele de mentiroso. A carta me pareceu um código, quis saber se planejavam se encontrar. Ele disse que eu era louca e que ia viajar sozinho. Conte para minha amiga, que ficou em cima do muro, mas

		<p>fez cara de que eu exagerei. É suspeito ficar bravo e fugir da conversa bem no fim de semana.” (Revista Marie Clair, n.95. São Paulo: Globo, 1999.)</p>
A porca torce o rabo	Estar em situação de extrema dificuldade, quase irreversível	<p>“Não tem remédio que dê jeito não, Dona Filó. Pode até suspender os medicamentos. Aqui a porca torce o rabo. O melhor é a senhora ir mandando logo fazer o caixão.” (MELLO, Thiago de. O povo sabe o que diz. São Paulo: Sver & Boccato, 1990).</p>
Nem que chova canivete	Agir a qualquer custo	<p>“De repente, me nasce uma segurança ou uma determinação tremenda, e eu me digo que amanhã, amanhã eu tiro a Margarida para dançar nem que chova canivete.” (MELLO, Thiago de. O povo sabe o que diz. São Paulo: Sver & Boccato, 1990).</p>
Ficar a ver navios	Ser abandonado	<p>“Madalena foi pro mar. Madalena foi pro mar. E eu fiquei a ver navios Quem com ela se encontra Diga lá no alto mar Que é preciso voltar já Pra cuidar dos nossos filhos.” (Chico Buarque/1965).</p>
Entregar os pontos	Desistir	<p>“Desalento Sim, vai e diz Diz assim Que eu rodei Que eu bebi Que eu caí Que eu não sei Que eu só sei Que cansei, enfim Dos meus desencontros</p>

		Corre e diz a ela Que eu entrego os pontos." (Chico Buarque/Vinícius de Moraes/1970)
A coisa está preta	Estar em situação muito difícil	"Meu caro amigo Meu caro amigo me perdoe, por favor Se eu não lhe faço uma visita Mas como agora apareceu um portador Mando notícias nessa fita Aqui na terra tão jogando futebol Tem muito samba, muito choro o rock'n'roll Uns dias chove, noutros dias bate sol Mas o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui tá preta." Francis Hime/Chico Buarque/1976).
Corda no pescoço	Estar apertado economicamente, sem condições financeiras	"A recuperação ainda é gradual e tímida, mas capaz de eliminar a sensação de "corda no pescoço." O Brasil pode não estar vivendo nada parecido com euforia." (Estado de Minas, p.18)
Baixar a bola	Ser mais humilde	"Presidente manda José Serra baixar a bola e ele obedece acuado, José Serra fez tudo para manter o prumo de sua posição, consertando o estrago que provocou dentro do governo. "Foi só uma nota técnica, não vejo razão para alvoroço nem para perplexidade", justificou." (Diário da Tarde, 6 nov. 1998).

Ficar chupando o dedo	Não conseguir atingir um objetivo	"Acabou o Lambe-Lambe. Fiquei chupando o dedo!" (ZIRALDO. O menino maluquinho em quadrinhos. n.8. São Paulo: Abril, 1990).
Levar um bolo	Não comparecer a um local previamente estabelecido	"- Parece que chegamos muito atrasadas... ou então eu levei um bolo." (ZIRALDO. O menino maluquinho em quadrinhos. n.66. São Paulo: Abril, 1990).
Tirar seu cavalinho da chuva	Não adianta insistir	"- Vocês não acreditam? - Claro que não. Pode tirar seu cavalinho da chuva!" (ZIRALDO. O menino maluquinho em quadrinhos. n.66. São Paulo: Abril, 1990)
Estar com dor de cotovelo	Sofrer por causa de uma pessoa querida	"- O que é que você tem? - Estou com dor de cotovelo. A Carolina não quer nada comigo, mesmo." (ZIRALDO. O menino maluquinho em quadrinhos. n.5. São Paulo: Abril, 1990)
Puxar a brasa para a sua sardinha	Favorecer a si mesmo	"- Tive uma idéia. Vamos fazer um concurso pra decidir qual é o pintinho mais bonito. - Mas quem vai ser o juiz? - Tem que ser alguém honesto, inteligente, bonito e que entenda de pintinhos: eu! - Nunca! Você vai puxar a brasa para sua sardinha!" (ZIRALDO. O menino maluquinho em quadrinhos. n.7. São Paulo: Abril, 1990)
Dar uma mãozinha	Ajudar alguém	"- Em vez de bancar o engraçadinho, vê se me dá uma mãozinha!" (ZIRALDO. O menino maluquinho em quadrinhos. n.7. São Paulo: Abril, 1990).

Pintar o sete	Fazer bagunça	<p>“– Ju, descobri que vou ser que nem teu pai quando crescer... – Um pintor? – Isso! Prefiro continuar pintando o sete! É bem mais seguro...” (ZIRALDO. O menino maluquinho em quadrinhos. n.15. São Paulo: Abril, 1990).</p>
Para inglês ver	Não corresponder à realidade	<p>“É preciso entender o funcionamento do COPOM para acompanhar os movimentos. (...) suspeita-se que as reuniões são para inglês ver, ou seja, a taxa de juros é definida previamente e acaba sendo referendada ao final do dia, depois do fechamento dos mercados.” (LÍRIO, Sérgio. O esquema é no mercado de juros. Isto É Dinheiro. São Paulo, v.086, p.24, abr. 1999.)</p>
Estar de olho	Estar atento a determinada situação	<p>“(...) A Hyundai está procurando um novo representante oficial no Brasil. Estão de olho na representação da marca coreana Carlos Alberto Oliveira Andrade, o CAO, e acreditem, Ricarco Mansur, da Mesbla, Mappin.” (LÍRIO, Sérgio. O esquema é no mercado de juros. Isto É Dinheiro. São Paulo, v.086, p.61, abr. 1999.)</p>
Dar a volta por cima	Superar dificuldades	<p>“(...) Se depender apenas dos pregões, as empresas têxteis vão dar mesmo a volta por cima. O empurrão dado com a alta do dólar fez com que três</p>

		delas entrassem no ranking das 20 ações mais valorizadas este ano." (LÍRIO, Sérgio. O esquema é no mercado de juros. Isto É Dinheiro. São Paulo, v.086, p.61, abr. 1999.)
Tirar a barriga da miséria	Obter lucros excessivos	"(...) Garantir o bom comportamento dos trabalhadores foi outra tarefa de dimensões amazônicas. Os operários passavam cerca de 50 dias ininterruptos na floresta. Na hora da folga, com um salário cerca de 60% maior do que o que tinham em suas cidades de origem, queriam tirar a barriga da miséria. (...)" (LÍRIO, Sérgio. O esquema é no mercado de juros. Isto É Dinheiro. São Paulo, v.086, p.64, abr. 1999.)
Farinhas do mesmo saco	Ser todos iguais, ter os mesmos objetivos	"(...) São todos iguais. Farinha do mesmo saco. É assim que o eleitor brasileiro, com frequência se refere aos políticos." TOLEDO, Roberto Pompeu de. Sobre farinhas do mesmo saco e de outros sacos. Veja, Belo Horizonte, p.150, abr. 1999.
Ser a gota d'água	Dar início, ser o ponto de partida	"A gota d'água para a saída de Duperat, entretanto, teria sido a versão de uma cartilha que chegou à mão do governador, um documento produzido por técnicos da Fazenda contendo orientações para que os fiscais abordassem os devedores do fisco." (CAMPOS, Ricardo. Rede de intrigas. O Tempo, Belo Horizonte, ano 3, n.908, 24 mai. 1999. 1 cad. p.2)

Como se viu, as EIs são altamente produtivas na língua e funcionam como verdadeiros itens lexicais. Elas expressam uma realidade de base empírica. Do ponto de vista cultural, as ações expressas se manifestam através de valores culturais centrados no senso comum. Do ponto de vista lingüístico, estas ações ocorrem através de verbos, nomes e adjetivos, grande parte delas admite, também, a repetição do mesmo item verbal, comprovando mais uma vez a dinamicidade do léxico. São utilizadas para acrescentar um colorido novo à comunicação. Apresentam um poder persuasivo resultante de um conjunto vasto de conhecimentos que estão vinculados à realidade em que vivemos. Frutos da experiência cotidiana do homem em sociedade.

Ilustramos, abaixo, o uso de algumas EIs que têm como sinônimo outras expressões de uso idiomático:

Abotoar o paletó/Bater as botas/ Ir pra cidade dos pés juntos/Passar dessa pra melhor = Morrer, falecer

Andar com a pulga atrás da orelha/ Ficar de orelha em pé = Estar desconfiado

A situação tá preta/ A situação tá russa/ O bicho tá pegando = A situação está muito ruim

Colocar os pingos nos is/ Colocar em pratos limpos/ Pôr as cartas na mesa = Acertar, resolver

Dar um passo maior que perna/Passar o carro na frente dos bois = Ser precipitado

Ficar de papo pro ar/ Ficar de braços cruzados = Não fazer nada

Passar a perna/ Furar os olhos/Levar gato por lebre = Enganar

Perder a cabeça/Perder as estribeiras = Descontrolar-se, cometer loucuras

Quebrar a cara/ Dar com os burros n'água = Se dar mal, decepcionar-se, desiludir

Quebrar o galho/ Dar uma mão = Ajudar

Resolver um abacaxi/Resolver um pepino = Resolver um problema de extrema dificuldade.

Ser mão de vaca/ Ser pão duro = Ser sovina, ser exageradamente econômico

O aspecto da sinonímia é importante porque revela uma característica típica do léxico no que diz respeito à variabilidade de palavras para expressar um determinado fenômeno lingüístico. Como se viu, para uma mesma expressão é possível existir(em) outra(s) de sentido semelhante: “a situação tá preta”, a situação tá ruça”, o bicho tá pegando”; “Vou resolver um abacaxi”, vou resolver um pepino”. Nesse sentido, elas se comportam como qualquer vocábulo do léxico. Daí a nossa proposta de tratá-las como verdadeiros itens lexicais, contribuindo assim para a formação e ampliação do léxico da língua. Isto é, outras formas de dizer, de argumentar.

A propósito Palmer (1979, p. 115) observa o fenômeno da co-ocorrência, relacionando-o a “frases idiomáticas”, e como argumento para que elas sejam tratadas no léxico destaca as inúmeras restrições gramaticais e sintáticas sofridas por essas frases. Observemos: *Perder a cabeça* que corresponde a cometer loucuras, ser imprudente, semelhante a *perder as estribeiras* apresenta várias restrições sintáticas, dentre elas o fato de o *sintagma nominal a cabeça* (em *perder a cabeça*) não se apresentar no plural. A forma verbal comporta-se tipicamente como um item normal da língua, sem restrições gramaticais, o mesmo não ocorre com o item nominal: *perdeu a cabeça, vai perder a cabeça, perdi a cabeça*, etc. Note-se também a possibilidade de preenchimento lexical do sujeito: Pedro *perdeu a cabeça*, nós *perdemos a cabeça*, ela *vai perder a cabeça*. No entanto, não podemos ter: *Perdeu as cabeças*, *Perdemos as cabeças*, ela *vai perder as cabeças* (mesmo existindo a possibilidade de inserção de um sujeito, o item nominal *cabeças* não é adequado para essas expressões no sentido idiomático). Como restrição sintática, podemos mencionar, ainda, a impossibilidade de apassivamento: “a cabeça foi perdida”. No sentido idiomático da expressão, tal interpretação é impossível.

Como se vê, As EIs fazem parte do universo de palavras partilhadas pelos homens numa perspectiva cultural que tem como referente algo supostamente real, o que faz com que elas

expressem um forte poder de persuasão, plena de valores argumentativos, daí decorre a alta incidência destas expressões em textos jornalísticos e publicitários, sobretudo aqueles que primam pela argumentação.

Segundo Biderman (1998) o léxico é uma forma de registrar o conhecimento do universo. O homem associa palavras a conceitos, que simbolizam os referentes. A nosso ver, as EIs são armazenadas em nossa memória através de associações ao universo empírico que são adquiridas à medida que o falante amplia seu léxico através de sua história. De um modo geral, as palavras são inoperantes quando não são seguidas pela ação. Daí ser a linguagem altamente metafórica. Expressões como *o bicho vai pegar/a cobra vai fumar* são muito mais enfáticas e expressivas que as respectivas frases sinônimas "hoje teremos muitos problemas", ou "hoje teremos coisas extraordinárias para serem solucionadas". As EIs são constituídas de elementos lexicais e possuem estruturas gramaticais típicas do português do Brasil.

As línguas têm função social bem demarcada e o uso idiomático reflete essa tendência. O português hodierno revela que as EIs com alta produtividade são parte integrante do léxico e, conseqüentemente, parte integrante do ser humano. Elas minimizam a subjetividade no ato da comunicação. Assim, idiomatismos como *pão duro* são muito mais freqüentes na língua contemporânea que o seu vocábulo substituto: *avarento, sovina, miserável*.

Do exposto, propomos que as EIs sejam consideradas itens lexicais produtivos no português do Brasil porque, como outros fenômenos lexicais, são associadas à língua culta (Cf. textos jornalísticos, letras de música, textos literários, dentre outros); associadas à gramática normativa (uso de tempos verbais, acentuação, ortografia); inventariadas nos dicionários (*dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos* de Magalhães Júnior (1974), *Tesouro da fraseologia brasileira*, Nascentes (1966) e, finalmente portadoras de uma tradição cultural e de uma identidade nacional (*jeitinho brasileiro*).

Conclusão

As EIs são resultado de um pacto social e lingüístico. Os falantes nativos e não-nativos de uma língua precisam delas para exprimir o pensamento. Elas revelam a cautela, descobrem a mágoa, insinuam a malícia, acentuam o recato, absolvem e justificam as ações. Segundo Jorge, G. e Jorge S. (1997:17), as “EIs são verdadeiros actos de fala onde a palavra age e encontra veios de expressividade e de riqueza, sentimentos positivos ou negativos carregados de valores bem enraizados na mente do povo”. O uso destas expressões na língua como uma outra possibilidade de expressão dá um colorido novo e dinâmico à linguagem. Contribui para a ampliação do léxico, permitindo novas maneiras de designações para os objetos, através de recursos lingüísticos diversos e da associação de palavras a conceitos que simbolizam o universo empírico dos falantes.

Referências bibliográficas

- BECHARA, Evanildo. O Estudo da Fraseologia na obra de João Ribeiro. In: PEREIRA, Cilene; PEREIRA DIAS, Paulo. (Org.). *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários In Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do Léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As Ciências do Léxico*. Campo Grande: EDUFMS, 1998.
- CASCUDO, Câmara Luis. *Locuções tradicionais no Brasil coisas que o povo diz*. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada, 1986.
- GALVÃO, José Raimundo. *Verbos que expressam ‘movimento’ nos roteiros de navegação*. 2002. Tese (doutorado em Letras) – UFBA, Salvador, 2002.
- GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do Texto*. São Paulo: Ática, 1990.
- JÚNIOR, Magalhães. *Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos bem como de Curiosidades Verbais, Frases Feitas, Ditos Históricos e Citações Literárias, de Curso Corrente na Língua Falada e Escrita*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1974.

JORGE, G.; JORGE S. *Dar à Língua. Da Comunicação às Expressões Idiomáticas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

LEAL, Maria Auxiliadora. O Uso da expressão idiomática no português do Brasil: alternativas para o professor. In: FREITAS, J. E.; MOL, M. L.(Org.). *Português Língua Pátria, Fator de Identidade e Resistência*. Coleção Lições de Minas, vol. VIII, Belo Horizonte. 2000. Cap. VIII, p. 83-96.

LYONS, John. *Linguagem e Lingüística*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NASCENTES, Antenor. *Tesouro da Fraseologia Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1966.

PALMER, F. R. *A Semântica*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

TAGNIN, Stella Ortweiler. *Expressões Idiomáticas e Convencionais*. São Paulo: Ática, 1989.

Palavra africana em Minas Gerais

Sônia Queiroz

Faculdade de Letras – UFMG

Amanda Sônia López de Oliveira

Graduanda na Faculdade de Letras – UFMG

Résumé: Les registres épars de vocabulaires des langues africaines parlées à Minas Gerais, au Brésil, publiés au long du xx^{ème} siècle, viennent d'être compilés par une recherche développée à la Faculté des Lettres de l'Université Fédérale de Minas Gerais. Cette compilation paraît confirmer la thèse défendue par l'ethnolinguiste Yeda Pessoa de Castro, dans ses investigations sur l'intégration des apports africains à la langue portugaise, au Brésil. Durant la période de l'économie d'exploitation de l'or et des pierres précieuses, les langues africaines – surtout le kimbundu, le umbundu et le kikongo, du groupe bantou – se sont mélangées entre elles et, ensuite, au portugais. Favorisées par des ressemblances phonologiques, ces mélanges ont eu comme résultat, au début, le "dialecte des mines" et, ensuite, dans un continuum, le "dialecte rural", largement parlé dans le territoire de Minas Gerais.

Mots clés: vocabulaires, africain, Minas Gerais.

Minas Gerais recebeu um dos maiores contingentes de africanos escravizados, nos séculos XVIII e XIX, período em que se deu o povoamento da então Capitania das Minas, impulsionado pela descoberta do ouro e das pedras preciosas na região:

[...] em Minas se reuniu, em período relativamente curto, a maior concentração de escravos verificada no país. Cerca de meio milhão de negros foi empregado na mineração do ouro e dos diamantes nos setenta anos em que essa exploração foi considerada economicamente rendosa. (CARNEIRO, s.n.t., p. 3.)

Conseqüentemente, a população afro-descendente foi maioria em Minas até o final do século XIX: em 1776, os negros e mestiços de negros somavam 249.105 indivíduos – 77,90% numa população total de 319.769 habitantes; nos anos de 1786 a 1805, os escravos constituíam 47,94% e 46,38% da população, donde se pode inferir que os indivíduos de cor continuavam sendo maioria, pois, por essa época, muitos deles já eram alforriados (SENNA, 1938, p. 58-59.); em 1821, havia 383.061 negros e mestiços de negros, num total de 514.108 habitantes, o que equivale a 74,51% da população (ESCHWEGE apud BARBOSA, 1972, p.126.). Após a extinção do tráfico negreiro e a abolição do regime de escravidão no Brasil, no primeiro recenseamento demográfico da República, realizado em 1890, eles são ainda 53,32% dos habitantes de Minas Gerais (SENNA, 1938, p. 60.).

No início do século XXI, ainda encontramos remanescentes das culturas africanas que aqui se instalaram e até mesmo núcleos de resistência cultural, muitos deles associados a atividades artísticas e religiosas, de que são talvez os exemplos mais significativo as irmandades de N. S. do Rosário e os grupos de candombe. A esse respeito, destacam-se os livros *Associações religiosas no ciclo do ouro*, de Fritz Teixeira de Salles; *Afrografias da*

memória, de Leda Martins; *Os sons do Rosário*, de Glauro Lucas; *Festa do Rosário: iconografia e poética de um rito*, de Patrícia Brandão Couto; *Os tambores estão frios: herança cultural e sincretismo religioso no ritual de Candombe*, de Edmilson de Almeida Pereira.

O livro *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*, resultante de pesquisa realizada na década de 1980, descreve uma língua afro-brasileira – base gramatical do português rural mineiro e vocabulário de línguas africanas do grupo banto, predominantemente umbundo e quimbundo¹ – utilizada na periferia de Bom Despacho, Oeste de Minas, em situações especiais – de lazer, sobretudo diante de brancos moradores de outros bairros, de classe social superior – e identifica, por meio da pesquisa bibliográfica, um total de 10 núcleos de resistência cultural afro-negra em Minas Gerais, quase todos com registro lingüístico. (QUEIROZ, 1998, p. 33.)

Cerca de 20 anos depois, a Fundação Palmares (vinculada ao Ministério da Cultura), atuando junto ao Congresso Nacional e poderes locais, “no sentido de ampliar a cultura de valorização da diversidade étnica e cultural na formulação de leis e implementação de políticas públicas”, realizou o primeiro mapeamento das comunidades remanescentes de quilombos, tendo identificado 743 áreas, onde vivem cerca de 2 milhões de brasileiros. Destas áreas, 42 já foram reconhecidas e 29 comunidades receberam o título definitivo da terra, segundo informações divulgadas no *site* da Fundação. Em Minas Gerais, em novembro de 2001, a pesquisa da Fundação Palmares tinha identificado 56 comunidades remanescentes de quilombos. Prosseguindo o levantamento em Minas, o CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – divulgou ao final de 2005 sua “Relação das comunidades de origem quilombola no Estado de Minas Gerais”, contendo nada menos do que 303 comunidades.

Não há dúvida, portanto, sobre a forte contribuição dos africanos e seus descendentes na consituição da nossa economia

¹ Embora não tenha feito um estudo etimológico do vocabulário, foi possível perceber evidências da sua base banto, por meio da interlocução com outros pesquisadores, especialmente Yeda Pessoa de Castro.

e da nossa cultura. Apesar dessa constatação, ainda são poucas as publicações dedicadas ao registro dos aportes culturais africanos ao acervo de Minas.

Considerando-se a escassez de informação referente aos africanos vindos para o Brasil como escravos — já que foi queimada a documentação oficial relativa ao tráfico, em obediência à Circular de 13 de maio de 1892, do Ministério da Fazenda — e a quase inexistência de documentos lingüísticos do período da escravidão, os estudos dos casos de resistência cultural revestem-se de grande importância, na medida em que constituem uma fonte essencial para a determinação dos grupos de africanos que se concentraram nas diversas regiões do País, seus remanescentes culturais, tais como os cultos religiosos, o artesanato, a música, a dança, a língua e a literatura oral.

O que se pode perceber é que o investimento na pesquisa sobre os remanescentes culturais africanos no Brasil acaba por delinear com maior clareza nosso ainda grande desconhecimento sobre a contribuição afro-negra à formação da cultura brasileira e, ao mesmo tempo, a enorme força e alcance dessa contribuição. Pode-se dizer, portanto, que, neste campo de estudos, estamos ainda começando. Mais do que nunca, vivemos um momento de chamada à pesquisa sobre o tema fascinante da pluralidade cultural.

Nos últimos anos, felizmente, parece ter se renovado o interesse pelos estudos sobre o negro no Brasil. É preciso ressaltar o papel essencial dos movimentos sociais, como o Movimento Negro, dentre outros, e da nova Constituição Brasileira, que afirma o direito à diferença: escola diferenciada, respeito aos cultos religiosos e manifestações culturais afro-brasileiros. Mais recentemente, a lei nº 10.639, sancionada pelo Presidente da República em 9 de janeiro de 2003, que torna “obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”, vem reforçar oficialmente, pela via do sistema educacional, o reconhecimento das culturas africanas como elemento integrante da cultura brasileira e justificar o investimento na pesquisa e na produção de material que sirva à difusão do conhecimento da história e das manifestações lingüísticas e artísticas dos povos africanos que participam da história e da composição étnica do Brasil.

Línguas africanas em Minas

No que diz respeito às línguas africanas trazidas para Minas, Antônio da Costa Peixoto registrou pela primeira vez, em manuscritos de 1731 e 1741, a existência de uma língua veicular de base ewe na região de Vila Rica. Esses manuscritos, que integram o acervo da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, só foram publicados duzentos anos depois, em 1945, em Lisboa, sob o título de *Obra nova da língua geral de mina*. Recentemente, em 2002, o vocabulário foi reeditado pela etnolingüista Yeda Pessoa de Castro, acrescido de comentários, contextualização e análise, mapas, narrativas e imagens dos africanos e de objetos representativos da sua cultura, no livro *A língua jeje-mina no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*, publicado pela Fundação João Pinheiro e Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais.

Na primeira metade do século XX, além do vocabulário ewe de Costa Peixoto, foi publicado, em 1938, na *Revista do Arquivo Municipal*, um vocabulário quimbundo recolhido no povoado de Catumba, município de Itaúna, por João Dornas Filho, que tece algumas observações sobre a morfo-sintaxe do “dialeto”, classificado pelo pesquisador como “um dialeto congôês” e denominado de “quimbundo, ou undaca de quimbundo”.

Meio século depois, já no final do século XX, outras quatro publicações registram remanescentes de línguas africanas em Minas.

Em 1995, a historiadora Eugênia Dias Gonçalves divulgou em edição restrita o *Vocabulário dos Tata n' Ganga Mukice da Irmandade de N. S. do Rosário do Bairro Jatobá, Belo Horizonte, Minas Gerais*.

Em 1997, o jornalista Gastão Batinga registrou no livro *Aspectos da presença do negro no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba* um vocabulário banto ali utilizado e conhecido como “kalunga”. Sua pesquisa realizou-se a partir de 1984 e encontrou o *linguajar* em 16 cidades da região, das quais os maiores focos foram Estrela do Sul, Iraí de Minas, Patrocínio e Serra do Salitre. Menciona que a língua também é conhecida por “benguela ou banguela”, todavia, ressalta “kalunga” como “um nome bem escolhido.

Kalunga, na realidade, é uma entidade controvertida. Mágica, secreta, maravilhosa”, conclui ele à página 55. Sobre a origem, levanta a hipótese de ter sido introduzida na região por escravos vindos do Arraial do Tijucu.

Também deram notícia desse vocabulário calunga Carlos Vogt e Peter Fry, no livro *Cafundó: a África no Brasil*, publicado em 1996, em que registram ainda ocorrências de vocabulário africano em Milho Verde e Alfenas.²

Em 1998, a Editora UFMG publicou *Pé Preto no Barro Branco: a língua dos negros da Tabatinga*, trabalho sobre vocabulário africano remanescente em Bom Despacho, realizado por uma das autoras deste artigo. Trata-se, nesse caso, de uma espécie de código secreto, também nomeado por vários de seus falantes como *a gíria, língua dos cativero e língua do cuete* (língua do homem).

Tem-se vaga notícia de duas outras pesquisas sobre línguas usadas por comunidades de origem africana em Minas Gerais, embora nada se tenha publicado ainda a respeito de seus resultados. Em 1976, o jornal *Estado de Minas* divulgou que um grupo da Universidade Federal de Juiz de Fora, coordenado pelo Prof. Mário Roberto Zágari, vinha estudando uma língua de origem africana falada em Milho Verde, distrito do Serro. Na mesma região mineradora (Vale do Jequitinhonha), no município de Chapada do Norte, ainda segundo matéria publicada no *Estado de Minas*, em 24 de abril de 1983, o americano John David Wyatt reuniu material sobre um “dialeto banto” usado ali como “único meio de comunicação”. Exageros à parte, Chapada do Norte integra a relação das comunidades quilombolas identificadas pela Fundação Palmares e pelo CEDEFES, portanto, pode haver na fala da comunidade traços remanescentes de línguas africanas mais fortes do que no português de outras regiões do Brasil. No entanto não temos notícia de nenhuma publicação a respeito, de David Wyatt ou outro pesquisador.

² O livro trata especialmente do fenômeno na comunidade do Cafundó, no estado de São Paulo, mas destacamos aqui, em função do nosso recorte, as comunidades mineiras.

Além dos vocabulários aqui mencionados, há ainda a recolha de Aires da Mata Machado Filho, incluída no trabalho sobre *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*, publicado pela primeira vez, em livro, em 1943, pela Civilização Brasileira.³ Alguns anos antes, entre 1939 e 1940, Aires publicara em capítulos, na *Revista do Arquivo Municipal*, de São Paulo, o resultado da pesquisa realizada em 1928 entre os negros nos povoados de São João da Chapada e Quartel do Indaiá, município de Diamantina: dois glossários da “língua banguela” ou “dialeto crioulo” – um extraído dos cantos e o outro, do linguajar local.⁴ O material registrado pelo Prof. Aires é reexaminado do ponto de vista lingüístico por Maurizio Gnerre, na década de 1980, no artigo “O Corpus dos Vissungos de São João da Chapada (MG)”, e mais recentemente, em 2003, por Lúcia Valéria do Nascimento, em dissertação de Mestrado em Estudos Lingüísticos na FALE/UFMG. Lúcia verificou que, dos 65 vissungos recolhidos por Machado Filho na década de 30, há apenas 14 ainda presentes na memória de poucos cantadores (NASCIMENTO, 2003, p.15.), que se referem às palavras africanas que ainda guardam na memória como “na *língua* é assim...”.

Cantos e contos da tradição oral banto em Minas

Os registros impressos de vocabulários das línguas africanas trazidas para Minas se fazem em alguns casos a partir da recolha de cantos e contos orais e, portanto, não se restringem a listas de palavras e anotações gramaticais, mas apresentam textos e contextos discursivos.

É o caso do livro *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, de Aires da Mata Machado Filho, que registra 65 vissungos, como são chamadas as “cantigas em língua africana ouvidas outrora

³ A segunda edição em livro saiu também pela Civilização Brasileira, em 1964. Em 1985, a editora Itatiaia publicou uma co-edição com a EDUSP, ainda disponível no mercado livreiro.

⁴ O pesquisador designa o falar que documenta de “dialeto crioulo sanjoanense”, mas a denominação atribuída pelos falantes parece ser “língua d’Angola e língua banguela (nunca dizem benguela) embora também se refiram ao nagô”.

nos serviços de mineração”, das quais o pesquisador apresenta “letra, música e tradução, ou antes ‘fundamento’”; e, ainda, 8 capítulos de estudo sobre a cultura afro-brasileira no contexto do trabalho da mineração de diamantes.

Resultado concreto do registro escrito e do desenvolvimento de tecnologias de gravação sonora: muito posteriormente, em 1982, quatorze desses vissungos foram gravados nos estúdios Eldorado, por Clementina de Jesus, Doca e Geraldo Filme, no LP *O Canto dos Escravos*, hoje disponível em CD. Há ainda outras gravações esparsas, realizadas por músicos urbanos, como Aldo Bueno, Mônica Salmaso, Gil Amâncio e Ricardo Aleixo, que se ligam a esses dois registros iniciais. Ao final da década de 90, a Associação Cultural Cachuera! gravou, na voz de Ivo Silvério da Rocha, contramestre do Catopê de Milho Verde, três cantos que constituem a primeira faixa do CD *Congado Mineiro*, lançado pela Itaú Cultural, na série Documentos Sonoros Brasileiros. Falta, ainda, uma gravação de todos os 65 vissungos, com a orientação da Etnomusicologia e na interpretação de africanos e afro-descendentes de línguas bantos. Esperamos que não demore a acontecer.

Quanto às narrativas, os estudos da pesquisadora Eugênia Dias Gonçalves, por exemplo, começaram com a recolha de contos da tradição oral afro-brasileira junto aos membros da irmandade do Rosário do bairro Jatobá, em Belo Horizonte. Tendo percebido a abundância de palavras de origem africana no vocabulário dos contos, procedeu à recolha sistemática das palavras.

Entretanto, com raras exceções – em que se destacam os livros publicados na Bahia por Mestre Didi – as narrativas de tradição afro-brasileira figuram esparsas nas coletâneas de contos orais, podendo ser identificadas apenas de modo indireto, portanto por um leitor especialmente atento, em notas de rodapé ao de fim do volume, seja pela menção à etnia do contador ou contadora, seja pela presença de traços culturais e lingüísticos africanos no texto. Nesse contexto, consideramos oportuna a organização de uma coletânea de narrativas orais afro-brasileiras de tradição banto, que planejamos para o próximo ano, no âmbito do projeto *Minas afro-descendente*, iniciado em 2004 na Faculdade de Letras da UFMG.

A seleção das histórias deverá ser feita a partir da leitura de narrativas orais de tradição africana coletadas no Brasil e especialmente em Minas, publicadas por pesquisadores, educadores e escritores, e de seu cotejo com narrativas da tradição oral recolhidas na África entre os povos de línguas bantos cuja presença é mais fortemente percebida no Brasil (e em Minas) – os ambundo, ovimbundo e bacongo, falantes de quimbundo, umbundo e quicongo, respectivamente. Será usado como critério de seleção das narrativas afro-brasileiras o fato de encontrar-se uma versão recolhida no Brasil e outra na África, publicada em tradução para o português. Com a organização (e posterior edição) dessa coletânea de narrativas da tradição oral banto trazida para Minas, queremos contribuir para nossa memória, afirmar a identidade cultural afro-brasileira, por meio do reconhecimento do valor patrimonial das nossas tradições lingüístico-culturais de origem africana e, em última instância, colaborar na valorização do hibridismo que caracteriza nossa cultura, tão rica em sua composição étnica.

A Língua das Minas, uma história de encontros de falantes

Em 2005, realizamos a compilação dos vocabulários africanos documentados em sete comunidades mineiras. O resultado dessa compilação está sendo publicado pela Faculdade de Letras da UFMG, na forma de um glossário, que reúne em cada verbete as diversas ocorrências de um mesmo vocábulo, grafadas de acordo com o registro inicial, respeitadas as diferentes escolhas dos pesquisadores.

Esse glossário, tendo reunido num mesmo verbete os registros esparsos, nos permite visualizar a recorrência do vocábulo africano em diferentes regiões do estado de Minas e também analisar sua variação mórfica e semântica, preparando melhor os dados para a pesquisa etimológica, a ser desenvolvida posteriormente por meio de consulta a dicionários e gramáticas e a falantes nativos das línguas africanas faladas no Brasil colônia. Veja-se, por exemplo, os verbetes gerados a partir da palavra *cumba*:

Cumba [kuba], **Pumba** [ˈpūba]. s.m. Sol. “Ele hoje caxô aqui rompê do cumba. Ele hoje passô aqui rompê do sol.” QUEIROZ, 1998, p. 120. Tabatinga; **Cumba**, **Cumbe**. Hora, dia, sol. VOGT & FRY, 1996, p. 300. Patrocínio; **Cumbe**. Cidade, povoado. Sol. *Ibidem*, p. 300, Milho Verde e Patrocínio; Certa bebida. GONÇALVES, 1995, f. 5. Belo Horizonte; **Ocumbe**, **Ucumbe**. Sol. VOGT & FRY, 1996, p. 325 e 337. Milho Verde; **Gumbo**. Dia, hoje. *Ibidem*, p. 307. Patrocínio; **Kumba**. Ano. Hora. BATINGA, 1994, p. 61 e 64. Alto Paranaíba/Triângulo; **Kumbo**. Ano. *Ibidem*, p. 61.

Cumba da hora do bambi. [kūba da ɔra du bãˈbi]. Lua (lit. sol da hora do frio). QUEIROZ, 1998, p. 120. Tabatinga

Cumba do bambi. [kūba du bãˈbi]. Lua (lit. sol do frio). *Ibidem*, p. 120.

Cumba do oteque [kūba du otekɪ]. Lua (lit. sol da noite). *Ibidem*, p. 120.

Kumba raiante. Dia. BATINGA, 1994, p. 63. Alto Paranaíba/Triângulo.

Kumba raiante. Lua. *Ibidem*, p. 64.

Kumba serena. Noite. *Ibidem*, p. 65.

Kumbo oteke. Sol se pondo. *Ibidem*, p. 61.

Kumbo raiante. Dia. *Ibidem*, p. 63.

Kumbo raiante. Sol. *Ibidem*, p. 66.

Cumbe de otécame. Lua (lit. lume da noite). DORNAS Fº, 1938, p. 148. Itaúna.

Cumbe de uanja. Sol. *Ibidem*, p. 148.

Ou da palavra *bambi*:

Bambi. [bãˈbi]. s.m. Frio. “Ah, isso [caxá tiˈploque] é bom na hora do bambi memo. Ah, isso [calça sapato] é bom na hora do frio memo.” QUEIROZ, 1998, p. 113. Tabatinga; VOGT & FRY, 1996, p. 289. Patrocínio; GONÇALVES, 1995, f. 3. Belo Horizonte; MACHADO Fº, 1964, p. 71. São João da Chapada; DORNAS Fº, 1938, p. 145. Itaúna; **Dambi**, **Kambi**. BATINGA, 1994, p. 64. Alto Paranaíba/Triângulo; **Mbambe**. s. MACHADO Fº, 1964, p. 122. São João da Chapada.

Bambi-naquata. Muitíssimo frio. GONÇALVES, 1995,
f. 3. Belo Horizonte.
Mbambe. Ver *bambi*.

Podemos perceber, nessa leitura, histórias de encontros – de pessoas e de línguas. Pois, ao realizar a documentação de uma língua, o pesquisador está reunindo elementos sócio-culturais de uma determinada comunidade, num determinado recorte de tempo e espaço, com o objetivo primeiro de gerar um instrumento lingüístico a favor da construção de uma memória social. Entretanto, para que esse instrumento tenha ação efetiva é preciso que o trabalho do pesquisador não se limite ao registro. Os saberes documentados necessitam de ativação. E esta é possível de ocorrer por diversos caminhos. Duas possibilidades que logo se apresentam são: a primeira, a divulgação mais ampla desses estudos, e a segunda, a viabilização de incentivos a um fazer artístico que se dê pelo uso da língua que se documenta. Todavia, outros caminhos ainda são possíveis... Num mundo que vive no auge das tecnologias da comunicação, conectado em rede, na busca da superação do isolamento, como não cogitar a interação dos falantes das várias comunidades em que foram feitas as colchas?

O isolamento desses últimos falantes, cada qual em sua comunidade, contribui para uma falsa conclusão, a de que a língua que se perpetuou em sua memória e seus saberes e valores não têm mais espaço no mundo contemporâneo. Equívoco, que pode se dissolver, conforme esses falantes possam, efetivamente, se encontrar e reconheçam seus pares na diferença, brinquem com a surpresa de reconhecer uma palavra na língua do outro ou com a novidade de um nome nunca antes escutado...

Podemos falar de dois desses encontros.

O primeiro aconteceu no 34º Festival de Inverno da UFMG, durante a oficina Vissungos: cantos africanos de vida e morte, quando foram reunidos para atuarem como monitores os dois mestres de vissungos de Milho Verde, Ivo e Crispim, e dois jovens angolanos, Taho e Chitacumula, falantes o primeiro de quimbundo e o segundo de umbundo. A proposta era de uma interação que

tornasse possível o trabalho criativo dos participantes com o apoio dessas pessoas que têm o conhecimento dos vissungos e o conhecimento das línguas africanas em que são cantados. A alegria e comoção foi recíproca e compartilhada: por parte dos jovens angolanos, o inesperado de encontrar, no Brasil de hoje, pessoas que ainda façam escapar de suas bocas palavras de línguas africanas; por parte dos velhos cantadores, conhecer os dois angolanos parecia resgatar um tempo antigo e coisas antigas que se foram perdendo na distância desse tempo e de antepassados comuns; de ambas as partes, uma satisfação como a de se rever um amigo ou parente separado há muito.

O segundo contato aconteceu no evento *Minas afro-descendente*, em agosto de 2004. Um evento cultural, que buscou promover a confraternização de vários segmentos da cultura afro-brasileira em Minas Gerais, na comunidade da Tabatinga, na cidade de Bom Despacho. Nesta ocasião foi possível promover o encontro dos mestres de vissungo e estudantes angolanos mencionados acima com D. Maria Joaquina, mais conhecida como Fiotinha, última falante de tradição da língua documentada na Tabatinga. Essa interação permitiu a percepção de que esses remanescentes lingüísticos, embora isolados em suas comunidades, guardam entre si mais semelhanças que diferenças e dialogam abundantemente com o umbundo e o quimbundo. Essas percepções permitem trabalhar com a hipótese de uma língua única, que, talvez, poderíamos chamar de *Língua das Minas*, se considerarmos o modo como tudo começou, aceitando a hipótese da etnolingüista Yeda Pessoa de Castro, que apresenta o *continuum*: dialeto das senzalas→dialeto das minas→dialeto rural (CASTRO, 1977, p. 49-64) e afirma terem sido as semelhanças entre o português e as línguas africanas trazidas para o Brasil o principal fator a favorecer o nivelamento lingüístico dos falares afro-portugueses em direção ao dialeto rural.⁵ Os encontros entre alguns dos últimos falantes (ou cantantes) de línguas africanas

⁵ Mauricio Gnerre reforça esta hipótese, no artigo inédito sobre “O corpus dos vissungos de São João da Chapada”, já mencionado aqui.

em Minas demonstram ainda a necessidade de se prosseguir com a experiência, para além dos objetivos acadêmicos, considerando-se um objetivo mais humano – o de construir convivências, através das quais, certamente, será possível reconstruir memórias, reativar saberes, revitalizar os falares e valorizar esses sujeitos, como portadores de uma memória da maior relevância na formação da língua e da cultura brasileira.

Enfim, o registro escrito de um saber lingüístico é, sem dúvida, um documento histórico da maior relevância. Todavia, não se pode deixar que o reconhecimento da existência dessas línguas se restrinja à anotação de cada palavra e de seu significado. Afinal, se há língua, há homens. E se há homens há histórias que buscam corpos e vozes para se eternizarem.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil: primeira configuração espacial*. Brasília: edição do autor, 1999.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: UFMG, 1971.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: [Imprensa Oficial], 1972.

BATINGA, Gastão. *Aspectos da presença do negro no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba*: Kalunga. Uberlândia: edição do autor, 1994.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. *Sistematização nacional das comunidades remanescentes de quilombos*. Brasília: set. 2000. <http://www.palmares.gov.br>. Acessado em 27/11/2001.

CARNEIRO, Edison. O negro em Minas Gerais. Separata do *Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais*, Rio de Janeiro, MEC/INEB/CBPE, p. 3-18, [s.d.].

CASTRO, Yeda P. de. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Secretaria de Estado da Cultura, 2002. (Mineiriana – Série Clássicos)

CASTRO, Yeda P. de. *Falares Africanos na Bahia* (um vocabulário afro-brasileiro). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Topbooks, 2001.

CASTRO, Yeda P. de. Influências de línguas africanas no português do Brasil e níveis sócio-culturais de linguagem. *Educação*, Brasília, v. 6, n. 25, p. 49-64, out.-dez. 1977.

CEDEFES. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Projeto Quilombos Gerais. Realção das comunidades de origem quilombola no estado de Minas Gerais. <http://www.cedefes.org.br>. Acessado em 30/3/2006.

CIENTISTAS da UFJF descobrem uma tribo de africanos perto do Serro. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 maio 1976.

COUTO, Patrícia Brandão. *Festa do Rosário: iconografia e poética de um rito*. Niterói: EdUFF, 2003.

DIAS, Paulo. (Dir. geral de pesquisa.) *Congado Mineiro*. [São Paulo: Cia. de Áudio/Classic Master, 2001.] (Coleção Itaú Cultural. Documentos sonoros brasileiros Acervo Cachuera!, 1).

DORNAS Fº, João. Vocabulário quimbundo. *Revista do Arquivo Municipal*, [São Paulo], v. 49, n. 5, p. 143-150, jul.-ago. 1938.

GNERRE, Maurizio. *O corpus dos vissungos de São João da Chapada (MG)*. [Campinas, 198-] (Fotocópia) Inédito.

GONÇALVES, Eugênia Dias. Os falares de Angola da Irmandade do Rosário de Belo Horizonte. *FUNDAC Informa*, Belo Horizonte, p. 5, [1994?].

GONÇALVES, Eugênia Dias. *O vocabulário dos Tata n' Ganga Mukice da Irmandade de N. S. do Rosário do Bairro Jatobá, Belo Horizonte, Minas Gerais*. Belo Horizonte: FAFI-BH, 1995.

LUCAS, Glaura. *Os sons do Rosário: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MACHADO Fº, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. (Retratos do Brasil, 26)

MARTINS, Leda. *Afrografias da Memória*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

NASCIMENTO, Lúcia Valéria do. *A África no Serro Frio: vissungos de Milho Verde e São João da Chapada*. 2003. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

OLIVEIRA, Amanda Sônia López de. *Palavra africana em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Edições Viva Voz, 2006.

PEIXOTO, Antônio da Costa. *Obra nova de língua geral de mina*. Publ. e apres. Luís Silveira. Com. fil. Edmundo Correia Lopes. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Os tambores estão frios: herança cultural e sincretismo religioso no ritual de Candombe*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, Belo Horizonte: Mazza Edições, 2005.

QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

SALLES, Fritz T. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/UFMG, 1963.

SENNA, Nelson de. *Africanos no Brasil: estudos sobre os negros africanos e influências sobre a linguagem e costumes do povo brasileiro*. Belo Horizonte: Of. Gráf. Queiroz Breyner, 1938.

VOGT, Carlos, FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo, Campinas: Companhia das Letras, Ed. da UNICAMP, 1996.

Toponímia

A toponímia mineira: o caso de Macabelo

Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen
Faculdade de Letras – UFMG

Abstract: An analysis of the ancient proper noun Macabelo is presented in this text. It is first registered in the Itinerário Geográfico by Tavares de Brito dated from the 18th century. It is nowadays analysed as a place name. It has a Judeo Greek origin and is related to old Jewish settlers in the ancient province of Minas Gerais.

Keywords: Macabelo, toponimy, anthroponimy, Minas Gerais, hyper-correction.

O topônimo *Macabelo*¹, objeto do presente trabalho, é registrado em 1732, por Francisco Tavares de Brito no *Itinerário Geographico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras, que há da cidade do Rio de janeiro até as Minas do Ouro*, que descreve os caminhos para se chegar às minas de ouro da antiga província de Minas, como o próprio título esclarece. Sua última versão está no Códice Costa Matoso (1999), mas há cópias em várias bibliotecas. A John Carter Brown Library (JCB) nos EUA guarda uma, bem como a Biblioteca da Ajuda (BA) e a Biblioteca de Évora (BPE) em Portugal. Tivemos acesso a microfilme e cópia xerox da versão da John Carter Brown, além da versão do Códice Costa Matoso (CCM).

O historiador Lima Jr (1978)², ao discorrer sobre a capitania das Minas Gerais, chama atenção para a herança judaica conservada na província de Minas através dos judeus que por conversão forçada pela Inquisição tornam-se cristãos – sendo por isso denominados cristãos – novos, em oposição aos tradicionalmente cristãos, os cristãos – velhos – e acabam por vir para o Brasil. O que se verifica no Itinerário é que a descrição apresentada é a dos caminhos dos que ‘iam para o sertão’, os bandeirantes, os chamados Caminho Velho e o Caminho Novo. Também esses caminhos constituem o que se conhece como Estrada Real. Tais roteiros, como o Caminho Novo, descrito por Tavares de Brito, são, segundo Venâncio (1999), “rotas indígenas incorporadas à história da colonização de Minas Gerais”.

Assim se lê no texto do historiador:

¹ Projeto apoiado pela Fapemig – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

² 1ª edição, 1940.

Os cristãos novos que desde o primeiro instante correram para as Minas, fugindo das fogueiras do Santo Ofício, organizavam roteiros para os que necessitavam fugir de suas terras da Europa, e atingirem as Minas do Ouro e dos diamantes (...) existe um trabalho escrito e publicado secretamente em Sevilha, pelo cristão novo Francisco Tavares de Brito e cautelosamente distribuído aos interessados em escapar das purificações dos padres pregadores. (...) O folheto não tem licença régia nem do Santo Ofício. É publicação clandestina e o aparente tipógrafo, Antônio da Silva, é nome de cristão novo. Como se vê trata-se de documento secreto para uso dos cristãos novos. (...) Vamos prosseguir nosso caminho para as Minas Gerais ou seja Vila Rica e Carmo.- 36) José Rodrigues. - 40) Ressaca. - 41) Carandaí. - 42) Outeiro. - 43) Os Dois Irmãos. - 44) Galo Cantante. - 45) Rocinha. Daqui em diante, vai-se por Amaro Ribeiro, Carijós e *Macabelo*.

Esse nome *Macabelo* quer dizer cristão novo judaizante e disposto a enfrentar o Santo Ofício. Da relação publicada por Warnhagen, de judeus remetidos à Inquisição de Lisboa nesse tempo, constam vários de Vila Rica. Um deles deverá ter sido esse corajoso que deu nome ao lugar. *Macabelo* deriva de *Macabeu*." (Lima Jr. 1978, p. 40, p. 135)

O *Itinerário* não fornece nenhuma indicação dessa finalidade específica, de que se destinasse ou fosse utilizado por cristãos-novos que vinham para o Brasil fugindo da Inquisição, apenas uma finalidade geral de conhecimento dos "incógnitos espaços daquelle paiz" Assim se inicia:

Eu emprehendi ordenar, e descrever hum Itinerário Geográfico, em que se incluíssem os lemites do governo de São Paulo, e Minas, não só por persuaçam de algumas pessoas curiosas, que dezejavão semelhantes noticias; mas para que se saibam os incógnitos espaços daquelle Paiz." (.....) Tavares de Brito (1732)

Também não dá indícios de que tenha sido publicado em Sevilha. As cópias de que dispomos são de Lisboa. No entanto, a interpretação de Lima Jr., de que *Macabelo* seria o nome de um

cristão-novo, disposto a enfrentar o Santo Ofício, dá ensejo a pesquisar o topônimo. Como se vê, o historiador nos fornece elementos para uma classificação deste curioso topônimo *Macabelo*. Traduzindo para a nomenclatura da toponímia: trata-se de um antropotopônimo, um nome de lugar que é também um nome próprio, além do que se lê no texto sobre uma possível origem desse nome, isto é, que *Macabelo* deriva de *Macabeu*. Em áreas rurais do Brasil existe o sobrenome *Macabeu*, que aparentemente remonta ao nome dos irmãos hebreus que resistiram ao domínio dos selêucidas, conforme consta na Bíblia católica, nos dois livros *Macabeus* I e II, do Antigo Testamento.

Macabelo aparece em duas outras passagens do *Itinerário*, além da registrada por Lima Jr. São as seguintes:

Caminho Velho/Logo que se sai da vila de São João se passa em canoa o rio das Mortes (se se não que passar na ponte, de que se paga quarenta *réis) e se vai ao Carandaí: Cataguases; Camapuã; Carijós; *Macabelo*. (*Itinerário...Códice Costa Matoso*, p. 903)

Caminho Novo/Carandaí; Lagoa Dourada (toma este nome todo aquele terreno, usurpando-o da lagoa vizinha); Camapuã; Redondo; Congonhas; *Macabelo*. (*Itinerário...Códice Costa Matoso*, p. 903)

A transcrição do Códice Costa Matoso é modernizadora e não conserva os topônimos tais como aparecem nas fontes de que procede. No que concerne a *Macabelo*, a modernização que se percebe da comparação da transcrição do Códice com a versão JCB, é apenas grafemática: a simplificação dos dois -ll- : *Macabello* > *Macabelo*. Outros topônimos sofrem uma modernização mais drástica, como *Callanday*, que se transcreve como *Carandaí*, ou *Titiaia*, que se transcreve como *Itatiaia*.

A classificação antropotopônimo oblitera a questão diacrônica aí embutida, a da origem do topônimo. Se *Macabelo* foi o nome de um cristão novo judaizante, era um nome próprio, e se passa a ser topônimo, tem-se a seguinte evolução: antropônimo > topônimo.

Seguindo o roteiro proposto no *Itinerário* e em consulta à bibliografia especializada e a mapas atuais e antigos, concluímos que o local *Macabelo* referido no *Itinerário* corresponde a uma localidade atual do município de Santana dos Montes, na micro região de Conselheiro Lafaiete, da região Campos das Vertentes do estado de Minas Gerais.

Os mapas mais antigos a que tivemos acesso, do período Colonial, da *Cartographia das Minas Gerais*, que datam do século XVIII, reproduzidos pela UFMG em 2002, não registram esse topônimo *Macabelo*. Os mapas consultados são os seguintes:

- a) Cartas Topográficas municipais do Departamento Geográfico, Comissão Geographica e Geológica de Minas Gerais, Flha no. 27 {N1E1}, município de Lagôa Dourada (Itabirito), 1930.
- b) *Cartographia das Minas Gerais – Da capitania à Província*, BH: UFMG, 2002.
- c) Folhas da carta Capela Nova, escala – 1:50.000, IBGE, 1976.
- d) Folhas da carta Carandaí, escala 1:50.000, IBGE, 1976.

No mapa de 1930, encontrou-se o topônimo *Mau Cabello* e não *Macabelo*. Em cotejo entre o mapa de 1976 e mapas atuais, a antiga localidade *Mau Cabello* e cercanias foram identificadas como pertencentes ao atual município de Santana dos Montes, antiga Morro do Chapéu, na micro-região de Conselheiro Lafaiete, antiga Queluz de Minas e antes Queluz, que por sua vez substitui a forma mais antiga Carijós (Carijós>Queluz>Queluz de Minas> Conselheiro Lafaiete), na mesma região que consta no *Itinerário* do século XVIII como *Macabelo*.

O mapa de 1976 consultado não registra essas localidades, e do complexo toponímico que engloba, na carta antiga, de 1930, a *Fazenda do Mau Cabello*, o *Morro do Mau Cabello*, o *Monte do Mau Cabello*, o *Córrego do Mau Cabello*, a *Serra do Mau Cabello* nada resta nos mapas mais recentes. No de 1976, do município de Lagoa Dourada, na região correspondente ao antigo *Mau Cabello* encontra-se o lugar vizinho *Mamona*, situado entre o divisor da vertente da margem esquerda do *Córrego das Areias* e o Divisor da

vertente da margem direita do *Córrego das Areias*. Ou seja, não se registram nos mapas mais recentes e nos atuais essas localidades, sob esses topônimos, seja *Mau Cabello*, seja *Macabelo*.

A fazenda do *Mau Cabello*, constante do mapa antigo, não existe mais, apenas poucas ruínas, que no próprio local são denominadas, por escrito, em placas, como *Ruínas do Mau Cabelo*. Essa informação decorre da pesquisa de campo, das visitas à região, depois de ter sido essa identificada através dos mapas e das leituras relevantes. Várias visitas foram feitas às localidades que são parte do trajeto de Conselheiro Lafaiete a Sabará, percurso da antiga Estrada Real. A localização foi feita a partir dos mapas a que se teve acesso já citados e de sites da Internet³. Informações de antigos moradores da região de Itaverava, MG, próxima a Santana dos Montes, que fizeram referência à localidade *Macabelo* nas proximidades da cidade também foram indispensáveis para a localização do sítio. Com as coordenadas em mãos partimos para a pesquisa de campo, entrando por Conselheiro Lafaiete e seguindo por estradas de terra em direção a Buarque de Macedo e Santana dos Montes, onde se localizou o sítio da antiga fazenda do Mau Cabelo e as ruínas de um moinho. O ribeirão e o morro que constam do mapa antigo também foram identificados.

A história oficial da região privilegia a forma *Mau Cabelo*, já que assim aparece nas placas indicativas e no mapa de 1930, no entanto na fala espontânea de informantes moradores da área rural foi registrada a forma *Macabelo*. Trata-se, portanto, dentro de uma análise onomástica, de um topônimo que apresenta atualmente 2 variantes: *Macabelo* ~ *Mau Cabelo*. Portanto, a forma registrada na fala rural atual corresponde à que se registra no Itinerário de 1732, isto é *Macabelo*. Em uma das visitas ao local, um informante rural referiu-se à antiga fazenda como “lá no *Macabelo*”, e a um morador da antiga fazenda como “Zezé de *Macabelo*”.

A interpretação que atribuímos a essa variação é a de mudança por reanálise, como uma hiper – correção e como etimologia popular: os falantes, não capazes de descodificar o

³<http://aondefica.com/image/mapaminasgeraise.swf>

nome antigo *Macabelo*, reinterpretem-no com o que lhes parece mais provável, mais analisável, mais digno e compreensível por todos: o sintagma nominal constituído de adjetivo + nome: mau + cabelo. No entanto, esse não parece ser o padrão atual dominante da toponímia da região, que registra preferencialmente sintagmas nominais constituídos apenas por um Nome: Zabelouca, Santinho, Mamona, Tanque, Posse, etc.

Dados adicionais

Aventamos, portanto, a hipótese de que entre as duas variantes *Macabelo*~*Mau Cabelo*, *Macabelo* seria a forma mais antiga, uma vez que é a registrada no Itinerário de 1732, os outros registros sendo-lhe posteriores. Com o objetivo de se verificar como terá sido documentado o topônimo em outros documentos da mesma época, além do *Itinerário*, foram localizadas cartas de sesmaria do século XVIII em que aparecem tanto a forma *Macabelo*, quanto a forma *Mao Cabello*.

O uso das cartas de sesmaria justifica-se pelo fato de, nessas, nomes de lugares serem previsíveis dado o teor das mesmas, de doação de glebas de terras a sesmeiros. As informações nelas contidas poderiam facilitar e direcionar a pesquisa do lugar *Macabelo*, ausente dos mapas e dos documentos atuais.

Três cartas de sesmaria foram transcritas, cujos excertos relevantes transcrevemos abaixo: uma de 1717, a mais antiga, que registra *Mao cabelo*; a 2ª mais antiga de 1722, que também registra *Mao Cabello*, que parece ser a confirmação da petição inicial de 1717, uma vez que a sesmaria é doada a uma mesma pessoa, a saber, Joseph Duarte. A 3ª carta, de 1757, registra *Má cabelo*, não faz referência a Joseph Duarte, mas a Manoel dos Reys, em nome de sua mulher Maria da Conceição, viúva de Francisco Gomes Xavier. Entende-se que a meia légua de terra a que se refere a sesmaria foi arrematada em praça pública.

- (i) Representandome ser possui/dor de hum sitio, q chamaõ **do mao cabelo**, e terras a elle additas, as quais confinaõ com te/rras de Simaõ da Cunha principiando do Corrigo q esta junto dellas (...) (1717)

- (ii) Repre / sentandome serpossuidor de hum Sitio q' chamaõ **do mao cabelo** e terra/ alleadditas no destricto da Ititiaya termo desta V^a Rica(...) (1722)
- (iii) / hua Rossa em campo aberto com seus mattos e paastos que se / ouveraõ p osse de Remataçaõ qdella se fisera em pRaça / publica aq^{al} Rossa eracita na paragem chamada **má cabelo** (...) (1757)

O que se constata nas cartas de sesmaria é que a variação do topônimo também se verificava no século XVIII.

Mesmo com a variação nesse período remoto, nossa interpretação de *Macabelo* como a forma mais antiga se mantém pelas razões que passamos a explicar.

Outras versões do *Itinerário*

Segundo a publicação de 1999 do Códice Costa Matoso, a colação ('collatio') dos textos que serve de base à transcrição do *Itinerário* nele publicado foi feita com base nos manuscritos de Évora e da Biblioteca da Ajuda, ambos de Portugal. Ao que tudo indica, pelos esclarecimentos feitos por seus editores, a colação foi feita entre documentos que se encontravam junto aos documentos manuscritos do códice Costa Matoso. Não fica claro se os editores do Códice tiveram acesso a esses textos-base ou se estariam reproduzindo informação de Costa Matoso. Embora no Códice o critério adotado de modernização da língua se justifique, preferimos a leitura conservadora, que não altere a língua do texto-base, pois esta pode ser reveladora de alguma informação que nos interessa, como de fato o é. Essa foi a utilizada para a transcrição das cartas de sesmaria cujos dados apresentamos: a língua não foi modernizada, nem a ortografia.

Portanto, numa das cópias que serve à colação do *Itinerário* publicado no Códice em 1999, encontra-se a forma *Macabello*, e não *Mau Cabello*, que coincide com a informação de Lima Jr. (op. cit.). Da outra cópia por nós utilizada (JCB), microfilmada, se não do original, mas de cópia bem antiga do mesmo, dado o tipo de escrita, letra típica da imprensa do século XVIII, também consta

Macabelo. Consideramo-la como a mais antiga. Daí nossa persistência em considerá-lo como o topônimo mais antigo, sendo o *Mau Cabello*, que figura nas Cartas de Sesmaria e no mapa de 1930, por nós considerado como uma variante *hiper-correta* do punho de quem escreveu as cartas no século XVIII, que se instala na língua, lado a lado com a forma *Macabello*.

Outro indício de que *Mau Cabelo* é uma forma criada por hiper-correção é o fato de alguns informantes de alta escolaridade da região urbana do município onde se encontram as ruínas da antiga fazenda, chamarem à fazenda e ao local *Mau Cabelo*, com uma atitude nitidamente normativista e de “quem conhece a história da região”. No entanto, falantes menos escolarizados da área rural referem-se à localidade como *Macabelo*. Uma vez que a fala rural é reconhecidamente mais conservadora do que a urbana, pelo fato de não passar muitas vezes pelo filtro da língua escrita, vemos nessa atitude um indício da ancianidade de *Macabelo* face a *Mau Cabelo*.

Conforme registrado por Seabra (2004: 328 e ss.), na região do Carmo por ela estudada, os topônimos podem apresentar variantes, como em Armesca ~ Amescla ~ Mescla; Barbosa ~ Ubá do Barbosa; Monsenhor Horta ~ São Caetano; Pascoal Lope ~ Pascoal Lopes ~ Pacalope e outros. Há casos que indicam uma provável substituição diacrônica do topônimo, como Monsenhor Horta e São Caetano ou uma redução Ubá do Barbosa > Barbosa; mas há outros em que nitidamente uma das variantes é a culta e a outra a mais corrente e vernacular. Seria o caso de Almescla, notadamente a forma culta, revelada pela presença da seqüência fônica – cl – e do – l – lateral e sua correspondente Armesca, com a simplificação do grupo consonantal – cl – e o rotacismo do – l – em coda silábica.

Ao que tudo indica, a variação *Macabelo* ~ *Mau Cabelo* é um caso semelhante; em que a variante culta, da língua escrita é *Mau Cabelo* e a oral, rural e mais antiga é *Macabelo*.

Este é até o momento o avanço da investigação do topônimo *Macabelo*. Como se vê, o tema é complexo e envolve traços lingüísticos e culturais indissociáveis. Casos como este nos indicam também que a Onomástica apresenta características

comuns a outros componentes da língua, não se configurando a toponímia e a antroponímia como impermeáveis a processos de variação e de mudança lingüísticas correntes e vernaculares.

Apresenta-se, a seguir, uma ficha lexicográfica simplificada do topônimo, em que se resumem as informações apresentadas acima. O único aspecto constante da ficha ainda não mencionado acima é sua provável origem judeu-grega. A raiz **mkb** é sem dúvida do hebraico, presente nos nomes *macabi* (sing.) e *macabim* (pl.) e é traduzido como 'macabeu', origem que vai ao encontro do ponto de partida desta discussão.

Topônimo: Macabelo ~ Mau Cabelo **Taxonomia:** antropotopônimo

Acidente: físico, riacho, morro, ruínas

Origem: hebraico/grego

Histórico: Macabelo > Mau cabelo

Estrutura Morfológica: Nm [Sing]

Contexto: Oral Rural Contemporâneo: "Zezé de Macabelo"; "lá em Macabelo".

Oral urbano Contemporâneo: "Mau Cabelo"

Escrito Contemporâneo: Ruínas do Mau Cabelo (placa sinalizadora)

Escrito antigo – sec. XX – carta topográfica: Fazenda do Mao Cabelo; Mte. do Mao Cabelo; Serra do Mao Cabelo; Córrego do Mao Cabelo (1930)

Escrito antigo – carta de sesmaria – século XVIII – Mao Cabelo (1717); Mao Cabelo (1722); Má cabelo (1757)

Escrito antigo – Itinerário Geográfico – século XVIII – Macabelo (*passim*)

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Cristina. *Hélio Gravatá: resgate bibliográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 2v.

BAIÃO, A A *Inquisição em Portugal e no Brasil. Subsídios para sua história*. Lisboa: of. Tip., 1906

BÍBLIA SAGRADA. 36. ed., São Paulo: Paulinas, 1980.

BOSCHI, Caio. *Fontes primárias para história de Minas Gerais em Portugal*. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 122p.

BYNON, T. Can there ever be a Prehistorical linguistics? In: *Cambridge Archeological Journal* 5:2. London, 1995.

CALDCLEUGH, Alexander. *Viagens na América do Sul (extrato da obra contendo relato sobre o Brasil)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2000. 155p.

CARTOGRAFIA da conquista dos territórios das minas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 244p.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *A língua Mina-Jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto no século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002. 240p.

CÓDICE, Costa Matoso: Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v.

COHEN, M A. O “r” retroflexo no português brasileiro: descrição e percurso histórico. XVIII Encontro da ANPOLL, Belo Horizonte, 2005.

DAUZAT, A. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

FERRAND, Paul. *O ouro em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 350p.

HALFED, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 176p.

LIPINER, Elias. *Santa Inquisição: Terror e Linguagem*, Rio de Janeiro: Documentário, 1977.

MEGALE, Heitor. Bandeira e bandeirante. In: MEGALE, H. (Org.) *Filologia Bandeirante. Estudos 1*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2000.

Revista do Arquivo Público Mineiro Catálogo de Sesmarias. Série Instrumento de Pesquisa. Ano XXXVII. 1988, vols. I e II.

SEABRA, Maria Cândida Costa de. *A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FALE, UFMG, tese de doutorado, inédita, 2 v.

SILVA, José Joaquim da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. 195p.

VEIGA, José Xavier da. *Efemérides mineiras: 1664-1897; índice onomástico*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. 163p.

VENÂNCIO, R. P. Caminho Novo: a longa duração. In: *Revista Vária História*, n. 21, 1999.

**Fundamentos teóricos da Toponímia.
Estudo de caso: o Projeto ATEMIG –
Atlas Toponímico do Estado de Minas
Gerais (variante regional do Atlas
Toponímico do Brasil)**

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick
USP

Abstract: The text has as objective to introduce students in scientific knowledge of Onomasticon as well as Toponymy, as study of own names of places, according to two basic guidelines: (a) theoretical basis of science of names and its insertion in lexicon-terminological field of language; the contact with language, interference, and variation; taxonomies and semantics of names; (b) methodology of toponymic research; application in Toponymic Atlas of Brazil and regional variants; case study: Atlas from Minas.

Keywords: Basis of Toponymy, lexicon in Toponymy, research methodology, taxonomies and motivation.

I – Introdução

1 – Aspecto conceitual da Toponímia

A inserção da Toponímia como disciplina curricular autônoma do Curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, data dos anos setenta, a partir da reforma universitária então instalada. Desde aí, uma de nossas preocupações iniciais como docente e pesquisadora foi a configuração acadêmica desse conhecimento irradiado pelas denominações, tanto em micro como em macro-estrutura. Como consequência, buscamos sempre pontuar a metodologia correta, ou melhor adequada aos levantamentos toponímicos, visando a definir as características dos nomes regionais do país, em seu todo. A preocupação era encontrar um modelo sistêmico que respondesse a essas necessidades, não meramente especulativas mas que deveriam estar, para nós, fundamentadas na realidade etnocultural conhecida ou a conhecer.

A situação lingüística do território, ainda que admitida, oficialmente, como monolíngüe ou pertencente a uma única tipologia nodular, de acordo com as normas do português do Brasil, possuía, na realidade, como hoje ainda, traços plurilíngües em função da presença autóctone milenar, em pontos diversos. Ao que deveria se acrescentar, também, a grande massa alógena oriunda de África, nos primeiros tempos da colônia. A mescla das três etnias formou, assim, as matrizes etnolingüísticas da população, direcionando língua, fala, termos, expressões, hábitos, atitudes, comportamento e nomes, metonimicamente ou não, para as áreas territoriais onde mais sensíveis fossem cada um desses grupos.

O funcionamento das línguas naturais aqui faladas traria, como decorrência, o funcionamento de sua toponímia, do ângulo

que seguimos. Conhecer a língua, seus princípios gerais e sua estrutura gramatical e semântica, foi uma das providências seguidas para se penetrar no espírito coletivo da comunidade nomeadora, em sua concepção de mundo. Como ponto de partida para a apreensão dessa ambivalência, o universo escolhido foi o recorte etnocultural dos grupos tupis do leste brasileiro, cujo material básico já era conhecido, não tivesse sido a Universidade de São Paulo, ela própria, a introdutora desses estudos no plano acadêmico do país.

A toponímia do Brasil, de um modo geral, tinha seu interesse centrado mais nas línguas da terra, especialmente no tupi antigo, do que no próprio elenco denominativo do português. Paralelamente ao estudo das etimologias índias, e seu significado admitido ou aparente, buscava-se, pelo contato dos primeiros viajantes europeus aqui aportados desde os primeiros tempos, até o século XIX, inclusive, conhecer as influências que o meio local produzira no falante e a forma pela qual rios, morros, serras, animais, vegetais, participaram desse processo denominativo. Buscava-se, ainda, saber como tais interferências ocorreriam no grupo, se de modo desagregador ou animador, relativamente ao fato em si e às circunstâncias da própria incorporação. Sabe-se que a preocupação européia maior era identificar os objetos da terra – animais (zoologia) e vegetais (botânica), cursos d'água (hidrografia), topografia do terreno (geomorfologia), sítios auríferos e diamantíferos (litonímia) – pelos nomes próprios dados pelos naturais da região. Designativos portugueses ou mesmo europeus (cf. Léry, 1547) apareciam nesse contexto à medida que a necessidade, o medo ou o temor do sobrenatural lhes impunha a reverência a Deus, a devoção aos santos e anjos, o respeito, obediência e lealdade aos seus reis e à sua realeza.

2 – Fundamentação

A toponímia do Brasil poderia conviver, porém, pacificamente, numa retrospectiva, com esses dois momentos vivenciados de linguagens, uma, a nativa, do próprio território; a outra, a advena, a que chegou de fora; uma, constituindo os substratos e os

adstratos de etnias e falares; a outra, os superestratos de índole civilizatória.

Ambas tiveram o seu momento de aprendizado comum, que se interpenetrou nas camadas socioculturais, vindo a constituir, depois, as formas peculiares dos brasileirismos e regionalismos presentes nos códigos de comunicação. Porque havia uma terra a conquistar, de fato e ideologicamente, era natural que ocorresse sobrerrelevância do idioma nativo no recém-vindo. No primeiro contato, representado pelas expedições de reconhecimento, a partir de 1501, a toponímia resultante era de origem portuguesa, segundo as normas da Coroa e segundo a visão de mundo de que era tributária. Os acidentes locais, em sua maioria, eram nomeados em tributo aos *santos* e *santas* do dia da chegada ou da descoberta de algum elemento da paisagem.

O domínio da terra pelo europeu, assim, antes de ocorrer pela força, fez-se pela língua, no aprendizado direto com o autóctone. Por isso se fala tanto da influência dos termos índios no designativo de animais e vegetais, principalmente. Os levantamentos que realizamos, a partir de 1980, atestam esse uso, cuja ocorrência é fácil de se entender. Como o europeu tinha um vasto território a nomear, com aspectos distintos de sua realidade, tanto no relevo acidentado como nas grandes planuras centrais, ou na hidrografia e na botânica, com suas plantas mágicas, numa variedade a se perder de vista, o grande diferencial que se opunha era o *espectro da luz*, a abundância da claridade e do sol, o *coaracy* dos índios. Todos esses fatores, como diz Lind (1963) agiram na sua opção denominativa. Até hoje, parece a todos que a Toponímia do Brasil se resume apenas a esses estudos, da influência da língua antiga da terra na geografia brasileira, principalmente a de ordem física.

Quando se percebeu que os acidentes encontrados possuíam um batismo anterior, tornando supletiva a forma portuguesa no cotidiano da vida, instalou-se na colônia um bilingüísmo assimétrico, de lado a lado. É o caso do rio São Francisco, o *paraupaba* dos tupinambá antigos, ou do rio Potenji, tornado, pelo seu delta, rio Grande do Norte (que nunca existiu) ou, mesmo da vila de São Paulo, chamada Piratininga; de São Vicente ou a *enguá-guani* primitiva.

Assim, como procedimento metodológico seguido nos estudos toponomásticos, buscamos definir o já definido, ou seja, o objeto de estudo da disciplina, o seu campo de trabalho específico, a natureza lingüística da análise em termos de vinculação a uma área do conhecimento. Partindo-se da definição etimológica dos elementos gramaticais de origem grega, enunciados por Dionísio da Trácia, no século II a.C., a Toponímia fixou-se, como propôs Leite de Vasconcelos (1887), no entendimento dos nomes próprios de lugares, distintos dos nomes comuns, delimitados pela teoria da linguagem.

Em sendo o nome próprio o seu objeto de análise, impôs-se, paralelamente, pelo alargamento conceitual, a fixação de outro campo correlato de significações, a *Antroponímia*, que estudaria os nomes próprios individuais ou de pessoas, também em suas origens, significados, alterações, extinção, substituição ou desaparecimento.

Toponímia e Antroponímia, no Brasil, seriam, portanto, duas faces de um mesmo rosto ou corpo maior, a *Onomástica*, cujo objeto de trabalho é o nome próprio genericamente considerado, a partir da definição do *onoma*, dada pelo gramático grego (Dick, 1992, p.1-10). Adotando-se o conceito de Onomástica como parâmetro válido para o entendimento da ciência maior, praticamos uma outra volta nesse conhecimento. Se, anteriormente, pela sua etimologia, a Toponímia estudava o lugar, daí a nossa pesquisa sobre o *Sistema Toponímico brasileiro* (1987: 23), pela nossa visão proposta, passa a estudar não apenas o lugar, mas, conjuntamente, o espaço e o *nome do espaço*. Mudamos, portanto, o foco de análise, ou seja, de "Sistema toponímico" para "Sistema onomástico". Não se trata, neste caso, de uma substituição formal e, sim, uma inclusão significativa. De estudo de natureza geográfica, pelo vocabulário que utiliza, ou histórico / historiográfico, pelas fontes documentais de que se serve, procuramos definir melhor este nosso campo de atuação, como de natureza lingüística, em função da palavra-sígnica tornada nome, por mecanismos intelectuais.

Do estudo do lugar e pelo jogo de intercorrências significativas que apresenta, passamos, então, ao estudo do *onoma* = nome, ou dos substantivos ou palavra nocional, para abranger, por esse meio, uma gama maior e diversificada de objetos de análise

também, segundo esta concepção, expandida, poderá estudar um símbolo de uma comunidade determinada (caso do “relógio” da fábrica do bairro de Jaguaré, SP, aí existente, tempos atrás), os nomes dos estabelecimentos comerciais, dos edifícios públicos e particulares, nomes de escolas, casas de comida, lojas de rua ou de centros de convivência, produtos ou mercadorias identificados como “marcas de consumo”, seja em língua nacional ou como estrangeirismos ou empréstimos lingüísticos. Comportam essas formações o que clamamos de corônimos, escônimos, epônimos (nomes de espaços habitados, nomes estrangeiros, nomes próprios aplicados a fatos sociais ou a invenção ou descobertas científicas, por exemplo). Constituem, com os demais conjuntos semânticos, todo o tesouro e a arte da língua que compõem o acervo lexical de um povo. Ganhou a Toponímia científica com essa inclusão, porque não perdeu o seu foco inicial, isto é, a análise de documentos, a reconstituição dos textos, a informação transmitida pela palavra e sua resignificação. Ganharam os pesquisadores, porque se alargou o campo de pesquisa, comprovado pelas dissertações e teses diversificadas, defendidas pelos orientandos do curso de Toponímia Indígena e Etnolingüística.

Neste sentido, ao alargarem-se as possibilidades de coleta de dados onomásticos, o trabalho de campo se inscreve dentre os pontos possíveis de utilização. Não que, com isso, se abandonem as fontes primárias básicas, representadas pelas cartas geográficas estaduais e municipais, nas escalas adotadas (1:50.000; 1:100.000, ou mesmo outras). Por caracterizarem o instrumento confiável de análise aceito pelos Projetos ATESP / ATB, permitem desdobramentos possíveis do ponto de vista analítico; por exemplo, a construção de uma cadeia sintagmática de ocorrências, em sincronias criadas. Permitem, também, fixar a duração das ocorrências tempo-espaciais, em projeção sócio-histórica (períodos demarcados ou em fluxos contínuos).

Nem sempre, porém, os nomes onomásticos esgotam sua valência como identificadores de lugares ou espaços, num *continuum enunciativo* pré-determinado, mas podem extrapolar essa datação, ao serem percebidos como marcas regionais, sem alteração no uso. A cidade de São Paulo, por exemplo, ainda apresenta designações dos primeiros tempos da fundação (século

XVI), como as ruas Direita (antigo “caminho direto”), de São Bento, do Colégio, do Anhangabaú ...Isso significa a permanência de um produto (nomes de ruas, antigos caminhos) escolhido espontaneamente (pelo referencial ou pela funcionalidade exercida na área, como nos exemplos citados), mas com uma pontuação histórico-geográfica conhecida e definida (século XVI; período colonial; vila de São Paulo do Campo; todos esses fatos estão registrados nas Atas da Câmara da vila de São Paulo do Campo, a partir de 1562).

Considerando-se os aspectos pelos quais entendemos a disciplina, como conhecimento científico, saber construído, lingüísticamente, com objeto, campo de trabalho e pesquisa demarcados, apesar disto, mantém-se em intersecção a outros campos, sem perder sua identidade. A metodologia que emprega em seus levantamentos é de origem indutivo-dedutiva, de acordo com os procedimentos onomasiológico-semasiológicos característicos da pesquisa do léxico.

Abre-se, assim, um espaço para a discussão lexicográfica decorrente, transformando as estruturas básicas examinadas em focos de atuação específicos, como os dicionários especializados que contém acervos próprios de setores da linguagem. Em oportunidade anterior (Dick, 1999, p.119-148), discutimos as transformações que afetam os nomes próprios quando aplicados a um campo lexical específico, caracterizando a sua linguagem como sendo de especialidade.

Em função desse entendimento, pode-se chegar a estas conclusões:

- (a) A Toponímia desenvolveu-se acompanhando um vocabulário geográfico de ocorrências, pois geográfico era o seu objeto de estudo (topos = lugar), na distribuição entre elementos físicos e antrópicos da paisagem, mas em relação intersemiótica.

Como sustentou Justino (1999, p.85) “os objetos intersemióticos (...) trazem em si a duplicidade estabelecida pela aproximação da natureza feita a partir de um processo mecânico, formado o conflito entre a ausência e a presença (...)”. Neste caso, o topônimo, objeto de estudo da Toponímia, pode corresponder, como fato de língua, dentro da concepção de nome próprio, à previsão de Faulstich para a concepção da Socioterminologia, ou seja: o estudo

dos nomes e formas lexicais sob a perspectiva de interação social”: o contato do pesquisador e do objeto de trabalho da ciência com outras formas de expressão, compõem as variáveis sociolingüísticas de uma “comunidade social”. No nosso caso é o *onoma*, porém, como entidade sígnica de valor reconhecido como expressão definitiva da ciência onomástica, que particulariza as variáveis gerais dessa nova terminologia especial; permite a localização de um objeto no espaço e a actância dos atores envolvidos na particularização das categorias denominativas ou taxionômicas. Os semas implícitos nos nomes pesquisados sobredeterminam ou justificam a inclusão da palavra integral em uma das várias *taxes* propostas e já firmadas.

- (b) Por detrás dessa ação de nomear, existem, é certo, intenções bem delineadas mas que se tornam menos claras considerando-se o seu esvaziamento semântico pelo decurso do tempo “entre a criação do termo e o seu emprego cronológico”, como afirmamos antes (Dick, 1999, p.125).

Na medida que consideramos a Toponímia – neste caso em foco – como uma linguagem de especialidade, mas diferenciada daquelas outras reconhecidamente técnicas, enfatizamos o emprego especial das mesmas expressões discursivas da língua geral. É o uso direcionado de uma referência espacial ou sígnica, genericamente, que modifica, em nosso entender, o estatuto lingüístico da expressão, incluindo-a num rol terminológico.

- (c) Essa é a nova face da Onomástica, que não interfere, porém, “no conteúdo semântico, etimológico, ou ideológico de suas ações, nem de sua ancoragem histórica, nas instâncias discursivas distintas” (Dick, 1999, p.125).

3 – Métodos e Fontes

Se o método empregado na Toponímia, como dissemos, é aquele da investigação do pormenor tópico-nominal, apreendido no registro das cartas geográficas (base documental) ou, como variação, no exame do terreno ou do objeto, pelo próprio pesquisador, o material resultante, na maioria das vezes, é de

ordem descontínua e fragmentária. A seqüência lógica dos termos areais deve ser buscada, o que exige cuidados de interpretação e reflexão, para que todo esse organismo construído, coletiva ou individualmente, em momentos históricos distintos, venha a se constituir em material de análise válido, do ponto de vista lingüístico.

O valor pragmático do topônimo não se subsume apenas na intencionalidade momentânea ou casual do denominador; é superior a ela, com implicações exteriorizadas, gerando uma tensão dialética entre objetivos, finalidades, escolhas e resultados práticos. O dizer traduzido na carta geográfica pelas lexias da língua ou recolhido no terreno, necessita ser explicado em seu agir, dentro de uma pragmática funcional. Por isso foi preciso discutir e apresentar, como objeto de estudo mais aprofundado, os indicativos para a construção do texto onomástico, no modelo que pensamos. Nesse âmbito, *escritura* e *oralidade* se posicionam como dois vetores de convergência simbólica, mas capazes de atualizar as “virtualidades onomásticas extra-sistema”, em construções corporificadas pelos termos, lingüisticamente articulados em sua enunciação.

Do conjunto desses elementos mapeados ou levantados em sua singularidade enunciativa (um por um) é que nasce o texto onomástico propriamente dito, apto a difundir a mensagem criada. Entretanto, o modelo toponomástico resultante não pode se submeter a uma análise excessivamente cartesiana de seus contornos línguo-pragmáticos. Paralelamente, deve-se considerar, no contexto geral, as atitudes comportamentais do pensamento coletivo padrão, que tem força coercitiva.

Basicamente, o modelo construído para a investigação toponímica propriamente dita não difere do método científico de análise em geral e dos princípios de metodologia aceitos, envolvendo, sistematicamente, três pontos: (a) formulação da hipótese de trabalho, ou de uma proposição de estudos, cuja finalidade perseguida é verificar as possibilidades de realização do tema escolhido, já enunciando as etapas admissíveis para esse exame; (b) delimitação da área básica de estudos (nível da toponímia) ou do objeto da investigação (nível da onomástica),

detalhamento temático, em extensão areal (nível quantitativo) ou em profundidade (nível qualitativo), de acordo com a disponibilidade do pesquisador, finalidade da demanda, vinculação a um projeto de pesquisa; (c) tratamento dos dados ou do *corpus*; (d) conclusão e bibliografia utilizada e de suporte.

Vê-se, portanto, que a metodologia seguida em uma análise toponímica envolve aspectos da própria construção do texto onomástico, em geral, resguardadas as proporções do alcance de cada um deles. Enquanto um tem por concepção uma visão mais teórica, ampla e abrangente do conhecimento científico advindo dos nomes (estudo documental e estrutural das formas lingüísticas, portadoras de significados culturais, aptas a possibilitar a elaboração de um texto toponomástico), que representam outra maneira de se estudar a língua e suas variações; o outro (pesquisa de campo) busca o conhecimento prático das parcialidades locais/ regionais, segundo os modelos teóricos propostos, visando a (re)construção de uma tipologia onomástica de aplicação mais ampla, a partir de novas formas recolhidas.

No nosso caso, construímos um modelo taxionômico, de fundo semântico, voltado à recuperação semêmica dominante na nomenclatura e responsável pela motivação toponímica introjetada; do mesmo modo, valorizam-se os suportes externos de interpretação lingüística como “marcas de individualidade”, conseqüência dos laços entre língua e realidade exterior” (Dick, 1999, p.178-179), uma vez que toda a “percepção subjetiva passa necessariamente pela formação lingüística e pelo uso da língua” (Humboldt, 1999, p.189).

Na Toponímia, ainda como um dado a se considerar, deve-se lembrar a ocorrência de um fenômeno distintivo que desponta em alguns outros domínios de experiência, seja no mesmo sentido em que aqui se manifesta ou contrariamente a ele. No levantamento aplicado, expressões descritivas do meio em que ocorrem não surgem, de início, como topônimos propriamente ditos e, sim, como *formas* expressivas de um discurso, no interior de uma narrativa onde uma pontuação histórico-geográfica, por exemplo, deve-se atentar a estes fatos: a referência a um aspecto do acidente encontrado como “o rio que é grande”, “a serra que está ao norte

de ...”, “as águas turvas da lagoa”, “as taquaras do caminho ...” e tantas outras formações possíveis que se inscrevem nesta fase historiográfica, a narrativa construída tem autoria ou uma singularidade peculiar. A repetição continuada do objeto descrito acaba por simplificar expressões no uso cotidiano, tornando-as mais concisas e mais diretamente relacionadas aos índices prioritários na formulação do pensamento. Transformam-se, assim, no rio Grande, na serra do Norte, na água Turva, no caminho das Taquaras, o que significa a formalização do designativo comum no estatuto do nome próprio e dessacralização da identidade do autor. O sintagma nascente, construído espontaneamente, adquire uma estrutura funcional e pragmática, cujos elementos constituintes recebem denominações particularizadas no âmbito da ciência, ou seja, termo genérico e termo específico, ou entidade nomeada e expressão que identifica a base material e concreta de apoio ou suporte ao nome recebido.

Uma segunda mudança é possível sem desequilibrar o conjunto formado; toponimiza-se também o primeiro elemento formador – rio, serra, caminho – e constrói-se por esse mecanismo, uma terceira via de identificação, distinta das antecessoras, geralmente aplicada aos elementos antrópicos da paisagem que aí surgiram: Rio Grande (agora município), Serra do Norte (distrito), Água Turva da Lagoa (bairro), Caminho das Taquaras (estrada). Todos esses exemplos, hipotéticos, estão de acordo, porém, com as regras sintáticas formadoras dessas evidências no português do Brasil. Mesmo quando há o concurso de uma outra língua estrangeira ou brasileira – neste caso, a língua tupi antiga e o guarani, aqui falados no período colonial – o mesmo fenômeno pode ocorrer: caminho da tabatingüera (“abundância de barro” “barreiro amarelado”, SP); caminho da Tabatingüera (rua), rua (da) Tabatingüera; a Tabatingüera. Houve, nos exemplos, a ocorrência de várias elipses de formas portuguesas, que desapareceram ou foram substituídos por outras. Este é o caso contrário ao dos epônimos, por exemplo, que ocorrem em número significativo na Antroponímia (estudo do nome próprio individual, em suas origens, significação, alteração e desaparecimento).

Na eponímia, o descobridor de um produto, medicamento, ou o construtor de máquinas, tem seu nome incorporado ao do

invento/ equipamento. Por um mecanismo lingüístico, o nome próprio pode se substantivar, tornando-se identificador de todos os outros nas mesmas situações descritas ou compreendidas nos traços enunciativos. Assim, surgiram os nomes ou as formas de identificar fatos que estejam nas situações descritas ou compreendidas nos traços informados (por exemplo, a síndrome de Down; Síndrome de Down) em que o fenômeno discutido é maior, de mais amplitude ou de igual alcance valorativo ao próprio pesquisador. São fatos a discutir.

Hoje, a Toponímia parece ter se desprendido da esfera antroponímica em que se incluía, para se situar, com destaque, no campo médico em geral.

Conclusão

Neste conjunto de considerações teóricas e práticas sobre a Toponímia e Onomástica ou, melhor dizendo, sobre a Toponomástica, alguns postos já foram examinados anteriormente. Outros não foram aqui referidos, por estarem bastante consolidados no uso e comprovados em várias pesquisas autônomas ou vinculadas aos Projetos ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo) e ATB (Atlas Toponímico do Brasil), e, mesmo, ao Atlas das Cidades. Incluiríamos, neste dado, os conceitos de arquétipos e de variáveis culturais, formulados a partir do exame da nomenclatura geográfica regional. Citamos, porém, o conceito de toponimização dos acidentes geográficos que incorpora um outro estatuto lingüístico diferente do originário e com uma outra funcionalidade.

Nesse plano de concretudes, há lugar para confluências ou cruzamentos de saberes, por exemplo, do campo lexical e terminológico com a própria história da cultura, que envolve não apenas a recuperação etimológica e genética dos antigos falares nativos como os princípios etnológicos e etnográficos interagindo aos lingüísticos.

Nestas considerações, os postulados de Humboldt, referindo-se à língua como uma *energeia*, em uma dinâmica em processo, têm sua razão de ser, a partir da observação da forma pela qual o grupo pensa o mundo, cultural e lingüisticamente, o que, de certa forma, ocorre com os autores clássicos. Ao estudarem, criticamente,

a linguagem de seu território, avançaram nas particularidades aqui referidas (etnologia, cruzamentos de palavras, *argots*, variações, estilos de composição e de discursos, semântica, sintaxe, substratos de língua). Principalmente na Toponímia, em suas modalidades, pôde-se traçar, desde então, até o presente, um *continuum* de suas posições conservadoras ou inovadoras a respeito dos fatos de língua que interferem nos nomes, como é o caso do Brasil, especialmente, e da toponímia americana, genericamente. Para tanto, baseamo-nos, também, nos conceitos de *debreagem* temporal e espacial definidos por Greimas & Courtés (1979) mas, principalmente, na relevância dada por eles ao princípio da *ancoragem histórica*, em que destacam, dentro da figurativização do discurso, o papel dos topônimos e dos cronônimos como índices de referência na produção de sentido do “real” (id, ib.). Do ponto de vista da Toponímia aplicada, desenvolvida na parte II deste texto, trazemos exemplos do modelo de nomeação utilizado no final do século XVII e primeira metade do século XVIII, na província de Minas Gerais, catalogados no *Códice Costa Matoso* (1749, vol 1):

Estes (...) acharam mostras de ouro na povoação que hoje é chamada Itaverava, que já então assim a denominava o gentio – é vocábulo de língua brasileira que quer dizer pedra luzente (p. 170).

O primeiro que deu a público ou ao manifesto o seu descobrimento foi Miguel Garcia (...) de cujo nome ficou denominado o rio chamado Miguel Garcia (p. 172)

Logo no mesmo tempo, saiu à luz Antônio Dias (...) com o descobrimento do Ouro Preto e Antônio Dias, lugares ambos em que se acha sitiada Vila Rica – que compreendendo Antônio Dias, denominação que lhe ficou de seu próprio descobridor – (...) (p. 173)

Outro [Bueno], Francisco Bueno da Silva, primo do primeiro explorante descobridor de Ituverava (...) subindo a grande serra chamado hoje o morro de Vila Rica e muito tempo o de Pascoal da Silva (...) – descobriu o dito Bueno seguindo o córrego chamada Ouro Bueno e o do rio das Pedras (p. 173)

No ano de 1701, mandou o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça (...), a seu filho, o coronel Bento Fernandes Furtado, descobrir o ribeiro de Nossa Senhora do Bom Sucesso, que o intitularam assim por ser invocação da Senhora muito da sua devoção que se venera por padroeira da matriz da vila de Pindamonhangaba que significa lugar de fazer anzóis (...) onde embocam todos os córregos já ditos de Ouro Preto, Antônio Dias e Padre Faria e é o chamado Passa Dez, que tantas vezes se passava antes de chegar a Ouro Preto (p. 179)

Essa é a etnolingüística movente que o Atlas Toponímico do Brasil/ Minas Gerais se propõe a resgatar.

II. Toponímia Aplicada: O Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais

1 – Taxionomias dos municípios mineiros

A configuração municipal do Estado de Minas Gerais, na versão adotada para este levantamento, registra, nas fontes do IBGE, 853 municípios, o que torna o Estado, na perspectiva terminológica onomástica, o mais extenso dentre as outras unidades federativas do país. Isso significa, por certo, uma série de dificuldades a serem superadas, não só do ponto de vista classificatório das designações como da própria inserção dos dados na carta geográfico-toponímica, em função do modelo corocromático que vem sendo seguido.

A posição cardeal que o Estado ocupa na região sudeste estabelece um divisor seletivo natural das fronteiras municipais, entre si, tanto interna quanto externamente. Isso ocorre não apenas quanto à denominação das unidades antrópicas mas também em relação aos elementos físicos da paisagem, muitos deles atravessando mais de uma região ou quase todo o Estado, conservando, ou não, o mesmo designativo (caso do rio de São Francisco ou do rio Doce).

A metodologia para a análise desse conjunto areal é a mesma seguida nos Atlas Toponímicos em elaboração, com produtos registrados nas dissertações e teses de nossos orientandos e nos

próprios Diretórios de Pesquisa registrados no CNPq, sob nossa responsabilidade. Trata-se do modelo semântico-motivador das ocorrências toponomásticas, que conformam a realidade designativa da nomenclatura geográfica oficial do país, publicada pelo IBGE (*Atlas do Brasil 1:1.000.000* – 1968), com as atualizações posteriores (criação de municípios, inclusão de novos nomes ou conjuntos de nomes, substituição de nomes assentados). O levantamento global da macro-toponímia brasileira, realizado no *Índice dos Topônimos* da Carta do Brasil 1:1.000.000 e sua conseqüente aplicação em categorias motivadoras, de cunho semântico-lingüístico, integrou o foco da pesquisa de nosso doutoramento (USP,1980). Centrado numa ordenação terminológica evidenciadora, nos termos contractos da *taxes*, da própria motivação utilizada pelo denominador, simbolizada por prefixos greco-romanos, como ocorreu em outras ciências, e portugueses propriamente ditos, pretendeu condensar a realidade semêmica dos signos representados em formas simplificadas de conceber e dizer (Dick, 1980, 1986, 1990, 1992) e dar um suporte à própria natureza lingüística e semântica dos conjuntos de nomes, antecipando a busca do significado e da etimologia toponímica. Principalmente considerando-se a situação lingüística do país pluriétnico e plurilingüe, ainda que se trate, nesses casos, de minorias grupais, como as indígenas, pelo contingente de resíduos toponímicos incorporados ao português do Brasil. As taxionomias, hoje, se distribuem em vinte e sete *taxes*, incluindo duas subtaxes expandidas de um núcleo básico (nomes sagrados ou hierotopônimos, geradores de duas outras subcategorias os hagiotopônimos ou nomes de santos e santas do hagiológico românico e mitotopônimos ou representações lingüísticas das atividades autológicas de qualquer credo ou religião). Por serem elementos importantes de análise lingüística ou casual dos motivos determinantes das designações, integram as fichas lexicográfico-toponímicas em um campo funcional específico. É a partir dessa inserção, que serão computadas as categorizações motivadoras, em suas formas unitárias ou em repetição, permitindo determinar as tipologias fundamentais ou preferenciais daquela comunidade. Entretanto, a interpretação dos motivos do nome só ocorre depois da identificação do topônimo, ou seja, da origem lingüística do

designativo, se indígena ou africana, pela própria constituição do português do Brasil e da inclusão do nome na família ou tronco lingüístico correspondente e da segmentação dos elementos gramaticais formadores, principalmente em se tratando de línguas incorporantes. Essas etapas prévias de trabalho visam a compreensão do núcleo sêmico do signo ou do sintagma convertidos em topônimos. Como procedimento metodológico, adotou-se para o projeto o levantamento sincrônico de investigações (nível 1 da pesquisa) ampliando-se o recorte diacrônico (nível 2 da pesquisa) como suporte auxiliar, quando a identificação do termo ainda resultar incompleta ou inconclusa, nesse primeiro nível de interpretação. Em muitos casos, há dificuldades, realmente, em se reconhecer ou definir a causa motivadora do batismo e que mais se aproxima da real intenção do denominador. O distanciamento temporal e espacial em que o pesquisador se encontra da ocorrência (doação ou aparecimento do nome em um traço da paisagem), que ele deve analisar e concluir praticamente, justificaria a busca dicionarizada, em textos próprios, o que permitirá adequar o significado da palavra terminológica ao âmbito geral da criação semântica. Nem sempre as lexias têm um sentido único que permita a sua correta inclusão em um campo semântico incontestado. Alternam-se, por isso, monosemia, como ponto de partida opcional do denominador, no plano paradigmático da língua, e polissemia sígnica, a exigir uma definição dos sujeitos actanciais, do início ao fim do percurso gerativo da enunciação com o reconhecimento dos motivos causais ou determinativos de todo esse processo. Essa duplicidade de ações necessárias, relativas, como ensina Geertz, ao *dizer* e ao *agir* antropológicos e que significam, na toponomástica, em nosso entender, o estabelecimento de um enunciado sígnico-toponímico e da *praxis* ou prática aplicada ao uso, necessários ambos para a constituição de uma cadeia denominadora, relativa a um nome específico. Tudo isso dificulta a recuperação dos motivos primários dos nomes e de suas condicionantes.

Como conseqüência dessa atividade elaborativa, o deslocamento de uma categoria gramatical para outra, no caso dos topônimos, ou seja, a transformação da palavra nominal da classe dos designativos comuns para o nome próprio específico

(com a passagem dos mesmos elementos constituintes do sintagma comum) é que altera o sentido da própria construção onomástica, em nível sincrônico. Dando um exemplo retirado dos municípios de Minas: a estrutura gramatical do sintagma Cabo Verde (lexia composta) é formada pelo conjunto substantivo-adjetivo cabo verde. Aplicado ao Município (sul do Estado), torna-se uma lexia complexa ou textualizada, no dizer de Pais, que pode prescindir, como causa determinativa, da referência ao acidente geográfico em si, isto é, o termo cabo, aplicado à paisagem física hidrográfica, por reportar-se, talvez, ou mais provavelmente à região africana assim nomeada. Nesse caso, o topônimo integrará não uma categoria descritiva de nomes nem um índice cromático desvinculado de outras considerações culturais e, sim, o que chamamos, na teoria, de nomes transplantados, deslocados ou transferidos de seu lugar de origem para outros pontos distantes, formando uma nova seqüência nominal: Cabo Verde – África (lexia primária), – Cabo Verde – Minas Gerais, Brasil (lexia secundária). Inclui-se, assim, na taxionomia dos corotopônimos (nomes aplicados a regiões de espaços diferenciados, como países, territórios, cidades do mundo ou nacionais). O Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais confirma esta versão.

2 – Os municípios do Estado

A estrutura administrativa do Estado constitui-se de meso e microrregiões, em que se distribuem os municípios mineiros. Partindo-se da Mesorregião central (escolha aleatória) com o eixo em Belo Horizonte, alinham-se as doze (12) microrregiões com os respectivos municípios: Barbacena (12), Belo Horizonte (24), Conceição do Mato Dentro (13), Conselheiro Lafaiete (12), Curvelo (11), Diamantina (8), Itabira (18), Itaguara (9), Ouro Preto (4), Pará de Minas (5), São João Del-Rei (15), Sete Lagoas (27). Nessa microrregião central, cujo eixo é a capital do Estado como centro articulatório, distribuem-se 158 municípios; este número, por ser de natureza administrativa, é variável, historicamente, dependendo de outras condições econômicas, mas dá uma idéia do crescimento populacional da região e da dimensão do *corpus* a ser analisado por este projeto, na totalidade dos elementos físicos e antrópicos municipais e estaduais. O que significa dizer que, de acordo com

a proposta-matriz do *Atlas Toponímico do Brasil*, o estudo é realizado em duas etapas não necessariamente sucessivas: a – análise dialetológica dos designativos das unidades municipais – nomes dos municípios – segundo as camadas lingüísticas do português do Brasil (PB), principalmente a portuguesa, indígena e africana; b – levantamento dos acidentes geográficos dos municípios, tanto os de natureza física (rios, lagoas, serras, etc.) como os antroponômicos (bairros, vilas, caminhos, sítios, etc.). Analisa-se, portanto, o suporte material denominado e o nome (lexia, vocábulo, termo, sintagma, p. ex.) dessa base sobre a qual se assenta a designação propriamente dita, de origem multifacetada, mas que se neutralizam pelo enquadramento tipológico em uma das vinte e sete (27) taxas criadas para se chegar ao traço motivador comum do município: c – a terceira fase é a representação cartográfica dos dados, tanto em nível estadual como municipal. Na primeira resolução proposta (Dick, 1996, v. 6: 27-44), optamos pelas cartas corocromáticas; o modelo final, porém, ainda está em estudos¹.

Além da Mesorregião Central, foram nomeados e identificados, pelo IBGE, outras microrregiões que congregam a distribuição dos municípios mineiros, a saber: Bom Despacho, Campo Belo, Divinópolis, Formiga, Piuí, Almenara, Araçuaí, Capelinha, Nanuque, Pedra Azul, Teófilo Otoni, Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá, Viçosa, Paracatu, Unaí, Bocaiuva, Janaúba, Janaúria, Montes Claros, Pirapora, Salinas, Aimorés, Caratinga, Governador Valadares, Guanhões, Ipatinga, Mantena, Peçanha, Alfenas, Andrelandia, Itajubá, Lavras, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Varginha, Frutal, Ituiutaba, Uberaba, Uberlândia, Araxá, Patos de Minas, Barbacena. Ao todo,

¹ Esclarecemos, a respeito dessas etapas que, conforme consta da proposta inicial do ATESP-ATB, ratificada nos Diretórios dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq, o estudo dos designativos dos municípios estaduais, que encabeça a proposta geral, é de responsabilidade da coordenadora e autora do projeto, em sua operacionalidade. Foi apresentado à Universidade de São Paulo/ FFLCH como pesquisa para o seu ingresso em RDIDP (Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa) (cf. C.V. – base Lattes).

são sessenta e sete (67) microrregiões incorporadas em dez (10) mesorregiões. Das 67 microrregiões nomeadas, dezessete (17) trazem nomes indígenas (tupis e de outras procedências) e quatro (4) apresentam uma composição híbrida, P + I (termo português + termo indígena), seja por meio de lexias autônomas (Santa Rita do Sapucaí) ou pelo acréscimo de índice de plural à lexia indígena (Aimorés, Guanhães, Cataguases), o que não desnatura, neste caso, a procedência original, apenas particulariza o uso e a causa motivadora. As restantes são de origem portuguesa.

Já as Mesorregiões, em menor número, dez (10), têm uma predominância de nomes portugueses: Sul de Minas, Norte de Minas, Noroeste de Minas, Centro-Oeste de Minas, Central, Triângulo, Zona da Mata, Rio Doce, além de um hibridismo indígena não tupi, o (rio) Jequitinhonha Mucuri e outro português – tupi, Alto Paranaíba.

A denominação das 10 Mesorregiões de Minas usa um critério objetivo e auto-explicativo, ao utilizar-se de três categorias físico-naturais transparentes: a posição geográfica propriamente dita ou a dos pontos cardeais combinados com a geomorfologia do terreno, a bacia hidrográfica de alguns rios escolhidos e a zona da mata, como protótipo de uma área. No primeiro grupo, incluem-se as denominações Central, Centro-Oeste de Minas, Sul de Minas, Noroeste de Minas, Norte de Minas e Triângulo. As bacias hidrográficas são representadas por rios bem conhecidos, internamente, como o Jequitinhonha-Mucuri e o rio Doce, no seu percurso sudoeste-leste, quando é conhecido por ribeirão do Carmo. A mesorregião do Alto Paranaíba tipifica uma zona de transição entre a situação geográfica propriamente dita, ensejada pelo adjetivo alto e a função no enunciado, que é a de precisar o termo modificado, no caso, o próprio rio.

A importância dos rios na situação territorial dos estados brasileiros, principalmente em alguns deles, é inquestionável, como ocorre, na prática, em todas as regiões do mundo. Não há, assim, porque se investir muito nesse ponto, em um estudo preliminar e introdutório como o deste texto, mesmo porque vimos discutindo o tema há longa data. Pode-se, assim, iniciar uma análise referencial e mais dirigida aos dados da questão específica, objeto do trabalho.

Considerando-se os dois critérios mencionados para a distribuição das mesorregiões estaduais, posição geográfica e bacias hidrográficas, notam-se alguns dados lingüísticos a serem mencionados:

- 1º – No primeiro caso – situação espacial –, os itens definitórios do quadro são transparentes em si, conservando a monossímia signíca, como se disse, sem necessidade aparente de outras fontes interpretativas.
- 2º – No caso das bacias hidrográficas, cuja terminologia areal parte de dados concretos – o nome dos rios –, há alguma dificuldade a se contornar, do ponto de vista etimológico.

É conveniente, porém, observar, antes do exame lingüístico e ainda que sucintamente, o percurso de suas águas, porque estão envolvidos no sistema toponomástico das área que percorrem. A leitura foi realizada no mapa do Estado de Minas – região sudeste – escala 1:1.250.000.

Por essa carta, o rio Doce tem suas nascentes em Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado (Mesorregião Central/ Belo Horizonte), com o nome de Ribeirão do Carmo. Seguindo o seu curso, desenha, em direção a Governador Valadares, uma curva descendente, ao receber as águas do Suaçuí Grande, depois as do Manhuaçu, em Aimorés até Regência, quando deságua no Oceano, já com o nome atual, de rio Deoce, no município de Belmonte, BA.

São dois, portanto, os topônimos reconhecidos ou usuais para esse curso d'água: embora um – ribeirão do Carmo – tenha vivência mais regional e até mesmo historiográfica, desempenha, enquanto forma de língua, um papel significativo no local por trazer, em sua designação, a memória de uma crença bastante afetiva aos brasileiros e portugueses, a de Nossa Senhora do Carmo, e dos religiosos carmelitas, seus seguidores; o segundo denominado – rio Doce – perde a sua característica de rio interiorano, e ganha maior projeção por demarcar limites entre dois importantes estados do país, eixos articulatórios da região nordeste com a sudeste. Torna-se, por isso, mais conhecido como nome, por comunidades diferenciadas. O denominativo que carrega refere-se ao aspecto de seu curso, mais suave, sem declives acentuados, como ocorre com os *paraibas* brasileiros.

No caso do Jequitinhonha, Bacia do Jequitinhonha – Mucuri, verifica-se, pelo exame da carta geográfica citada, que conserva esse nome em seu trajeto ascendente; depois bifurca-se no município a que empresta a designação. Atravessa a chapada de São Domingos, em Coronel Murta, descendo, até Mandaçaia. Da bifurcação em Coronel Murta, à direita, encontra-se com o rio Setubal, na confluência dos municípios de Araçuaí, Francisco Badaró e Jenipapo, até desaguar no Oceano, na Bahia.

Do ponto de vista do significado dos nomes, se o ribeirão do Carmo e o Doce, não apresentar problemas, por serem lexias portuguesas, de fácil compreensão, o mesmo não ocorre com o Jequitinhonha, linguisticamente. A comunidade brasileira média, de modo geral, não só a mineira, provavelmente tem notícia do rio, por integrar uma das áreas socioeconômicas mais necessitadas do país. É a zona da seca aguda do nordeste, também chamada de “cinturão da fome”. Apesar disso, há produção cultural reconhecida no sentido de se manter vivas as tradições locais. A lexia, porém, ainda está por ser melhor interpretada em seus componentes gramaticais. Theodoro Sampaio apresentou uma interpretação ambivalente, talvez tupi ou talvez do grupo botocudo, de procedência Jê. Os estudos posteriores ao do autor (Silveira Bueno, Irmão Gregorio, Padre Lemos Barbosa) adotam as mesmas posições de Sampaio, apenas com variações gráficas no registro do topônimo. Assim, se tupi, o Vocabulário Geográfico (5ª. ed., 1987) inclui o verbete *jiquitinhonha* como variação de *Yikitynhonhe* – “covo mergulhado ou assentado n’água; no verbete *jiqui*”, variação de *y-iké-i* – há a repetição do sentido: “aquele em que se entra”, “covo ou massa para apanhar peixe” como forma alternativa, no norte, Sampaio registra *jiki* e as variantes *jequi*, *jukí*, nos verbetes *jiquiá*, de *yiki-iá* e *jiquié*, de *yiki-é*, Sampaio apresentando conteúdos idênticos ou aproximados aos de *jiqué*, *jequí* e *juki* = “covo aberto, a massa de boca larga” (em Alagoas) e “covo de forma diversa (*jiquié*). Na Bahia, *jiquié* é nome de município conhecido (*Jequié*). Para *jiquié*, porém, Sampaio admite uma outra matriz: alteração de *yaquié*, “da língua dos Camacãs, para exprimir onça, cachorro”, na BA, coincidindo, assim, com a interpretação da lexia se de origem botocudó: de *jequiétinhohg*,

“rugido de onça” (O Tupi, 1987: 176). Em comum, têm as duas línguas o fato de pertencerem ao mesmo tronco lingüístico, o Makro-Jê, mas se trata de duas famílias distintas com seus sistemas também diferenciados. Dos Kamakã, diz Rodrigues (1986: 49) ter sido sua língua (kamakã, mongoyó, kotoxó, meniên) falada até a primeira metade do século XX, no sul da Bahia e norte do Espírito Santo. Dos Botocudo, dois grupos remanescentes ainda persistem nessa área, os Krenak e os Nakrehé, sem reconhecimento do idioma. Dentre os vocábulos aparentados de línguas makro-jê não consta nenhum de origem animal de modo que se pudesse perceber ou constatar alguma semelhança ou aproximação da lexia onça/rugido dentre aquelas reconhecidas por Sampaio como sendo de procedência pelo menos de um desses sistemas.

Silveira Bueno (1987), como se disse, também segue Sampaio, com variações apenas gráficas *jequeá, jequei*, “onça”, em botocudo; para a mesma lexia, o registro de Sampaio é *jikyty, jequiéti* (“onça”). Há os que misturam o significado da palavra com o seu referencial; assim, Jequitinhonha – “nome de rio de Minas-Bahia; nome de cidade de Minas; freguesia de São Miguel na Vila Jequitinhonha”, continuando todas essas variantes sem uma resolução quanto ao seu significado. Permanece, portanto, a expressão indígena sem um equivalente semântico incontroverso em português.

No *Índice dos Topônimos* está registrado como termo simples o designativo Jequitinhonha, rio e acidente antrópico; em composição, formou-se São Pedro do Jequitinhonha, à margem esquerda do rio, junto ao rio (de) São Pedro. Na identificação da mesorregião questionada, integram-na dois rios que lhe dão característica. Do lado do Jequitinhonha, situa-se o rio Mucuri, gerador de uma lexia com forte tendência a se transformar em complexa (o que aconteceu) e em vias de lexicalização terminológica, por força desse complexo hidrográfico que subsiste.

O rio Mucuri situa-se a nordeste do estado, na divisa com o estado da Bahia, e apresenta uma área com maior frequência lexical do termo matriz. O *Índice dos Topônimos* registra ocorrências do topônimo Mucuri na Bahia (rio e AH – acidente humano) e em Minas (rio) além dos dois braços do rio neste Estado, o Mucuri do

Norte e o Mucuri do Sul, com o diminutivo lingüístico Mucuruzinho (BA). Mucurici aparece no ES, e Mucuripe, em vários estados (ilha, igarapé, ponte, serra, enseada, especialmente no AM, AC, CE, o que atesta a denominativa virtualidade do referencial lingüístico. É um termo bom para nomear lugares, sem dúvida, não induzindo a erros na expressão sonora. Quanto à etimologia, as variantes morfemáticas indicam “rio da/do mucura”; “no rio do mucura”; e o “mucura pequenino”; *mucurici* também poderia significar o “mucura escorregadio”, ‘liso como resina” (de *ycica*, “resina”).

A entrada lexical dos topônimos lematizados fixa-se, assim, em *mucura*, com o sentido de gambá (MG, RJ), sendo conhecido também por *saruê* / *sariguê* (BA e no Nordeste), todos da espécie “quadrúpede marsupial”. O *mucuri* no Amazonas é uma espécie de palmar – a *Leopoldina pulchra*, de Martin, árvore da família dos Anacardiáceas, conhecida ainda por aroeira-mucuri, com fruto comestível de sabor agradável (BA, ES); é uma variedade de mandioca (ES). Mucuri identifica nome de grupo de região tupi de Minas Gerais. As variantes morfolexicais do termo mucuri com aplicação em outros campos semânticos, podem ser consideradas brasileirismos ou regionalismos, dentro desse enquadramento, ou regionalismo semântico, de determinado ponto de vista.

A respeito desses conceitos, principalmente o de regionalismo, adota-se a opinião de Martin (Acta Semiótica, 1996: 85), aqui transcrita: “L’extension géographique des régionalismes est extrêmement variable (...). D’une manière générale, on peut dire que pour les régionalismes désignant des réalités particulières, le statut de régionalisme s’efface de la généralisation de la réalité”.

Como esta pesquisa refere-se ao *Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais*, adota-se para *mucuri*, de acordo também com a observação de Martin, o sentido de “rio dos gambás”, pelo qual o termo é conhecido em Minas, segundo as fontes coletadas. Em Aurélio, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1ª. ed. 1975), o verbete *muku’ri*, brasileirismo de origem vegetal (árvore frutífera) traz outras variantes: *saruê*, identificado, no NE, como gambá, espiga de milho e dança. No verbete gambá, anota-se a origem tupi do termo *gã’bá*, com o sentido de “seio oco” e, como

sinônimos, *mucura*, *cassaco*, *sariguê*, *saruê*, *taibu*, *timbu* e o português raposa. De acordo, porém, com a carta adotada neste levantamento, o rio Mucuri tem suas nascentes na área geográfica de Teófilo Otoni, no município de Pavão, distrito de Presidente Pena, entre os córregos São Pedro, do Gavião e ribeirão Areia. Daí em diante, desenvolve o seu curso até o município de Mucuri, no litoral da Bahia.

A última das Mesorregiões do Estado com terminologia hidrográfica é representada pelo hibridismo indígena-tupi Alto Paranaíba, a nordeste da região central de Belo Horizonte. Compõe-se de três (3) Microrregiões e trinta e um (31) municípios, dos quais quatro (4) são indígena-tupis: *araxá*, *ibiá*, *tapira*, *arapuá*. Dois hibridismos destacam-se nesse contexto, ao repetir, em sua estrutura, o elemento lexical referencializado, qual seja, o nome do próprio rio, Paranaíba. Assim, Carmo do Paranaíba expressa a devoção à Nossa Senhora do Carmo que, de Portugal, ao transmigrar-se ao Brasil, incorporou a mesma fé e respeito que os portugueses dedicam à Nossa Senhora. Restringem, porém, a homenagem apenas ao específico de Maria, sem o emprego da forma composta Nossa Senhora de, comum no Brasil, que raramente usa ao lado do termo específico (Penha, Fátima, Amparo, por exemplo) o título de Senhora, comum em Portugal (Senhora da Penha, Senhora de Fátima), uma vez que a preferência brasileira é pela forma completa decorrente do respeito dedicado à Nossa Mãe Maria. Já o topônimo Rio Paranaíba circunscreve mais o detalhe local, tornando menos difusa a dispersão do sentido. Outras formações gerais repetem essas motivações como Além Paraíba, que esconde lacunas morfológicas, ou seja, “além do rio Paraíba”. Muito embora significando o mesmo que Paranaíba, “rio (*paraná*) ruim (*aíba*), sem peixe, encachoeirado”, Paraíba marca uma distinção em relação à forma anterior. A variante criou outra matriz lexical, dentro da índole da língua.

Conclusão

O levantamento completo dos 852 municípios do Estado, do ponto de vista de sua estrutura gramatical e semântica ou

taxionômica, incluída aí a repartição dos nomes indígenas em sua etimologia e classificação taxionômica, situando os municípios assim trabalhados em uma outra distribuição regional, não foi possível concluir em todas as etapas previstas.

De qualquer modo, por se tratar de uma pesquisa ainda em fase preliminar, pelo volume de unidades lexicais a serem examinadas, a análise aqui apresentada, na tipologia de escolha de uma mesorregião, com as microrregiões respectivas, como partes integrantes do conjunto maior, foi possível o aprofundamento um pouco mais detalhado em alguns itens, como um modelo a ser utilizado de modo mais abrangente. Nesse caso, na parte final conclusiva deste item (análise dos municípios de Minas Gerais, na perspectiva sincrônica-diacrônica), serão estudadas cada uma das unidades municipais (ou municípios) componentes do Estado. Alguns municípios das microrregiões já foram trabalhados, necessitando porém de uma revisão mais completa. As taxas resultantes desse levantamento foram estas: hidrotopônimos, sociotopônimos, cronotopônimos, numerotopônimos, axiotopônimos, etnotopônimos, corotopônimos, ergotopônimos. Os dados são poucos, ainda, para se concluir relações de causa e efeito. Entretanto, o estudo permitiu sentir a dificuldade em definir com precisão, as diferenças específicas entre categorias com ocorrências bem próximas, como os sócio e historiopotônimos e os antropotopônimos. O aprofundamento na historiografia local deverá colaborar para eliminação das dúvidas ou superação dessas dificuldades.

Referências Bibliográficas

CÓDICE COSTA MATOSO – Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, vários papéis. Coordenação Geral: Albuquerque Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Estudo crítico: Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, Coleção Mineiriana, 2 vol., 1999.

MÉTODOS e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações: Lingüística e Teoria Literária*. V. 8. Recife, UFPE, março 1999, p.119-149.

DICK, Maria Vicentina P. do Amaral. *Atlas toponímico: um estudo de caso*. *Acta Semiótica et Linguística*. São Paulo, SBPL – Plêiade, 1996, vol. 6, p.27-44.

_____. A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos. Tese de Doutorado. São Paulo, USP-FFLCH. 1980. Publicação: *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo. Arquivo do Estado, 1990.

GREIMAS. A.J.; Courtés, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo, Cultrix, 1979.

JUSTINO, Luciano. *Mímesis, Modernidade, Pós-Modernidade*. *Investigações: Lingüística e Teoria Literária*, v. 9, Recife, UFPE, 1999: 73-88.

MARTIN, Jean-Baptiste. La variation diatopique du français parlé en France: l'exemple de la région de Lyon. *Acta Semiotica et Linguística*. V. 6. SBPL – Plêiade, São Paulo, 1996: 77-90.

VANZOLINI, P.E.; Papavero, N. *Índice dos topônimos contidos na Carta do Brasil 1:1.000.000*. São Paulo, IBGE-FAPESP, 1968.

**De Laguna de los Xarayes a
Pantanal: mito e realidade
impressos na Toponímia**

Aparecida Negri Isquerdo
UEL/CNPq

Abstract: This article is centred in the study of toponyms that named the biggest bound-to-flood region in the planet, situated in the centre of the vast American continent, from the 16th century up to the 18th century. Beginning from the examination of the first designation given to such space by the Spanish navigators in the 16th century, the matter of the relation between language and environment in the local toponymy is here discussed. Before being named "Pantanal", until the middle of the 18th century, such region was named *Xarayes*, in honor of an indian tribe with the same name. The several designations given to this geographical accident that followed - "Lago Xarayes", "Pantanaes", "Pantanal" - translate the way how toponymy reflected the several ways of looking at the named space by the conquerors in different moments in the history of the occupation of such region by white men.

Keywords: toponimy, *Xarayes*, *Pantanal*, history.

XARÁIES – o Pantanal
Das mil formas da vida em que a terra se estua,
Sob o ardor tropical que um brasedo escandesce,
Chameja e rugue o PANTANAL! E tumultua
A natureza atrabiliária que padece
Do eautério das secas. Súbito, porém,
E sem que ninguém saiba – vindas do Além –
As águas vão surgindo,
E de manso, cobrindo
Os campos do sem-fim. E sob um céu de anil,
Tudo se afoga, então nesse lençol sutil!
(Zagamiro, apud CAMARGO, 1955).

Este trabalho discute as designações atribuídas à maior planície inundável do continente americano, nomeadamente *Laguna de el Xarayes* e *Pantanal*, topônimos que sintetizam momentos distintos da história dessa região e que traduzem a percepção do denominador, situado num contexto histórico e geograficamente determinado.

1. *Laguna de los Xarayes*: o mito e a representação do espaço

A imensa planície sedimentar situada nos estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, estendendo-se parte pela Bolívia e pelo Paraguai, inunda-se periodicamente mudando toda a paisagem e transformando-se num “mar de água doce”. No Pantanal tudo é comandado pelas águas, são elas que condicionam os diversos tipos de vida nesse trecho da bacia do Rio Paraguai. Território originalmente habitado por nações indígenas – Guató,

Guaicuru, Guarani, Payaguá, Xarayes¹ –, no final do século XV passou a pertencer à coroa espanhola pelo Tratado de Tordesilhas e, a partir no início do século XVI, já atraía europeus em busca de riquezas minerais, além de grandes navegadores quinhentistas. As narrativas de viagens desses navegadores “passaram a divulgar informações de um lugar onde existia a Serra de Prata, o Rio Branco e muitas riquezas. A partir destas *notícias*², a bacia do rio Paraguai passou a fazer parte das fabulosas histórias contadas sobre a América” (COSTA, 1999, p. 17). Estava criado o mito!

Assim, expedições atraídas por essas histórias lendárias rumaram para a região em busca da conquista desse território e o rio Paraguai era o canal que permitia o acesso a esse lugar imaginário. Nessa saga rumo ao desconhecido, o homem branco foi descobrindo uma região onde a vida é regida pelos ciclos das águas e, para situar-se no novo espaço, foi “nomeando lagoas, rios, baías, montes e portos. Era um mundo onde realidade e fantasia se imbricavam” (COSTA, 1999, p. 17).

Relata ainda a mesma historiadora que, nessa busca, os navegadores espanhóis “encontraram Xarayes, *lugar de grandes águas entrecortadas por muitos rios* e habitado por milhares de indígenas (COSTA, 1999, p. 18). Ainda, segundo registros dessa pesquisadora, as primeiras descrições da região, realizadas por conquistadores espanhóis³, introduziram a paisagem pantaneira no imaginário ocidental, embora as narrativas de viagem até então não tivessem descrito Xarayes como uma *lagoa*, apenas como um

¹ O nome dessa nação indígena e o topônimo dele originado são grafados de formas diferenciadas, dependendo da fonte consultada – Xarayes, Xarayés, Xaraiés. Neste trabalho, ao retomar informações fornecidas por historiadores, adotamos a grafia utilizada na fonte consultada. No título do trabalho e em outras referências a ele, usamos a forma *Xarayes*, como aparece na primeira denominação atribuída à localidade, documentada por Costa (1999).

² Segundo esclarecimentos fornecidos por Costa (1999, p. 17), na nota de rodapé número um, “no século XVI, informações sobre lugares fabulosos e ainda não conquistados eram chamadas de *notícias*”.

³ Alvar Nunes Cabeza de Vaca, Pedro Hernández, Hernando de Ribeira e Ulrico Schmidl.

“espaço fluvial lacustre”. A denominação *Laguna de los Xarayes* é creditada a Antonio de Herrera e foi registrada na sua obra *Historia general de los hechos castellanos em las islas y tierra-firme del mar oceano* (1601-1605). Essa elevação da planície inundável ao estatuto de *lagoa* legou-lhe definição geográfica, “começando a ser representada em mapas já na primeira metade do século XVII”.⁴ A mítica *Laguna de los Xarayes* também foi inserida na cartografia jesuítica em meados do século XVII.

Desta forma, com a inclusão de *Xarayes* em diferentes tipos de mapas, essas representações cartográficas “invadiram o imaginário americano e europeu, consolidando os contornos daquela região inundável, imagem criada e multiplicada pelos conquistadores espanhóis” (Costa, 1999, p. 18-19). O mito geográfico estava instaurado: da *Laguna de los Xarayes* vertiam as águas do rio Paraguai. Daí os conquistadores terem como meta identificar o curso desse rio por acreditarem encontrar nele as riquezas que os impulsionavam para essas expedições.

Entretanto, segundo a recuperação de registros históricos realizada por Costa (1999, p. 132-135), os antigos conquistadores não conseguiram alcançar o curso superior do rio Paraguai, “um rio que oferece grande facilidade à navegação, um rio que, em quase toda sua extensão é calmo e profundo, e no qual as embarcações quinhentistas não teriam qualquer dificuldade em navegar”. A sazonalidade característica da região, em decorrência dos ciclos das águas, desenhava uma geografia mutável que confundia o navegador, por isso, quando chegavam a *Xarayes*, perdiam totalmente o leito do rio. Assim, “o limite de *Xarayes* foi imposto ao conquistador pela sazonalidade do ambiente; ao estabelecerem essa fronteira, os espanhóis limitaram também o seu conhecimento sobre o rio Paraguai”. Essa não familiaridade com as características físicas da região favorecia, pois, uma visão irreal da realidade e reforçava o caráter mítico atribuído à localidade. Essa visão lendária acerca desse espaço geográfico perdurou até o século XVIII.

⁴ Confira Anexo 1 deste trabalho.

Todavia, mesmo com esses equívocos quanto à delimitação territorial, a inclusão da região nos mapas oficializa a sua identificação e torna conhecido o designativo com que foi nomeado. O topônimo *Laguna de los Xarayes* encontrou sua motivação na presença da nação indígena na localidade. Ao mesmo tempo em que se define o tipo de acidente físico, à época, segundo a percepção dos navegadores, concebido como uma *lagoa*, firma-se o designativo *Xarayes* que, por recuperar o nome de uma nação indígena pré-colombiana que habitava a bacia do rio Paraguai, pode ser classificado como um *etnotopônimo*, segundo o modelo taxionômico de Dick (1992).

Reportando-nos novamente aos registros de Costa (1999, p. 135), encontramos a seguinte explicação para a origem desse topônimo: “inicialmente aparecem os Xarayes, um povo índio que habitava ambas as margens de um trecho do rio Paraguai. Por extensão, Xarayes passou a topônimo, surgindo a região, o lugar Xarayes”. Conforme a mesma estudiosa, a primeira referência a esse topônimo foi encontrada na *Relación* de 1542, de domingo de Irala, documento que define os *Xarayes* como “povo de índios que possuía metais”.

Resultados recentes acerca de pesquisa arqueológica realizada por um grupo de pesquisadores mato-grossenses⁵, divulgados por meio de uma exposição arqueológica, indicaram vestígios da civilização pré-colonial, chamada de “Xarayes (donos do rio)” pelos exploradores que chegaram à região no século XVI. Segundo os arqueólogos, essa nação indígena ocupou o Pantanal da região de Cáceres-MT (Descalvados) por pelo menos um milênio, entre os anos de 800 a 1.800 DC. Esclarecem que, “apesar de haver provas convincentes de que os vestígios estudados remetem aos povos Xarayés”, enigmas como a sua origem, o tempo de ocupação desse território, a sua organização social ainda permanecem sem elucidação. Todavia, não parece haver dúvidas quanto ao fato de o desaparecimento desse povo ter ocorrido com a entrada dos conquistadores espanhóis pelo rio Paraguai, entre o século XVI e o final do século XVII.

⁵ As informações apresentadas sobre essa pesquisa foram obtidas por meio de consulta ao site <http://www.brasiloste.com.br/noticia/860/>.

Os arqueólogos mencionados compararam as crônicas coloniais do século XVI com o material encontrado nas escavações e concluíram que a localização dos grupos indígenas fornecida por essas crônicas “representam a evidência mais forte de que os vestígios encontrados pelos pesquisadores correspondem aos lendários povos Xarayés”. Outra evidência detectada pelos arqueólogos mato-grossenses foi a coincidência entre as descrições dos Xarayés e o material encontrado nas escavações – dimensões avantajadas dos restos ósseos que remetem à estatura alta desse povo relatada nas crônicas coloniais; grandes vasilhas de estocagem mantidas semi-cerradas também parecem corresponder à cerâmica Xarayés considerada “notável” pelas crônicas; adornos labiais (tembetás) encontrados no sítio Índio Grande remetem às descrições do século XVI.

Ainda segundo os mesmos arqueólogos, a nação dos Xarayés, por situarem-se na rota percorrida pelos conquistadores espanhóis “nas suas tentativas de chegarem aos Incas a partir do rio Prata”, acabaram por sucumbir, vítimas da brutalidade das “incursões” espanholas.

Segundo Costa (1999, p. 135-136), em 1957, a nação Xarayes foi visitada por “*Me. De Campo Hernando de Loma Portocarrero teniente de governador y justicia maior y capitan gral, de las provincias de Santa Cruz de la Sierra*”, que tomou posse e realizou recenseamento dos habitantes dessa nação em nome do rei da Espanha, com a finalidade de “*dar-los e reparti-los e encomendar-los*”. Segundo a estudiosa, a documentação por ela pesquisada não esclarece o desdobramento dessa *encomienda*⁶, “contudo sabe-se que pouco a pouco a alusão a este povo vai desaparecendo das narrativas”.

A própria grafia e o significado da unidade lexical Xarayes são controversos. Teodoro Sampaio (1928, p. 09), por exemplo, insere esse designativo entre as raríssimas denominações tupuias, “perdidas na grande torrente tupi-portuguesa que se alastrou por toda a parte”. Segundo o tupinólogo, “*Nioak, Xarayés, Poconé,*

⁶ “privilégios dos súditos da coroa espanhola em utilizar mão-de-obra indígena, cobrar-lhes tributos, tendo como contrapartida a sua cristianização” (CORRÊA, 1999, p. 114).

Coxipó, Caraxará, Nabilek, Mbotetehú, Aquidauana, Aquidaban, Ivinheyma, Queyma, Channé e alguns poucos entre os Guayacurus de Matto Grosso" [...] situam-se entre os nomes que se salvaram "das linguas barbaras dos tapuyas deante da invasão tupi, impulsionada pelos portugueses". Silveira Bueno (1998), por sua vez, define *Xarayes* como "terras alagadiças de Mato Grosso" e menciona *Xaraés* como o nome de uma lagoa de Minas Gerais e da "tribo que ali vivia".

Já Costa (1999, p. 136) registra outras versões para a origem do nome *Xarayes*⁷, valendo-se de outras fontes históricas. Segundo Karl Friedrich Philipp von Martius (1969), "Xarayes é uma palavra de origem castelhana". Já Félix de Azara (1966) "a define como uma nação indígena que, na época da chegada dos espanhóis, vivia em lugares baixos e inundados, supondo que eles eram 'los mismos a que los portugueses dan hoy el nombre de bororos". João Pedro Gay (1942), por sua vez, compartilha com Azara a hipótese de os *Xarayes* serem os povos na atualidade denominados de bororos e "identifica *Jaraié* como uma nação índia na qual a corpulência dos seus integrantes denotava muita força e que no tempo da conquista vivia em terrenos baixos sujeitos à inundação". Outra explicação é fornecida por José Gregório (1980), para quem *Xarayes* é o "nome de índios que viviam no extremo norte do Pantanal que, por ampliação, chegou a designar toda a região marginal do Paraguai, que se inunda anualmente, desde a foz do Jauru até Fecho dos Morros, por mais de 30 léguas de largura, formando enorme lagoa".

Essa última informação, além de reportar-se à nação indígena que emprestou o nome ao topônimo, delimita o espaço ocupado pelo acidente geográfico nomeado. Pelo exposto, percebe-se o grau de complexidade que envolve a natureza lingüística do topônimo *Xarayes*. Como já apontado anteriormente, as informações sobre as pesquisas arqueológicas realizadas na região de Cáceres-MT "traduzem" *Xarayes* como "donos do rio". Seria esse o significado da palavra, ou uma associação às

⁷ Informações fornecidas pela autora na nota de rodapé número 9, página 136.

características físicas do território habitado por esse povo? Independente da decifração do significado do nome, o fato é que o topônimo *Xarayes*, ao mesmo tempo em que identifica o acidente geográfico, cristaliza uma época, perpetua um momento histórico e consubstancia a visão dos primeiros colonizadores espanhóis que alcançaram essa faixa de território do continente americano. Reflete, pois, as experiências vivenciadas pelo conquistador frente a um ambiente físico-cultural enigmático e contribui para a propagação do mito da “lagoa fabulosa”. Dick (1992, p. 119), referindo-se à dificuldade de se analisar um topônimo em virtude do distanciamento com o motivo que o gerou, argumenta que a correta interpretação do designativo nem sempre é possível, em virtude das “dificuldades de se recompor todos os elos da imensa cadeia etimológica, já que o verdadeiro sentido do topônimo encontra-se cristalizado em sua forma atual, perdida que foi a primitiva transparência do significado”. É o que ocorre com *Xarayes*!

Além disso, a análise do topônimo *Xarayes* a partir da cartografia e dos relatos de viagens dos conquistadores espanhóis – séculos XVI e XVII – corrobora o apontado por Dick (1992, p 119), quanto à função da Toponímia (nomes de lugares) como “crônica de uma comunidade”, conservadora das suas tradições e reveladora de seus traços mais característicos:

No topônimo [...], de fato, pode-se perceber a marca de sua inscrição em um contínuo tempo-espacial limitado; por isso mesmo, a Toponímia reserva-se o direito de se apresentar também como a crônica de uma comunidade, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras. Assim é que os elementos mais diferenciadores da mentalidade do homem em sua época e em seu tempo, em face das condições ambientais de vida, que condicionam a sua percepção do mundo, estão representados nos nomes de lugares, senão todos, pelo menos os mais flagrantes.

Acresce-se ainda o fato de o topônimo *Xarayes* identificar no “contínuo tempo-espacial” a que se refere Dick, o período em que a região esteve sob o domínio espanhol. Trata-se, pois, de um ícone que sintetiza historicamente esse período.

2. Pantanal: o desaparecimento do mito e a gênese de nova identidade

A designação contemporânea de Pantanal foi atribuída à região pelos *paulistas portugueses*, em meados do século XVIII, que passaram a nomeá-la de *pantanaes ou pantanal*. Trata-se, pois, de “uma invenção luso-brasileira”, segundo Costa (1999, p. 19), já que a primeira definição dessa nova designação “foi encontrada num texto de 1727: ‘*Pantanal chamam os Cuiabanos a umas vargens muito dilatadas, que começando no meio do taquari, vão acabar quase junto ao mesmo rio Cuiabá*’. Essa denominação foi dada pelos monçoeiros que,

segundo as rotas abertas pelos bandeirantes paulistas, avançaram além dos limites fixados em 1494 em Tordesilhas e, no início dos anos setecentos, fizeram daquelas águas seu caminho às terras conquistadas. Desconhecendo a *Laguna de los Xarayes* e a geografia castelhana, ao chegarem à planície unundável da bacia do rio Paraguai, denominaram-na Pantanaís; segundo definiram, são “*campos alagados, com várias lagoas e sangradouros*” (COSTA, 1999, p. 19).

Começa-se a evidenciar “uma disputa entre espanhóis e portugueses nas instâncias da representação, pela posse do território” (LEITE, 2003, p. 17). A visão mítica de *lagoa fabulosa* cede lugar a uma imagem mais realista da região. Os relatos dos conquistadores começam a fazer alusão aos perigos da planície inundável – ataque dos índios Guaikurus (em terra) e dos Payaguás (na água); a presença de insetos, sobretudo mosquitos, que transformavam a viagem num desafio; calor insuportável –, o que contribuiu para a desmistificação da imagem lendária construída pelas crônicas coloniais espanholas. A região imaginária passa a ser descrita como caminho, haja vista que seus rios transformam-se em rotas da monções⁸. Assim, de ponto de

⁸ “Qualquer das expedições que, descendo e subindo os rios das capitâneas de São Paulo e Mato Grosso, nos sXVIII e XIX, mantinham as comunicações entre os vários pontos dessas capitâneas” (HOUAISS, 2001).

chegada passa a figurar como lugar de passagem, o que provoca mudança de foco no teor das narrativas sobre o lugar, já que não mais se referem à “lagoa fabulosa” de *Xarayes*, pois os relatos passam a ter caráter prático visando a fornecer orientações para futuros viajantes, sobre como vencer os obstáculos de navegação. “Nos seus caminhos os monçoeiros determinam uma nova geografia. Neste particular, anunciam, em suas viagens e descrições, o fim do maravilhoso espaço de *Xarayes*”. Em face disso, essas narrativas provocam o rompimento da tradição fantástica. “No lugar de *Xarayes* inscrevem, então, *Pantanais*” (COSTA, 1999, p. 180).

Segundo a interpretação dos relatos de viagens realizada por essa autora, a palavra *Pantanal* aparece “em sentido genérico, que identifica não uma região, mas a paisagem, o ambiente visível [...], os monçoeiros referem-se à navegação pelos pantanais, fazendo-os surgir entre varadouros, baías e rios, com suas águas cobertas por aguapés⁹”. Destaca ainda a pesquisadora que, dentre as narrativas de monçoeiros a que teve acesso, o relato de Antônio Rolim de Moura é o único que “reergueu *Xarayes*, fazendo-o outra vez lago, compondo-o na nova geografia”. Eis os registros da historiadora sobre os relatos desse narrador: “*me parece*”, diz ele, “*que o lago de Xaraes propriamente começa no fim do Taquari* [...]” *desde aquele lugar [a barra do Taquari] até as vizinhanças do Mato Grosso, principalmente no tempo das águas é tudo um pantanal*”. Completa ainda a mesma historiadora que o narrador, ao identificar duas paisagens, reconhece, concomitantemente, a região como castelhana e como luso-brasileira e, embora admita “a existência de *Xarayes*”, afirma que “tudo é um pantanal”. “Estava efetuado o amálgama; o lago de *Xarayes* incorporava-se ao *Pantanal*, era o *Pantanal*” (COSTA, 1999, p. 186-199).

Desfaz-se assim o mito corporificado pelo *etnotopônimo Xarayes* e instaura-se o novo designativo, o *hidrotopônimo Pantanal*, um termo mameluco que evidencia a supremacia do domínio

⁹ “Emaranhado de plantas aquáticas que formam uma cobertura na superfície das águas dos rios, lagos e pantanais” (HOUISS, 2001).

português sobre aquelas terras, uma vez que o Tratado de Madri (1750) rezava: “... e pelo seu alveo até encontrar os Pantanaís, que fórma este Rio, chamados de Lagoa dos Xarais...” (COSTA, 1999, p. 202). Nota-se que a imagem do *Pantanal* suplanta a da *Lagoa*, alterando, assim, a designação do acidente geográfico, uma vez que, no final do século XVIII, o topônimo castelhano *Xarayes* já tinha sido efetivamente substituído por *Pantanal*, um designativo português. Trata-se de mais uma evidência da relação entre a toponímia e o ambiente físico-cultural do espaço nomeado.

Schneider (2002, p. 44), valendo-se de informações fornecidas por Calheiros e Fonseca JR. (1996), esclarece que o topônimo *Pantanal* nomeia a região localizada no centro da América do Sul, extremo norte da Bacia Platina. Em termos de localização geográfica ele representa o elo entre o Cerrado no Brasil Central, o Chaco da Bolívia e Paraguai e a Região Amazônica. Ocupa uma área de 138.183 Km², que contempla parte dos estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, além de terras da Bolívia e do Paraguai.¹⁰ O Pantanal do Brasil abrange 38,21% do total da Bacia do Alto Paraguai, que totaliza 361.666 km² (SILVA; ABDON, 1998, apud SCHNEIDER, 2002, p. 44). Vários estudiosos referem-se à impropriedade do termo *pantanal* como designativo desse espaço geográfico. Virgílio Alves Corrêa Filho (1946), por exemplo, pondera que a unidade lexical *pantanal* não nomeia só pântanos, mas especifica uma região geográfica com “fisionomia singular”. Miguel Ponce (1995), por seu turno, esclarece que o nome *pantanal* “tende a distorcer o fato de que a depressão da bacia do Alto Paraguai consiste não de uma, mas de várias regiões sazonalmente inundadas, distintas umas das outras, daí o nome Planícies e Pantanaís Mato-grossenses” (apud COSTA, 1999, p. 20).

A despeito dessas discussões, o fato é que o topônimo *Pantanal* adquiriu estatuto próprio e designa o conjunto diferenciado de *pantanaís*¹¹, considerados a maior reserva ecológica

¹⁰ Confira Anexo 2 deste trabalho.

¹¹ A respeito das diferentes divisões desses pantanaís, consultar Schneider (2002, p. 53-66).

do mundo. Não é demais lembrar que, desde o primeiro contato do homem branco com a região, a percepção do denominador “fotografou” a imagem de grande área alagada, tanto que, nas primeiras descrições do ambiente, esse espaço geográfico foi concebido como uma *lagoa*, termo também impróprio para designar o espaço em questão. As fontes históricas sobre a região às vezes se referem a ela também como *Mar de Xaraés*; o naturalista Francis Castelnau (1852) a define como *Pantanal de Xarayes* e Langsdorff, ao refazer a antiga rota monçoeira com Hércules Florence, descreve a região com o mesmo realismo adotado pelos expedicionários portugueses, já que esses, por terem avançado pela parte norte da Bacia do Alto Paraguai, tiveram outra visão do espaço (COSTA, 1999, p. 249-250), o que confirma que a representação da grande área inundada acabou determinando a classificação do acidente geográfico. Costa (1999, p. 250), retomando Corrêa Filho (1949), pontua com muita propriedade que, embora o termo *pantanal* não defina uma região pantanosa, “é possível ver que foi uma paisagem próxima à de pântanos, como a descreve Langsdorff, que definiu a origem do nome Pantanal. Essa também é uma face do seu rico ecossistema”.

Pelo exposto, pôde-se observar que as várias designações atribuídas a esse acidente geográfico – *Lago de Xarayes*, *Pantanaes*, *Pantanal*, *Mar de Xaraés*, *Pantanal de Xarayes* – traduzem a forma como a toponímia refletiu os vários olhares dos conquistadores sobre o espaço nomeado, em momentos distintos da história de ocupação da região pelo homem branco. Isso demonstra que os signos toponímicos ilustram de forma bastante particular a questão da produção social do significado, uma vez que “o nome de lugar apresenta-se sempre como a materialização da forma como o denominador ‘vê’ e ‘sente’ a realidade no momento da nomeação” (ISQUERDO, 1997, p. 45). Neste caso, a toponímia retratou as percepções do denominador que, por sua vez, traduzem dois momentos históricos de disputa pelo domínio do território: a visão mítica do espaço que atraiu conquistadores, sobretudo espanhóis, e a visão objetiva introduzida pelos bandeirantes paulistas que identificavam o *Pantanal* como uma rota de passagem em busca das minas de Cuiabá. É a Toponímia e a História estabelecendo interfaces...

Referências Bibliográficas

BRASIL OESTE. Disponível em: <<http://www.brasiloste.com.br/noticia/860/>>. Acessado em: 18/03/2006.

BUENO, Silveira. *Vocabulário Tupi-guarani/Português*. 6. ed. São Paulo: Éfeta Editora, 1998.

CAMARGO, Rogério de. *...aquêle Mar Sêco: o Pantanal*. São Paulo: Editora Cupolo, 1955.

CORRÊA, Valmir Batista. *Fronteira Oeste*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente*. O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade; Livraria Kosmos Editora, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Aspectos genéricos da toponímia indígena brasileira e sua distribuição lingüística. In: DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*: coletânea de estudos. 3ª ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992, p. 119-136.

_____. O problema das taxionomias toponímicas. Uma contribuição metodológica. In: DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992, p. 23-34.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. *Fronteiras*. *Revista de História da UFMS*. Vol. 1, n. 2 (jul.dez.), Campo Grande, 1997, p. 27-46.

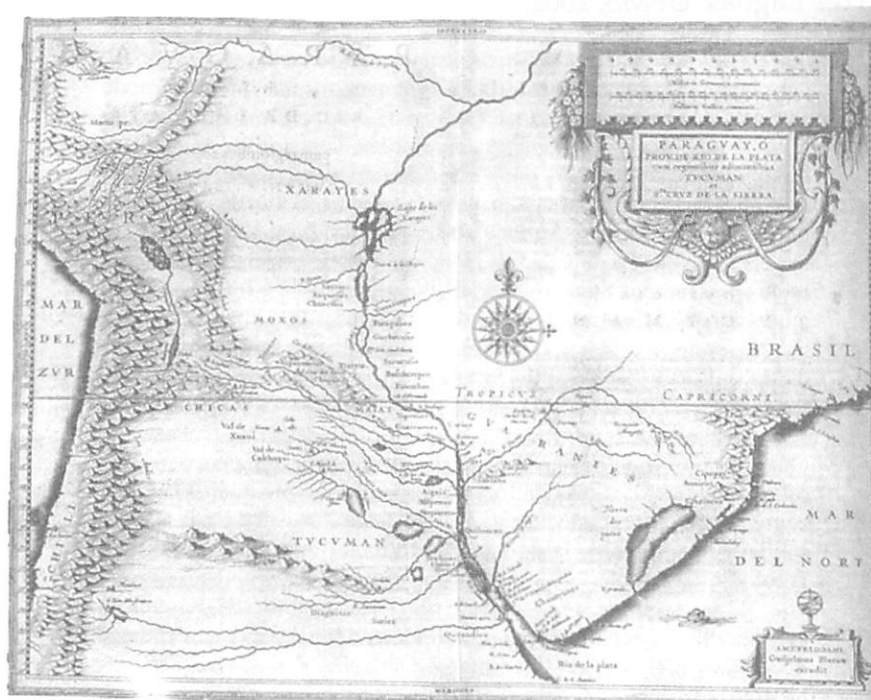
LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na história: comitivas e peões no Pantanal*. Brasília: Ministério da Integração Regional; Campo Grande: Editora da UFMS, 2003.

NOGUEIRA, Albana Xavier. *O que é Pantanal*. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros Passos, 223).

SAMPAIO, Teodoro. *O tupí na geographia nacional*. 3. ed. Bahia: Secção Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, 1928.

SCHNEIDER, M. *Um olhar sobre os caminhos do pantanal sul-mato-grossense: a toponímia dos acidentes físicos*. Dissertação (Mestrado) Três Lagoas: UFMS, 2002.

Anexo 1 – Primeira representação cartográfica da Lagoa de Xarayes (1631).



Fonte: COSTA, 1999, p. 144.

Anexo 2 – Mapa atual do Pantanal.



Fonte: NOGUEIRA, 1990, p. 17.

**Gualacho, Mato Dentro, Outra
Banda – topônimos da Região do
Carmo – MG: questões léxico-
históricas**

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra
Faculdade de Letras – UFMG

Abstract: Taking into account that locatives –including the names of rivers and mountains- often remain unchanged through the ages, and so allow us to have a look at past times, the Brazilian toponimes *Gualacho*, *Mato Dentro* and *Outra Banda*, from the so –called Região do Carmo –the first settled area in a section of the State of Minas Gerais, Brazil– are analysed.

Keywords: Linguistics, Toponymy, Minas Gerais.

Em todas as partes do mundo, o homem faz uso de signos lingüísticos que se fundamentam em seu entorno vivencial, estimulados pela necessidade de nomear, diferenciar e indicar. Utiliza-se, para isso, de variadas estruturas lingüísticas que combinam motivação, convenção e identificação, produtos psíquicos da história sócio-político-cultural de um povo.

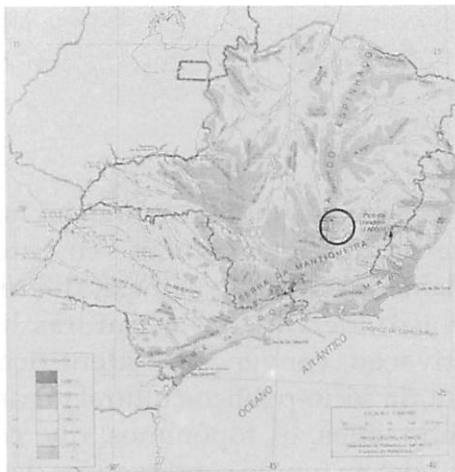
Identificando sítios, os topônimos, que constituem uma dessas estruturas, detêm função conservadora das tradições e dos costumes de uma comunidade, na medida em que essa se utiliza de sua cultura lingüística para nomear acidentes geográficos. Entende-se cultura como um conjunto de idéias, tradições, conhecimentos e práticas individuais e sociais, projetados na língua de um povo.

Essa prática de denominar um lugar segundo a sua situação em relação a um espaço geográfico habitado é um fenômeno geral, comum a todas as épocas. Tal fato costuma “cristalizar” nomes que despertam a curiosidade de pesquisadores, principalmente se os nomes se repetem em um espaço físico considerável, tornando-se típicos de uma região.

A seguir, pretende-se examinar três nomes dessa natureza que levantam questões léxico-históricas, quais sejam: Gualacho, Mato Dentro e Outra Banda¹, que remontam ao Ciclo do Ouro, com a primeira atividade extrativa que levou o homem a se fixar no território mineiro.

O mapa a seguir destaca essa região, assim denominada “por compreender todo o percurso do Rio Carmo, desde sua nascente, próxima à cidade de Ouro Preto, até se misturar às águas do Rio Piranga, quando se transforma em Rio Doce” (Seabra, 2004, p. 18).

¹ Projeto apoiado pela FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.



Mapa 1: A Região do Carmo, em Minas Gerais (destaque nosso)
Fonte: SIMIELLI, 2000, p. 106.

Gualacho

A cristalização semântica de topônimos, ou seja, a sua persistência como signos geográficos, mesmo quando seus elementos componentes deixaram de ser facilmente identificáveis pela população local, adquire considerável importância em uma pesquisa sobre toponímia, podendo se constituir, conforme observa Dick (1990, p. 42), em “fonte de conhecimento, não só da língua falada na região em exame, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário”.

O interesse pelos nomes de cursos d’água, também testemunho dessa cristalização, se constituía em objeto de estudo de Dauzat, no início do século XX, na França, quando afirmava, em seus estudos toponímicos, que os nomes de rios “nos permitem mergulhar no mais distante passado lingüístico da Europa ocidental.”² Constituem, também, objeto de estudo da lingüística

² “Les noms de cours d’eau présentent un intérêt, très particulier: ils renferment, parmi toutes les catégories de toponymes, la plus forte proportion des noms les plus anciens, la rivière, nous l’avons vu, étant particulièrement rebelle aux substitutions. Ce sont ces noms qui nous permettent de plonger le plus loin dans le passé lingüistique de l’Europe occidentale.” (Dauzat, 1926, p. 195)

histórica, visto que por meio deles pode-se, freqüentemente, perceber estágios antigos de língua, pois, conforme assinala Bynon (1995, p. 263), os locativos, incluindo-se aqui os nomes de montanhas e rios, muitas vezes se constituem “fósseis”³ lingüísticos que sobrevivem até hoje, permitindo que se penetre em um tempo passado.

Gualacho parece ser um desses *fósseis*. Presente em uma região que foi “vasculhada” por sertanistas e portugueses, esse topônimo vem se perpetuando na zona do Carmo, através dos séculos, nomeando, além de rios, campos, fazendas e lugarejos em seu entorno. A sua origem não é clara, pois se revela apenas nos vestígios que deixou em nomes de lugares. A propósito, Machado (1984) apresenta *gualacho* como topônimo encontrado no Brasil, em rios de Minas Gerais e dá para esse vocábulo a mesma definição de Vasconcellos (1904, p. 184)⁴. Santamaría (1942), por sua vez, o inclui entre os americanismos⁵, dizendo tratar-se de um grupo étnico encontrado na Venezuela, no Brasil e no Uruguai.

Sobre esse topônimo, presente em várias localidades adjacentes ao município de Mariana – Minas Gerais, nomeando rios (*Gualacho do Norte*, *Gualacho do Sul*), pequenos povoados (*Gualacho de Baixo*, *Gualacho de Cima*) e fazendas (*Gualacho*), há muitas notícias, como as que registram fatos históricos da região do Carmo, relacionadas a seguir:

³ Termo tomado ao geógrafo francês Jean Brunhes, que considerava fósseis da geografia humana.

⁴ “O nome *Gualacho* foi corrupção de *Yguarachue*, que quer dizer – *poço do carumbé quebrado* (*iguá* – poço, *chuí* – carumbé, *rá* – quebrado). Carumbé era uma espécie de tartaruga, que os índios comiam quebrando-lhe a casca, e as colhiam e depositavam num poço cercado.”

⁵ *Gualachos* é “tribu de índios de la provincia de Guaira (Venezuela)”; “*Gualacho*, cha. Adjetivo Guayaná” (1942, p. 49). Do Guayaná diz ser “índio cuya parcialidad habitaba las riberas de Iguazú, entre el Paraná y el Uruguay, dominando en parte del estado brasileño de S. Pablo. Dice Azara que era flaco, barbado y de bellísima índole. Su idioma que, según dicen pareciase al ahullido del perro. Relativo a esta extinta tribu” (1942, p. 72).

[...] que no ambito da Freguezia do Furquim havia um Rio Caudaloso e com perigo nas passagens chamado **Gualacho do Norte** e eu havia outro chamado Ribeyrão com igual grandeza e que ambos fazião *Barra na fazenda de Mathias Barbosa da Silva* donde se achava hua Capella de São Jose e que no tempo do Inverno erão tão perigosos que ainda em embarcassoens se não podiam vadear e no Verão se passava com dificuldade. (*Livro de Tombo da Freguezia do Furquim*, recolhido ao arquivo da Cúria de Mariana, p. 111, apud Trindade, 1962, p. 32)

Na crise de 1702, instalaram-se a margem do Rio de Miguel Garcia, no sitio chamado **Gualaxo**, a uma legua da Capella de Miguel Rodrigues. (...) A Fazenda do Gualaxo, pertence ainda aos descendentes de Pedro Corrêa. (Vasconcellos, 1904, p. 184)

Este officio dirigido ao Rei um mez antes, que se desse o descobrimento da Serra de Ouro Preto refere-se, como é claro, aos ribeiros de **Miguel Garcia** e do Carmo, unica parte das Minas então conhecidas e exploradas". (Vasconcellos, 1904, p. 111)

Além das que já temos mencionado, outras muitas se multiplicaram assim nas margens do Ribeirão, como nas do **Gualaxo do Norte**, e no **Gualacho do Sul**, nome que substituiu ao do Miguel Garcia no rio, em que êste achou o primeiro ouro. (Vasconcellos, 1904, p. 127)

Miguel Garcia, da vila de Taubaté, foi o primeiro que, adotando a medida de explorar outras minas, descobriu e manifestou as de um ribeiro, que por isso adquiriu o seu nome, em um rio, que entra no Ribeirão do Carmo com a denominação atual de **Gualacho do Sul** (1699). (Vasconcelos, 1974, p. 213, v.1)

Há registros, similares também, em mapas do século XVIII, em cartas de sesmaria, testamentos, depoimentos, poemas:

"**Gualacho do Norte**", "**Gualacho do Sul**" [MAPA abrangendo a região entre o alto Rio Doce (Ribeirão do Carmo), o Rio das Velhas, o Rio Paraopeba, o Rio Pitangui (atual Pará) e o Rio São Francisco]. (Região das minas de

ouro, 19°-20°30'S) Diogo Soares. Ca. 1734/5, apud COSTA et alli, 2002.

“Faço saber aos que esta m.^a Carta de Cesmaria virem q’ tendo respeito a me representar por sua petição João Gonçalves Branco, morador no **Gualacho do norte**, freguezia de S. José de Barra [...] Dada em V.^a Rica a dezouto de Junho Anno do Nascimento de N. Snr. Jesus Christo de mil e setecentos e quarenta e seis annos.” (Revista do Archivo Publico Mineiro, 1908, p. 975-976)

“[...]Faço saber os que esta minha Carta de Sesmaria virem que havendo respeito ao q.^e por sua petição me enviou a dizer Pedro Correa de Godoy mineyro actual de sinco annos a esta parte nestas minas e hora assistente nos **Gualachos**, Ribeirão chamado de Miguel Garcia, aonde tinha o seu sitio, que p.^a nelle viver mais seguro e ter mattos p.^a cultivar queria tirar por sesmaria; Portanto me pedia lhe fizesse m.^e conserder o d.^o sitio aonde assistia por sesmaria não prejudicando a terceyro correndo hua Legoa de sua banda do Rio, e outra Legoa da outra banda[...] Dada neste Arrayal do Rebeirão do Carmo aos 22 de Abril de 1711. – O Secretario Manoel Pegado a fez. – Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho.” (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1898, p. 24-25)

“Declaro, que os bens que possuo são, por maior, os seguintes: *Uma fazenda grande* na Barra dos **Gualaches** [...] Outro sitio no **Gualacho**” (Testamento de Mathias Barbosa da Silva, Mariana, 1738. In: Trindade, 1955, v: III, p. 193)

“O primeiro que deu a público ou ao manifesto o seu descobrimento foi Miguel Garcia, taubateano – que se repartiu pela maior parte dos seus paisanos pelo dito coronel Salvador Fernandes, com assistência do guarda-mor –, de cujo nome ficou denominado o rio chamado **Miguel Garcia**, que continuando sua corrente recebendo mais braços com continuadas faisqueiras, não aumentou só as conveniências, senão também as suas águas, até encontrar-se fazendo barra no ribeirão do Carmo, levando sempre faisqueiras de ouro a unir-se com aquela corrente mais rica de que em seu lugar se dará notícia.” (“Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios.”

Bento Fernandes Furtado, ca. 1750. In: CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p. 172)

“As pedras amarellas, e encarnadas,/De que estão essas taças coroadas,/Produz o Itatiaia, aquelle rio,/Que vai buscar com placido desvio/Outro, que de Guará, purpurea ave/Na lingua patria o nome tem suave;/E juntando as correntes vai formando/O grande Rio Doce; de **Gualacho**/Nos futuros auspicios talvez acho,/Que um pequeno ribeiro o nome guarda./Nas margens suas de nascer não tarda/O grosso engenho, que decante um da/As memorias da patria e de Garcia. (“Villa Rica”, poema de Claudio Manoel da Costa, canto oitavo; oferecido ao Conde de Bobadela, no ano de 1773, apud Trindade, 1958, p. 173)

Presente, ainda, em outras áreas do território americano, América Central, Venezuela, Uruguai e sul do Brasil, não se sabe como esse vocábulo, classificado como um americanismo, estabeleceu-se na região. Supõe-se, pela sua presença na toponímia, que um grupo étnico com essa denominação tenha ocupado um vasto território, conforme parece atestar o mapa reproduzido abaixo:



Mapa 2: Localização dos povos gualachos (destaque nosso)

Fonte: Atlas Histórico Escolar, 1960, p. 62

Na carta geográfica de “Le Père M. Coronelli (1698)”, registra-se uma das localizações dos **gualachos**, nas “riberas de Iguazú, entre el Paraná y el Uruguay, dominando en parte del estado brasileño de S. Pablo.” (Santamaría, 1942, p. 72)



Mapa 3: Povos Gualachos no Sul (destaque nosso)

Disponível em http://www.escolavesper.com.br/em_busca_do_ouro.htm

Embora já faça parte de um vocabulário conservador, o termo *Gualacho* interessa aos estudos sobre indígenas pré-

colombianos, porque está patente como fósil lingüístico no léxico toponímico, fonte ainda pouco explorada com vistas à reconstituição de primitivas áreas vocabulares.

Mato Dentro

Essa forma toponímica, que se distribui em algumas localidades mineiras, ocorre, também, em outros pontos do território nacional: Mato Grosso (localidade e povoado), Goiás (sítio arqueológico em Vianópolis), São Paulo (Ribeirão Mato Dentro, Cachoeira Mato Dentro – na estrada para a reserva da Serra da Bocaina, Fazenda Mato Dentro – do início do século XIX, no município de Campinas), Rio de Janeiro (Cachoeira do Mato Dentro – próximo a Vassouras) e Curitiba (bairro).

Em Minas Gerais, *Mato Dentro* é bastante comum, no interior, estando presente nos topônimos: Conceição do Mato Dentro (próximo ao Serro), Itambé do Mato Dentro (antes, Nossa Senhora do Itambé), Itabira do Mato Dentro, Bom Fim do Mato Dentro (próximo a Antônio Pereira), Brumado do Mato Dentro, Mato Dentro e Bonfim do Mato Dentro (Barra Longa). Na Região do Carmo, *Mato Dentro* nomeia várias áreas de campo:

Aos quatro de setembro de mil novecentos e quinze o Sr. Padre Antonio Alves Pereira em licença minha assistiu na Ermida do **Matto Dentro** ao matrimonio que entre si contrahirão José Monteiro e Maria da Alma. Foi processado canonicamente e não consta houvesse impedimentos. Testemunharão o acto José César Gomes e Deolindo Carneiro. O Vig.º Raymundo Octavio da Trindade. (Livro dos Casamentos, 1915, p. 32. Igreja Matriz de Barra Longa – MG)

E forçoso para ter se idea exacta da freguezia que se vá ao Bueno, Vargem, Rompe Dia, **Matto Dentro**. Ahi fará o visitante proveitoso conhecimento com homens de tempera rija, fazendeiros prosperos, laboriosos, activos e sobretudo hospitaleiros (...). (Trindade, 1917, p. 119-120)

Entendendo-se por decalques lingüísticos os “empréstimos por tradução” introduzidos na língua, muitas vezes, sob forma

aproximativa, e considerando-se o que diz Garmadi sobre o decalque lexical (*oferece a vantagem de evitar, em primeiro lugar, as dificuldades levantadas pela integração fonológica dos significantes dos lexemas estrangeiros no seu sistema de acolhimento, ao mesmo tempo que procura respeitar a equivalência na ordem dos significados.*⁶), poder-se-ia aventar a hipótese de esse ser um topônimo bandeirante, já que parece constar em várias localidades por onde passaram as bandeiras. Seria *Mato Dentro* um decalque lingüístico ou mais especificamente um decalque lexical de algum vocábulo tupi?

Em documentos antigos e, também, em cartas de sesmaria concedidas a povoadores da Região do Carmo, durante o século XVIII, observa-se a ocorrência de *mato dentro*:

Informando como V. Ex.^a me determina, sobre o req.^{te} incluso, em que os Moradores do Arrayal, e freg.^a da Conceição do **Matto Dentro** termo desta Villa pedem a criação daquele seo Arrayal em Villa, he certo que ele dista desta onze legoas de mãos caminhos no tempo das aguas, assim como o são todos principal.^{te} os de Entre-Mattos em todo este continente (...) Villa do Principe 27 de Setembro de 1792. (Revista do Archivo Público Mineiro, 1912, p. 242-243)

Faço saber aos q.^e esta minha Carta de Sesmaria virem, q.^e havendo resp.^{to} ao q.^e por sua petição me enviou a dizer Fran.^{co} Frz. de Alm.^{da}, assistente no Ribeyro dos Mossus hindo p.^a **mato dentro**, com obrigações de mulher e filhos, mineyro actual nestas Minas ha onze annos[...] Dada nesta V.^a e Rib.^{am} do Carmo e Albuquerque.^e aos 6 de Julho de 1711. (Revista do Archivo Público Mineiro, 1906, fasc. III e IV, p. 970-971)

Ocorrências como essas parecem comprovar que poderia não ter havido, em registros escritos oficiais, as construções “mato adentro” e “mato de dentro”. Segundo Beaurepaire-Rohan (1956, p. 159), o substantivo masculino **Mato** é muito usado em Pernambuco e em outras províncias do Nordeste, com o mesmo significado de roça. Sobre o advérbio **Dentro**, Corominas (1954,

⁶ Garmadi (1983, p. 143).

p. 126) diz: “derivado do antiguo entro, procedente do latim intro, ‘adentro, faz el interior’. Machado (1984, p. 499) registra a ocorrência do advérbio ‘dentro’ na formação de topônimos, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Em Portugal, é topônimo em Guimarães; no Brasil: elevações (Pernambuco, Santa Catarina), ponta (Amapá), rios (Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo), lagoas (Bahia, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro).

Sobre o composto **Mato Dentro**, porém, não há registros nos dicionários consultados, ficando a dúvida se esse é um topônimo trazido de Portugal ou formado no Brasil. Porém, caso tenham ocorrido as formas “mato adentro” e “mato de dentro”, isso foi anterior aos setecentos, pois tais construções não se encontram em cartas de sesmaria, dessa época, em Minas. Presume-se, pois, que essa composição poderia corresponder simplesmente à tradução de um termo tupi, analogamente formado, justificando os conceitos de “tupinismos internos” ou “semânticos”. Faz-se necessário, aprofundar estudos nessa questão, pois não se pode deixar de considerar que há aspectos da fonética sintática portuguesa, visíveis em topônimos em Portugal, que não foram transferidos para o Brasil, podendo-se pensar em *Mato Dentro* até mesmo como um lusitanismo.

Outra Banda

A etimologia da palavra *banda* já foi estudada por Piel (1989, p. 195). Segundo esse autor, o referido vocábulo é derivado de *albende / alvende*, que vem “a ser um termo medieval castiço, abonado apenas através de dois vetustos exemplos do século IX”, derivado do árabe *al-band*, cujo significado é ‘bandeira’. Segundo Piel, desde que se admita a significação de ‘bandeira’, “*albende* não deixaria de sugerir, em primeira instância, o germânico (visigodo) *bandwo* ‘senha’, ‘sinal’ – termo latinizado em *bandum*, que Paulo Festo (Diácono, séc. VIII) traduz por ‘vexillum’, e que, com sentido metafórico, sobrevive em bando, banda, etc.”

É desse “germanismo latino” *bandum*, característico da terminologia militar, difundido a partir das grandes invasões, que, acredita Piel (1989, p. 197), originou-se o vocábulo *banda*, em alusão a uma faixa que “poderia corresponder, mais concretamente, a uma espécie de bandeira plantada na terra recentemente apesada.”

Dessa idéia de ‘posse’, *banda* teve o seu sentido ampliado, passando a designar a localidade em que se situa a terra possuída em relação a um rio ou riacho que a divide⁷. Derivado de *banda*, *outra banda* se compôs, significando lado, parte ou margem. Como topônimo, *Outra Banda* é encontrado na Espanha (Galícia), em Portugal (Almada, Lisboa), na África (Guiné-Bissau), na China (Macau) e no Brasil (Ceará, Minas Gerais). Na literatura, esse topônimo pode ser observado em várias obras, comum, portanto, a toda a Ibéria:

Mas neste passo, assi prontos estando,/ Eis o mestre, que
olhando os ares anda,/ /
O apito toca: acordam, despertando,/ Os marinheiros dua
e **doutra banda**; /
E, porque o vento vinha refrescando,/ Os traquetes das
gáveas tomar manda: /
– “Alerta – disse – estai, que o vento crece / Daquela nuvem
negra que aparece!”⁸

Arranjou outro ofício: passava para a **Outra Banda** as
mulheres que vêm ao Porto com as canastras e que depois,
no regresso, embarcam na lingueta de Lordelo [...] -Não se
mexam! Agora quem quiser chegar à **Outra Banda** tem de
dar mais um pataco!⁹

[...] O barqueiro Chorento ou Charonte, a cambio da trenza
que lle queda a Morgana, pásars á **outra banda** do Xallas,

⁷ “Banda – lado (parte del espacio): *de la ~ de acá del río* (Diccionario Ideológico de la Lengua Española, 1995).

⁸ CAMÕES, L. de. *Os Lusíadas*. 1524-1580. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1980. Canto sexto, Estrofe 70, p. 244.

⁹ BRANDÃO, Raul. *Os Pescadores*. 2. ed. Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1988. p. 115-116.

no que as xacias intentan atraer a Miro co seu [...] ¹⁰
[...]até do afastado da outra banda [...] ¹¹

Tanto *Banda* como *Outra Banda* são termos bastante comuns em documentos escritos do século XVIII, conforme se pode observar nos seguintes trechos de cartas de sesmarias concedidas a povoadores da Região do Carmo:

[...] Portanto me pedia lhe fizesse m.e conseder o d.o sitio aonde assistia por sesmaria não prejudicando a terceyro correndo hua Legoa de sua banda do Rio, e outra Legoa da outra banda, comessando da borda de sua Rossa para Rio abaixo até encher a d.a Legoa; E visto seu requerimento e informação, que se me deu, Hey por bem de fazer Merce ao d.o Pedro Correa de Godoy em nome de S. Mag.de, que Deos g.de de lhe dar de sesmaria o ditto sitio com meya Legoa som.te de hua banda do Rio e outra meya Legoa da outra banda das terras declaradas em sua petição, [...] Dada neste Arrayal do Rebeirão do Carmo aos 22 de Abril de 1711. (Revista do Archivo Publico Mineiro, 1898, p. 24-25)

[...] que elle hera senhor e possuhidor ha muitos annos, de humas posses citas no corgo chamado churimirim, que desagoa no Ribeyrao da outra banda da estrada [...] Dada em Villa Rica aos vinte e sete de Janeyro, Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e setecentos e sincoenta annos. (Revista do Archivo Publico Mineiro, 1913, p. 637-639)

Faço saber aos q. esta minha carta de cesmaria virem q. tendo respeito a me representar o Alferes João Batista Romeiro, m.or na freg.a de São José da Barra, tr. da Cid. Marianna, Com.ca de V. Rica q' elle sup.e era Snor.o e possuidor á m.tos annos de húas pósses citas no córgo chamado Jerumerim, q. desagoáva no Ribeirão da outra

¹⁰ ALEIXANDRE, Marilar. *A vaca de Fisterra e a trabe de alcatrán*. Zaragoza: Edelvives – Trambre, 2003, p. 84.

¹¹ ROSA, João Guimarães. *A Terceira Margem do Rio*. In: *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 32.

banda da estrada; nas quaês tinha sua rossa, e fabrica do escrávós, e para a sustentação delles, me pedia lhe concedesse por cesmaria de meya legoa de terra em quadra[...] Dada em a Cid.e de São Sebastião do Rio de Janeiro, a trinta e um de Janr.o Anno do Nascimento de Nosso S.r Jesus Christo de 1747. O secretario do Governo Antonio de Souza Machado a fes escrever // Gomes Freire de Andrada. (Revista do Archivo Publico Mineiro, 1910, p. 62-63)

Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem, que tendo respeito a me representar por sua petição João Martins da Costa, que na freguezia do Sumidouro se achava hú pouco de mato devoluto, e só occupado parte delle da banda de sima da barra que fazião dous Corgos que se juntavão a riba da rossa de Antonio Fernandes, e decião das vertentes que cahião para elles, divididas do ribeirão das Lages, e de húa parte dos ditos Corgos tinha rossa de Antonio Lopes, e porque o Suplicante queria cultivar e possuir com tittulo legitimo as dittas terras p.a este effeito pertendia lhe mandace passar sua Carta de Sesmaria, fazendo pião no meyo do ribeirão das Lages, para a banda dos dittos dous Corgos, correndo os rumos, hum direito, á ditta Barra, para balizar e confrontar com ella, e outro encontrado a este para outra parte do ditto ribeirão, e os mais para os dous lados [...] Dada em vila rica da Nossa Senhora do Pillar do Ouro Preto aos honze de Janeiro, Anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus christo de mil e settecentos e cincoenta e hum annos. (Revista do Archivo Público Mineiro, 1914, p. 688-689)

Quanto ao registro desse topônimo na região aqui estudada, extrai-se em Trindade (1917, p. 117): “No territorio da freguezia da Barra Longa existem as seguintes [fazendas]: Jurúmirim ou Outra Banda...” e, ainda, em Trindade (1962, p. 65): “da outra margem do Carmo e a histórica fazenda da *Outra Banda* ou Jurumirim que, como a Casa da Barra, pertenceu aos sucessores de Matias Barbosa.”

Contemporaneamente, no Brasil, *banda* cedeu lugar ao vocábulo *lado*, comumente usado, mas vem se mantendo na toponímia da região em estudo.

Conclusão

Os estudos toponímicos revelam-se de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo, pois permitem a identificação de fatos lingüísticos, de ideologias e crenças presentes no ato denominativo e, posteriormente, na sua permanência ou não em uma comunidade.

Considerando-se tal fato, é de se crer que um estudo mais aprofundado do léxico e da toponímia da região estudada não pode deixar de, no futuro, nos proporcionar uma colheita incomparavelmente mais rica de vestígios do passado lingüístico em terras mineiras.

Referências Bibliográficas

ALVAR ESQUERRA, Manuel. *Diccionario Ideológico de la Lengua Española*. Barcelona: Vox Bibliograf, 1995.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Visconde de. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

BYNON, Theodora. Can there Ever be a Prehistorical Linguistics? *Cambridge Archaeological Journal* 5:2. London, 1995, p. 261-265.

COSTA, Antônio Gilberto et alii. *Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o Doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v.:il. (Coleção Mineiriana, Série Obras de Referência).

COROMINAS, J. *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. V. II. Madrid: Editorial Gredos, 1954.

DAUZAT, A. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica: Princípios Teóricos e Modelos Taxionômicos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

GARMADI, Juliette. *Introdução à sócio-linguística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1914. 3v.

PIEL, Joseph-Maria. *Estudos da Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

Revista do Archivo Publico Mineiro, Anno III - 1898. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1898..

Revista do Archivo Publico Mineiro, Ano XII - 1907. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1908.

Revista do Archivo Publico Mineiro, Anno X - 1905, fasc. III e IV – Jul. a Dez. de 1905. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1906.

Revista do Archivo Publico Mineiro – Anno XIV, 1909. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1910.

Revista do Archivo Publico Mineiro, Anno XVII -1912. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1913.

Revista do Archivo Publico Mineiro, Anno XVIII - 1913. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1914.

SANTAMARIA, Francisco J. *Diccionario General de Americanismos*. 1. ed., Tomo II. Méjico, D.F.: Editorial Pedro Robredo, 1942.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A Formação e a Fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímica da Região do Carmo*. 2004. 368 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TRINDADE, Padre Raymundo. *Monographia da Parochia de S. José da Barra Longa*. São Paulo: A. Campos Editor, 1917.

TRINDADE, Cônego Raymundo. *Velhos Troncos Ouropretanos*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1951.

TRINDADE, Cônego Raymundo. *Velhos Troncos Mineiros*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1955, V. III.

TRINDADE, C. R. *Anuário do Museu da Inconfidência: Ouro Preto - 1952-1957*, São Paulo: Ministério da Educação e Cultura – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1958.

TRINDADE, C. R. *Monografia da Paróquia de São José da Barra Longa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1962.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2 v.

VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1904. 2 v.

Dicionário

Lexicografia: o léxico no dicionário

Maria da Graça Krieger
UNISINOS

Abstract: In this chapter some aspects that indicate the constitutive heterogeneity of words and the lexical component of the languages are described aiming at characterizing the lexical treatment in dictionaries. The multiple facets of the lexicon explain the reason why it is a meeting point of various study areas in the fields of grammar, language and discourse. In this context the purposes and the respective objects of the lexicon sciences – Lexicology, Lexicography and Terminology – are identified. Applied Lexicography is highlighted with special attention to the issues of dealing with the diversity of the constitutive elements of the lexicon to register it within the macro structural and micro structural patterns of the dictionaries. With this codification, Lexicography plays a part in the description of the multifaceted constitution of the lexicon as well as to the description of its discourse operation. Besides, the traditional lexicographic code contributes to the projection of the image of the lexicon as a linear component established formally before hand and it also contributes to keeping the idea that Lexicography comes down to a pragmatic compiling practice.

Keywords: heterogeneity of lexicons, word, treatment in dictionaries, lexicography.

A heterogeneidade constitutiva do léxico

No âmbito dos estudos lingüísticos, tomar o léxico como objeto central de pesquisa não significa uma homogeneidade investigativa. Ao contrário, a tendência geral é de adoção de um determinado enfoque teórico e epistemológico, bem como de escolha de algum aspecto descritivo sobre esse componente basilar de todo e qualquer sistema lingüístico.

Isso se explica, porque o conceito de léxico pode variar conforme a teoria adotada, ou em razão do privilégio atribuído a alguma das inúmeras faces e/ou modos de realização das unidades lexicais de um idioma: as palavras. Mais ainda, estudos do léxico, definido este aqui ao modo clássico de conjunto das palavras de uma língua, podem inscrever-se em campos de conhecimento que privilegiam o viés aplicado, caso típico da lexicografia, cuja tarefa é repertoriar as unidades lexicais em dicionários.

Não fosse esse amplo espectro investigativo, todos os estudos lexicais estariam alinhados dentro da disciplina chamada de lexicologia, consensualmente definida como o estudo científico do léxico. Tal definição, tradicionalmente adotada para a lexicologia, não é muito esclarecedora em si mesma. No entanto:

De fato, ela repousa sobre uma série de pressupostos interligados: 1) há alguma coisa que chamamos *o léxico*; 2) este léxico está incluído num conjunto mais vasto que chamamos *língua* ou *sistema*, 3) o estudo desse sistema exige que seja observada sua vinculação, de um lado à diversidade dos seus empregos (*a fala, o discurso*) e de outro ao universo nomeado e designado pelas palavras. (Eluerd, 2000, p. 6)

Esse conjunto de fatores que se interligam demonstram que o léxico é um componente de muitas faces e que ocupa um lugar

central nas línguas, tornando-se, em conseqüência, um ponto de cruzamento dos estudos lingüísticos. As várias possibilidades de abordagens, relacionadas seja à feição multifacetada da palavra, seja a seu papel na articulação do discurso, seja ainda à interligação com o mundo exterior, justificam a diversidade de campos gramaticais, lingüísticos e discursivos que a ele se voltam ou com ele se interconectam. É, pois em razão desse cruzamento, que, por exemplo, os estudos morfológicos, sem se confundir com áreas específicas da gramática e da lingüística, levam em conta componentes formais, semânticos, etimológicos entre outros aspectos que articulam as palavras.

Na realidade, a palavra, apesar de imprecisa conceitualmente, ocupa uma posição central no campo lingüístico, porquanto: “Todo o funcionamento da língua em seus vários níveis, parece constar de sistemas que giram à volta da palavra” (Lepschy, 1984, p. 156). É assim que, na base, a palavra é articulada pelos elementos de ordem fônica, morfológica, semântica e gramatical.

Por sua vez, a sintaxe está relacionada ao léxico, porque as palavras são empregadas nas frases, justificando o exame de suas diferentes possibilidades combinatórias nas cadeias frasais. A isto agrega-se ainda a perspectiva da morfossintaxe, quando são consideradas as particularidades constitutivas das unidades lexicais sob o prisma de suas propriedades categoriais, isto é, das propriedades da classe gramatical a que a palavra analisada pertence.

Ao lado desses campos tradicionais, alinham-se, mais contemporaneamente, estudos discursivos que se valem também da palavra, porquanto é expressão de subjetividade e ideologia, como nos evidenciaram Benveniste e Bakhtin.

Na busca da compreensão dessa entidade lingüística, pragmática e ideológica, instituem-se, portanto, diferentes campos do saber lexical. Alguns, já de larga tradição, remontam ao universo da gramática, tal como a morfologia. Muito embora, a lingüística tenha permitido renovar o olhar da morfologia por meio do estruturalismo e do gerativismo.

Nesse amplo universo, alguns campos voltam-se à descrição de partes constitutivas das unidades lexicais ou de seu todo

funcionamento, conforme o objetivo perseguido. Outras áreas estudam as unidades lexicais com fins aplicados: identificar e estabelecer o léxico ou os subconjuntos léxicos das línguas para organizá-las em dicionários. Definem-se aí as tarefas que tomam a si a lexicografia e a terminologia, cujos objetos centrais são, respectivamente, o léxico geral e o léxico especializado. Ocupa-se, pois, a lexicografia do conjunto geral das palavras de uma língua; em contraponto aos termos técnico-científicos, objeto primeiro da terminologia.

Se a lexicografia, em sua tradição monolíngüe, é responsável pela elaboração do chamado dicionário de língua, a mais prototípica das obras lexicográficas, à terminologia cabe a elaboração de glossários, dicionários técnicos e bancos de dados terminológicos. Os problemas aí envolvidos motivam o desenvolvimento da face teórica de cada um desses dois campos de saber que, por força de sua tradição prática, têm sido alinhados no domínio da lingüística aplicada.

Lexicografia e terminologia têm identidades, propósitos e problemáticas específicas, definidos na razão direta com seu respectivo objeto: palavra ou termo, o qual corresponde à unidade lexical especializada. Esta é assim denominada porque se constitui e é utilizada no âmbito de atividades profissionais, cumprindo a missão de veicular conceitos próprios das mais distintas áreas do conhecimento científico, técnico, tecnológico, jurídico entre tantas outras possibilidades. Resulta daí o entendimento de que o léxico geral é, em princípio, comum a todos os falantes; enquanto os termos técnico-científicos são utilizados em contextos comunicativos que envolvem saberes especializados.

Entretanto, essa separação rígida não se mantém na prática, sobretudo, nos tempos atuais em que a ciência e a tecnologia integram o cotidiano das sociedades. Em consequência, a prática lexicográfica sofre os efeitos da vulgarização terminológica; e, em contrapartida, a terminologia também se depara com unidades lexicais da língua geral que assumem valor terminológico, quando passam a integrar esferas conceptuais de algum domínio de saber especializado. Mais especificamente:

o estatuto terminológico de uma unidade lexical define-se por sua dimensão conceitual. Conseqüentemente, o que faz de um signo lingüístico, um termo é o seu conteúdo específico, propriedade que o integra a um determinado campo de especialidade... (Krieger & Finatto, 2004, p. 78)

A despeito de suas especificidades, palavras e termos são unidades lexicais que integram o conjunto léxico de uma língua e comportam-se nos mesmos moldes sistêmicos. De toda forma, a oposição palavra/termo tem fundamento epistemológico e funciona, metodologicamente, como um divisor de águas entre lexicografia e terminologia. Ambas possuem propostas aplicadas específicas e dão tratamentos diferenciados a seus respectivos objetos, mas isto não significa que existam fronteiras rígidas no interior do componente lexical, pois: "O conjunto se separa em subconjuntos, de acordo com determinado número de variáveis; ele não é fechado, e seus contornos não são fixados de maneira absoluta." (Lehman & Martin- Berthet, 2000, p. 3)

De fato, o léxico de uma língua, longe de ser um bloco monolítico, constitui-se como um conjunto heterogêneo em vários ângulos de sua composição. Dentre os fatores que determinam a variada formação do léxico destacam-se também: o tempo, o espaço e o registro. É em razão da variação diacrônica que o léxico geral de um idioma contém palavras antigas, que caem em desuso. No entanto, coexistem com os neologismos sob o prisma do conjunto do acervo léxico de uma língua. A variação diatópica relaciona-se à integração no mesmo conjunto lexical de algumas palavras distintas, mas usadas com sentido igual, caracterizando o falar de diferentes regiões geográficas. A variação denominativa ocorre tanto dentro de um mesmo país, quanto na relação com outra nação que pratica o mesmo idioma.

Já a variação diastrática está relacionada à compreensão de que a constituição do léxico é também resultante de estratos ou faixas horizontais, as quais respondem pelos usos diferenciados das palavras, determinando registros como: culto, popular, literário, vulgar, coloquial. Incluem-se aí o registro dos sentidos de domínios do saber especializado como informática, química e música, entre outros.

Estes componentes ilustram tanto a heterogeneidade constitutiva do léxico, quanto o dinamismo desse componente que, em primeiro plano, cumpre a função de nomear os seres, os objetos, as ações e processos que identificam o mundo fenomenológico e aquele percebido pelos homens. É também esse dinamismo que torna o léxico o pulmão das línguas, e, simultaneamente, um objeto multifacetado e em constante mobilidade. Dessas características resulta o entendimento corriqueiro, mas que também influenciou a lingüística, de que se trata de um elemento inorgânico, descontínuo e idiossincrático.

Ao contrário, o léxico possui regularidades constitutivas, já evidenciadas pelos estudos gramaticais, em especial com a morfologia, e, confirmadas pela lexicologia, além de outros estudos lexicais. Daí a afirmação de que:

No entanto, o léxico apresenta um alto teor de regularidade e é um componente fundamental da organização lingüística, tanto do ponto de vista semântico e gramatical quanto do ponto de vista textual e estilístico. (Bazílio, 2004, p. 7)

Ao ampliarem o conhecimento do léxico, as ciências da linguagem e, em especial, as centradas no léxico, contribuem para identificar as regularidades de constituição e comportamento, quer do todo do conjunto lexical de um idioma, quer de suas unidades básicas: as palavras. Nesse contexto, também a lexicografia, a seguir melhor caracterizada, desempenha um papel fundamental, tendo em vista o tratamento do léxico operado na elaboração de dicionários. A metodologia lexicográfica é levada a buscar as regularidades, seja para enquadrar a palavra nos moldes do código dicionarístico, seja ainda para registrar os dados descritivos que integram a articulação interna dos verbetes nos clássicos dicionários de língua. Trata-se de informações de caráter metalingüístico, como etimologia, classe gramatical, gênero número entre outras que os dicionários prototípicos costumam oferecer a seus consulentes. Para cumprir esse programa de repertoriar as unidades lexicais, definir-lhes o significado e configurá-las descritivamente, a prática lexicográfica necessita fazer frente à heterogeneidade constitutiva do léxico.

O léxico no dicionário: descrição e tratamento

Em razão de sua antigüidade, a lexicografia é o domínio de maior tradição dentre as ciências do léxico. Tal tradição está diretamente relacionada à sua vertente aplicada, viés que justifica sua clássica concepção de ser arte, tomada no sentido grego, de técnica de fazer dicionários. Essa prática de ordenar alfabeticamente o conjunto dos itens lexicais de um idioma e agregar informações sobre seu conteúdo e uso, compondo obras de referência lingüística, é uma atividade que vem de muitos séculos. Já existia nas culturas mais antigas do oriente, embora as primeiras obras tivessem particularidades organizacionais distintas dos dicionários atuais.

A diferença explica-se porque, em sua feição primeira, a lexicografia se materializou sob a forma de léxicos e glossários, elaborados com funções bem específicas. Assim surgem os glossários na Grécia Antiga, com a finalidade de definir o significado de palavras e expressões que tornavam difícil a leitura dos textos homéricos. Origina-se daí a tradição de glossário como parte integrante da obra. Isto ainda se mantém tanto que é comum livros apresentarem ao final uma relação de seus principais termos e conceitos.

A síntese da “idéia” de lexicografia na antiguidade reside no fato de que: “Esses precursores do moderno lexicógrafo eram, na verdade, filólogos ou gramáticos, preocupados com a compreensão de textos literários anteriores, ou com a correção de ‘erros’ lingüísticos”. (Biderman, 1984, p. 1)

A lexicografia bilíngüe é também anterior à de caráter monolíngüe. Esta é um fato da Europa do Renascimento, época do surgimento do denominado dicionário geral de língua, a mais prototípica das obras lexicográficas. O dicionário monolíngüe surge e desenvolve-se por determinações históricas e políticas, atendendo a finalidades definidas.

A própria história da lexicografia explica, inclusive, a relação entre funções do dicionário e sua denominação original, que foi cunhada pelo italiano Calepino em 1502. *Dictionarium* é um termo latino, cujo sufixo *arium* significando depósito, indica lugar em

que se guarda, neste caso, o elemento fundamental do dizer: as palavras. A etimologia justifica, portanto, essa a relação com o advento do mundo renascentista, período em que o latim permaneceu como língua oficial da Igreja e da Universidade, perdendo terreno para as novas línguas, dele resultantes, que se afirmavam no cenário europeu.

É então a necessidade de preservar o uso ameaçado das línguas mortas e de facilitar a aquisição das línguas vivas que determinou a elaboração de verdadeiros dicionários bilíngües. Do mesmo modo, a preocupação de preservar o tesouro do passado da língua ou de fazer prevalecer um “bom uso” sobre todos os outros possíveis levou ao surgimento dos dicionários unilíngües. (Rey, 1970, p. 21)

De outro lado, o registro sistematizado do léxico confere ao dicionário o estatuto de instância de legitimação das palavras de uma língua. Esta legitimação é também uma das razões pelas quais o dicionário é considerado como paradigma lingüístico dos usos e sentidos das palavras e expressões de um idioma. Nessa medida, a obra dicionarística monolíngüe cumpre o papel de código normativo de um sistema lingüístico, funcionando como um dos instrumentos reguladores das regras do bem-dizer das comunidades lingüísticas. Por tudo isto, o dicionário goza de uma autoridade que não é menor nas sociedades de cultura.

De todas as funções e, mesmo as missões antes aludidas, aqui, importa salientar a idéia de que o dicionário constitui-se no único lugar em que o léxico de um idioma está representado e sistematizado. A fixação do léxico, sob a forma de um tradicional código lexicográfico – a nomenclatura em ordem alfabética e a clássica sintaxe articuladora do verbete –, contribui para construir a imagem do componente lexical como um conjunto plano, claramente pré-estabelecido, com fronteiras internas delimitadas e de funcionamento totalmente previsto. Em conseqüência, a lexicografia acaba por “moldar” o léxico, a despeito de se tratar de “uma realidade complexa e diversamente abordada, instrumento indócil, dificilmente controlado e fascinante”. (Rey, 1977, p. 5)

Por outro lado, o entendimento de que os dicionários oferecem somente uma imagem de léxico, vincula-se também ao plano da constituição da nomenclatura de uma obra. Por mais exaustivos que sejam, os dicionários, dificilmente, cobrem a totalidade histórica do acervo lexical de uma língua. A expansão do léxico, com a criação constante de neologismos formais e semânticos, bem como o fato de algumas palavras caírem em desuso são exemplos dessa restrição. Em conseqüência, léxico e dicionário não se recobrem mutuamente.

Além disso, a lexicografia apresenta uma grande variação tipológica, o que decorre, em primeiro plano, dos objetivos particulares de cada obra, bem como do público-alvo visado. Este aspecto, de natureza pragmática, é um dos princípios determinantes da organização dos dicionários, que, ao contrário do que se costuma pensar, não são todos iguais, nem tampouco são neutros. As diferenças ocorrem, inclusive, dentro uma mesma tipologia, porquanto os dicionários são também textos e, como tal, contém as marcas de seu produtor, embora diluídas sob os cânones lexicográficos, provocando efeitos de neutralidade.

Entretanto, do ponto de vista das tipologias outro fator importante consiste na idéia de:

uma lexicografia baseada fundamentalmente na comunicação, que parte do valor intrínseco do vocabulário no processo comunicacional, dos modos de uso e das situações de uso de uma unidade léxica dentro de uma coletividade lingüística. (Haensch, 1982, p. 19)

Sem pretender avançar nas particularidades de produção de dicionários, mas sem deixar de enfatizar sua complexidade, referimos alguns ângulos basilares do tratamento dicionarizado do léxico. A constituição da nomenclatura, ou seja, do conjunto das entradas, conforme já observado, é sempre muito ilustrativa dos princípios metodológicos de dicionarização do léxico.

Entre os fatores que incidem sobre o problema das bases organizacionais da nomenclatura encontra-se a estrutura mórfica dos itens lexicais, mas não sob o prisma das flexões. Este aspecto não requer decisões pontuais, considerando que o processo de

lematização, vale dizer, o registro de uma palavra como entrada do verbete, obedece ao modelo canônico que determina masculino singular para substantivos e adjetivos, infinitivo para os verbos. Esta articulação é “apreendida” socialmente, pois os usuários fazem consultas com base nesse paradigma organizacional.

Os aspectos de constituição morfológica das palavras tornam-se problemáticos para o lexicógrafo, quando necessita lidar com lexias complexas. O reconhecimento dos graus de lexicalização interna, de coesão entre os componentes dos sintagmas incide sobre a organização estrutural das obras. Dependendo do caso, o tratamento será diverso, justificando-se que:

Para a gramática interessa descobrir que mecanismos sintáticos e semânticos entram (e como) nessas construções em seus mais diversos graus de complexidade estrutural. Para o dicionário interessa descobrir primeiro como se delimitam e, depois, como se classificam para que se obtenham critérios de entrada/subentrada, o que certamente lhe afetará a eficácia, praticidade e economia, mensuráveis também pela observação das reações do usuário. (Borba, 2003, p. 22)

Se, tradicionalmente, as lexias simples constituem entradas próprias, as complexas variam. Podem fazer entrada própria, em geral com lexemas hifenizados, marca formal de consolidação sintagmática a exemplo de *roda-viva* e *limpa-trilho*, mas também é comum que apareçam como subentradas em verbetes. Nestes casos, o lema é um dos itens da lexia ou mesmo da locução registrada, a exemplo de *cabeça dura* que integra o verbete *cabeça* e *dobrar a língua*, que é subentrada de *língua*.

De igual modo, a observação da homonímia é também determinante na organização lexicográfica, cuja tradição leva a abrir nova entrada para cada item lexical homônimo. As soluções encontradas nem sempre são as melhores, dificultando, por vezes, a pesquisa do usuário. Entretanto, a tradição da prática lexicográfica é muito forte.

A lexicografia aplicada necessita também definir critérios de registro dos termos técnico-científicos, dadas as implicações

tanto sobre a seleção dos termos a serem registrados até o modo de apresentá-los. A tendência é repertoriar aqueles que circulam no cotidiano da sociedade, tais como os termos de economia, informática, saúde, entre outros campos de larga difusão. Mas, de hábito, aos termos técnico-científicos não é concedida autonomia de entrada. Tanto é assim que os sentidos especializados, com a devida indicação de seu domínio de saber, costumam aparecer na parte final do verbete, após o registro dos sentidos comuns ou “mundanos”, para usar uma expressão tomada a Josette Rey-Debove (1986).

Tal como observamos, a elaboração de uma obra lexicográfica traz em si inúmeros problemas metodológicos que envolvem tanto a estrutura formal dos itens lexicais, quanto a composição estratificada do acervo lexical de um idioma. Essa estratificação, relacionada à variação diastrática, é identificada nos dicionários por meio das chamadas marcas de uso. Tais marcas identificam os variados usos da palavra quer de um ponto de vista sociolinguístico, como formal, informal ou culto, popular, coloquial, gíria entre tantas outras possibilidades, quer dos usos nos domínios de saber especializado (medicina, física, etc.), já referidos anteriormente. Outros focos de descrição, envolvendo a utilização dos lexemas polissêmicos, são, por vezes, agregados, como os gêneros textuais, que justificam o registro de literário, jornalístico, etc.

Em obras que se propõem a um detalhamento do funcionamento do léxico, as marcas também cobrem fenômenos de variação diatópica, com a indicação de regionalismos, acompanhados da indicação dos lugares em que o item lexical é empregado com sentido específico. Em alguns casos, também a dimensão diacrônica do lexema é referida.

Todos esses dados, se de um lado representam uma descrição linguística, estruturada com base no funcionamento discursivo das palavras; de outro, expressam a dimensão semântica das palavras, considerando as várias contextualizações comunicativas. Para dar conta da polissemia, os dicionários articulam redes de acepções das palavras-lemma, nas quais cada acepção corresponde a um significado determinado que a palavra

em uso adquire. É nessa perspectiva que se inscreve o conceito lexicográfico de acepção.

A par da rede, o equacionamento dos sentidos materializa-se na elaboração do enunciado definitório. De fundamento semasiológico, por partir do signo em direção ao significado, esse equacionamento consiste no estabelecimento de equivalência de significado entre o item definido e seus definidores. Cria-se assim uma metalinguagem que deve ser capaz de levar o usuário à compreensão dos significados que busca. Dar respostas à consulta sobre o sentido das palavras, é a missão primeira de um dicionário, conforme postula Lara (1996).

Por outro lado, definir é uma elaboração cognitiva e discursiva do lexicógrafo orientada a partir dos significados determinados pela comunidade lingüística. Vale dizer, a definição da palavra representa, em sua essência, uma metalinguagem que condensa, semanticamente, os múltiplos dizeres de um item lexical. (Krieger, 1993). Mais ainda, as palavras gramaticais, de modo distinto das lexicais, vão exigir uma metalinguagem definitória centrada no seu funcionamento gramatical. Vistas sob esse ângulo, as propriedades das categorias lexicais também repercutem sobre os modos de retratar a significação dos itens léxicos nos dicionários.

A despeito dessa ordem de especificidades, a equação semântica estabelecida entre o lexema entrada e sua definição ou descrição constitui-se em um dos pontos cruciais da elaboração dicionarística. É também o requisito essencial para que uma obra de referência lingüística possa se denominar dicionário. E, em decorrência, cumpra sua missão essencial de atender às necessidades de consulta de seus usuários tanto sob o significado das palavras, quanto de seus modos de realização gráfica, fônica, gramatical, histórica, discursiva e pragmática. Dar conta desse conjunto de realizações, sistematizando-as e articulando-as de acordo com os cânones dicionarísticos, reafirma o valor do dicionário como código normativo dos sistemas lingüísticos.

Em paralelo, o dicionário projeta a imagem do léxico como componente linear, internamente organizado e formalmente pré-estabelecido; implicando, por sua vez, a idéia de que a lexicografia limita-se a uma atividade pragmática compilatória. Sob esse

ângulo, ao lexicógrafo compete apenas reproduzir o dito e agregar informações gramaticais e semânticas, entre outras que considerar relevantes.

Entretanto, o cumprimento desse complexo e abrangente programa de elaboração dicionarística, evidencia que o dicionário é um texto, com regras próprias de organização e que sua elaboração, além de um saber-fazer pragmático:

exige ao mesmo tempo um saber teórico (definição de unidades lexicais, tipologia das definições, e , na maioria dos casos, uma opção a favor desta ou daquela teoria semântica) que depende de uma semântica lexical (ou de uma lexicologia semântica). (Greimas & Courtès, s.d. 256).

Justifica-se, desse modo, a face teórica da lexicografia, cujo desenvolvimento científico foi impulsionado pelo estabelecimento da lingüística e, em especial, pelo estruturalismo. A ciência da linguagem tem efetivamente oferecido fundamentos para o registro e equacionamento dos itens léxicos, bem como para análise crítica do tratamento do léxico nos dicionários.

Mas, mesmo considerando que os estudos lingüísticos desempenham um importante papel na elaboração de dicionários, isto não significa que eles garantam seu aperfeiçoamento. A realidade social dos dicionários e os interesses comerciais do mundo editorial nem sempre consideram os devidos ideais de qualidade informacional e descritiva buscada pelos consulentes. Seria mesmo ingênuo acreditar que uma prática milenar viesse a se ordenar a partir de teorias lingüísticas, considerando-se ainda que os dicionários são produtos destinados a amplos públicos, usuários leigos em problemáticas de análise de unidades lexicais.

Inegavelmente, a prática lexicográfica é complexa e requer um paradigma teórico-metodológico sobre o léxico e seu modo de tratamento para que seja produzida uma obra qualificada, merecedora da confiança que a sociedade costuma depositar nos dicionários. É pelo viés do estabelecimento desse paradigma que a lexicografia inscreve-se no quadro disciplinar da lingüística aplicada. Nesse universo, é particularmente tributária da lexicologia e da semântica e ainda, mais recentemente, dos estudos lingüísticos sobre os termos técnico-científicos, efetuados pela

terminologia. A crescente interface com a lingüística de *corpus* é também comprobatória da cientificidade que a lexicografia é capaz de alcançar.

Referências Bibliográficas

- BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- BIDERMAN, M.T. A ciência da lexicografia. *Alfa*, 28, 1-26, 1984.
- BORBA, F.S. *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.
- ELUERD, Roland. *La Lexicologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- GREIMAS, A.J.; Courtès, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, [s.d.].
- HAENSH, G.; Wolf, L.; Ettinger, S.; Werner, R. *La lexicografia: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Editorial Gredos, 1982.
- KRIEGER, M.G. A obra e o fazer dicionarísticos. *Cadernos do IL*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993. n. 10.
- KRIEGER, M.G.; Finatto, M. J. *Introdução à terminologia*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LARA, L.F. *Teoría del diccionario monolingüe*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 1996.
- LEHMANN, A.; Marthin Berthet, F. *Introduction à la lexicologie*. Belgique: Dunot, 1998.
- LEPSCHY, J. *Léxico. Enciclopédia Einaudi, linguagem e enunciação*. V.2 Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- REY, A. *La lexicologie; lectures*. Paris: Klincksieck, 1970.
- REY, A. *Le lexique: images et modèles, du dictionnaire à la lexicologie*. Paris: Colin, 1977.
- REY-DEBOVE, J. *Le metalangage*. Montréal: Les Dictionnaires Robert-Canada, 1986.

Um dicionário para o Português do Brasil

Maria Tereza Camargo Biderman
UNESP – Campus de Araraquara

Abstract: Until 1938 Brazilian Portuguese (BP) did not have a dictionary that registered the Brazilian norm, since all the dictionaries were made and printed in Portugal and registered almost exclusively the European variety of Portuguese. Although Portuguese of Brazil is the same language as European Portuguese (EP) in terms of system, the norm of the Brazilian variety is different from that of European Portuguese since the linguistic variation over centuries, resulted in marked differences from the European lexicon. The BP did not have a dictionary that collected the lexical patrimony of Brazil, sedimented in the Brazilian norm and perpetuating our vocabulary treasure, so to speak. That is why the Brazilians sought to develop a dictionary that described our linguistic variety and our lexicon, a longing that the *Academia Brasileira de Letras* expressed in its inaugural meeting in 1898.

In 1938 in Rio de Janeiro, a dictionary of 1045 appeared: *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (PDBLP) published by Editora Civilização Brasileira. This dictionary was a major depository of the vocabulary, expressions and usage of Portuguese of Brazil. Thus, BP received for the first time its lexicographical spokesman. This fact explains the enormous success of the dictionary. In less than one year the first edition was sold out and a second printing occurred in 1939. This was a phenomenon for the time, since Brazil was a relatively provincial country with very precarious communication systems at the time. The population at the time, mostly living in rural regions, was less than 45 million inhabitants. The first editions (1938,1939) of the dictionary sold 100.000 copies, which for that time was an extraordinary success. Working on the third edition of 1942 was Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, who continued to be the main editor of PDBLP until its 11th edition, the last edition in 1967, when the military government autocratically closed down Editora Civilização Brasileira. The *Pequeno Dicionário* is a modest dictionary that registered the lexical variety of Brazilian Portuguese in successive editions.

Keywords: first Brazilian dictionary, lexicography, Brazilian lexicon

No século XVI, a grande epopéia marítima dos portugueses levou seu idioma a vários pontos do globo. Nesse século, quando a língua portuguesa iniciou seu processo de implantação no Brasil, completou-se a codificação do português como língua culta e literária. Esse modelo de linguagem se estabilizou com a publicação das primeiras gramáticas da língua - Fernão Lopes (1556) e João de Barros (1540) – e com os primeiros dicionários impressos (séculos XVI e XVII). Pouco a pouco, os conquistadores portugueses foram impondo sua língua e sua cultura em terras brasileiras.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII as populações brasileiras (índios, mamelucos, negros e mestiços em geral) usavam a *língua geral* como língua veicular, pois os nativos ainda não falavam o português. Foi nesse período que o português aqui falado deve ter recebido uma forte influência do tupi e de outras línguas faladas, tanto pelos índios como por africanos. Essa influência se manifestou sobretudo na fonética e no vocabulário. Nesses quinhentos anos de convivência, índios, negros, mestiços e brancos foram-se aculturando mutuamente, pouco a pouco. Nos séculos da colonização, como a cultura portuguesa era muito mais desenvolvida, os brasileiros de várias procedências, intuitivamente, reconheciam essa superioridade. Assim a língua portuguesa assimilou as demais, embora tenha sido marcada por profundas influências das línguas indígenas e africanas.

O Brasil nasceu como estado político independente em 1822. Com a independência criou-se um ambiente favorável para o desenvolvimento de uma literatura verdadeiramente brasileira. E foi essa literatura brasileira, sobretudo os escritores românticos, marcados por um profundo nacionalismo, que levaram a cabo a codificação escrita da norma brasileira, abandonando, pouco a pouco, a norma europeia.

Nas primeiras décadas do século XX debateu-se, no Brasil, intensamente a questão da “língua brasileira”. Formaram-se

partidos pró e contra, tanto entre os escritores como entre os gramáticos e filólogos. Muito se escreveu sobre essa questão nesses vinte anos: o livro de Edith Pimentel Pinto *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, IIº vol, transcreve muitos dos textos relativos a esse tópico. Entre os mais aguerridos guerreiros, defensores de uma “língua brasileira”, estavam Monteiro Lobato e Mário de Andrade.

Em 1922, ocorreu em São Paulo a Semana de Arte Moderna. Nesse grande evento artístico, intelectuais brasileiros, liderados por Mário de Andrade, proclamaram a independência definitiva da cultura e da língua do Brasil com relação à matriz portuguesa. Desde então foi abandonado o modelo literário e o ideal lingüístico, vigentes do outro lado do Atlântico, o qual considerava a norma culta de Portugal como o modelo de correção escrita. Entretanto, o português brasileiro não dispunha de um dicionário para assessorar os falantes em sua práxis lingüística, fornecendo-lhes um modelo didático e pragmático da variedade culta e escrita do Português do Brasil.

O Português do Brasil é essencialmente a mesma língua de Portugal. De fato, no plano do sistema lingüístico trata-se da mesma língua com a mesma estrutura e as mesmas oposições funcionais. As mudanças operadas ocorreram no domínio da *norma* e não do *sistema*.

Quando referimos o Português do Brasil, estamos falando de uma variedade no plano da *norma* e não do sistema. Devemos reconhecer, portanto, uma *norma brasileira* distinta da norma europeia.

Fatos lingüísticos ocorridos ao longo da formação da comunidade brasileira e criações vocabulares foram sedimentando a norma brasileira e se perpetuando na nossa tradição. Entretanto, até 1938 não possuíamos um dicionário que recolhesse esse patrimônio e o perpetuasse. Como ensina Lara, “O dicionário representa a memória coletiva da sociedade e é uma de suas mais importantes instituições simbólicas.”¹

¹ LARA, L.F. *Sociolingüística del Diccionario del Español de México*, 1992, p. 20.

De fato, o dicionário vem a ser o depositário do acervo lexical da cultura. Visto como o dicionário registra a linguagem aceita e valorizada na comunidade, explica-se o sentimento de carência de gerações de brasileiros que não dispunham de obra de referência de sua variedade lingüística.

Ora, a variação lingüística no espaço acarreta distinções substanciais no léxico. Assim, a divisão geopolítica que opõe as sociedades portuguesa e brasileira, bem como as duas culturas de Língua Portuguesa, manifesta-se nitidamente no vocabulário dessas duas variedades do Português. Por isso é complicado imaginar um dicionário que dê conta do léxico de cada uma dessas variedades simultaneamente, ou seja, resulta difícil fazer um dicionário descrevendo o léxico e prescrevendo normas para as duas variedades socioculturais dessa mesma língua.

Vejamos agora um pouco a história de como o nascimento do objeto cultural – dicionário - marcou a vida da sociedade brasileira.

Desde 1898, isto é, em seu primeiro ano de vida, a Academia Brasileira de Letras sonhou com a publicação de um “Dicionário de Brasileirismos” para o que muito se empenhou seu presidente Machado de Assis. Segundo Josué Montello, em 1927, Humberto de Campos criticou acerbamente a coletânea de *brasileirismos* que vinha sendo feita pelos acadêmicos, bem como sua qualidade “duvidosa”; em decorrência, foi suspensa a impressão desse projetado dicionário e esse escritor encarregado de sua revisão. Mas Humberto de Campos morreu e não pôde concluir a obra. Em etapas sucessivas, em 1936 e 1939, tentou-se prosseguir com a impressão da obra, de novo impugnada. Em 1951, o projeto foi retomado mas novamente posto de lado e, dessa feita, definitivamente. Os originais jazem sepultos na Academia Brasileira de Letras, enterrado assim definitivamente o sonho de Machado de Assis.

Entrementes, em 1938, intelectuais professores do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro publicaram um dicionário de 1045 páginas que haveria de ter um enorme sucesso: o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (PDBLP), impresso pela Editora Civilização Brasileira. Nessa primeira edição não constava

o nome dos autores. O frontispício diz apenas: “organizado por/ UM GRUPO DE FILÓLOGOS”. Contudo, parece que o principal autor foi Hildebrando de Lima. Esse dicionário era, na verdade, um grande depositário de vocábulos, expressões e usos do português do Brasil para suprir a necessidade que escritores e consulentes brasileiros sentiam de buscar e encontrar no dicionário o registro de sua variedade lingüística. Cf. dizeres da nota da portada:

O Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa que temos o prazer de apresentar é trabalho elaborado por vários filólogos e, ao que sabemos, a primeira tentativa de um dicionário genuinamente brasileiro...

De fato, até então, todos os dicionários eram feitos e impressos em Portugal e registravam quase exclusivamente a variedade europeia do português. Dessa forma a *norma lingüística brasileira* encontrava pela primeira vez o seu porta-voz lexicográfico. Esse fato explica o enorme sucesso deste dicionário. Em menos de um ano essa primeira edição havia-se esgotado e era lançada a segunda edição em 1939. Isso era um fenômeno para a época, pois o Brasil de então era um país muito provinciano e de comunicações muito precárias. Nesse tempo sua população, predominantemente rural, não chegava a 45.000.000 de habitantes. Essa segunda edição – um pouco aumentada [1084 páginas] - já indicava o nome de seus autores, a saber: “Organizado por Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso / e/ Revisto por/ Manuel Bandeira e José Baptista da Luz” . Revista e aumentada por: Antenor Nascentes, C. Mello-Leitão, Francisco Venâncio Filho, C. Delgado de Carvalho e José Baptista da Luz. Cada um desses autores incumbiu-se de uma área do conhecimento, a sua. A 3ª edição de 1942, contendo 1212 páginas, contou pela primeira vez com a colaboração de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. Diz-se aí que o dicionário foi refundido, revisto e aumentado. Conta cada vez mais com a colaboração de especialistas. A *Nota dos Editores* diz o seguinte:

O Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa é uma obra que já se incorporou ao patrimônio da cultura

nacional de que se pode considerar, nas suas ambições limitadas, um índice realmente expressivo. Não se planejou, de fato, senão para ser um “pequeno dicionário”, de fácil manuseio e ao alcance de todos os que se interessam pelo estudo da língua portuguesa falada no Brasil. Não tendo pretensões a obra de erudição, fartamente documentada, eliminou desde a primeira edição as palavras e expressões arcaicas como as citações de exemplos colhidos nas fontes clássicas e destinadas a esclarecer o emprego dos vocábulos, nas diferentes fases de evolução da língua e da literatura. Que a idéia de um PEQUENO DICIONÁRIO genuinamente brasileiro, atendia a uma aspiração geral e já estava amadurecida para ser posta em execução, basta para prová-lo o extraordinário êxito que logrou, atingindo, nas suas três edições, cem mil exemplares em quatro anos.

100.000 exemplares para o Brasil de então era realmente um êxito extraordinário!

A partir da 6ª edição (1946) do PDBLP Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira passa a ser seu principal editor e revisor. [Cf. Inteiramente revista e consideravelmente aumentada - sobretudo na parte dos *brasileirismos* - por Aurélio B. de H. Ferreira]. Esta edição que continha 1316 páginas e um apêndice de 6 páginas, possui um *prefácio* - o que é inédito neste dicionário - escrito por Aurélio. Note-se que no dicionário que leva o seu nome, Aurélio não teve essa mesma cautela científica. Aí, neste prefácio, ele diz que colaborou na confecção do PDBLP desde a 3ª edição e muito especialmente nesta que reviu integralmente, tendo corrigido muitos erros das anteriores. Outra edição que Aurélio ampliou ainda mais e em que novamente discute os critérios adotados na revisão do PDBLP é a 9ª edição de 1951, que contém 1310 páginas com dois apêndices de 20 páginas. Um desses apêndices, preparado por Paulo Rónai, registra as “palavras e expressões estrangeiras freqüentemente usadas” tais como: *ad hoc, à la carte, arrivederci, avant-première, black-out, boy, budget, ciao, close-up, débâcle, fair play, fog, frau, girl, jeep, lady, lock-out, meeting, per capita, trottoir, week-end, etc.*”

A última edição do PDBLP de 1967, a 11ª edição, já tem uma fisionomia mais moderna. Na segunda portada se diz que esta

edição foi aumentada em 25%. Listam-se todos os colaboradores e responsáveis por cada área do conhecimento e setor do dicionário. Diz-se também que Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira na 6ª e 9ª edições foi responsável pelos *brasileirismos*, pela redação e pela parte geral. Vê-se, pois, que ele se tornou o *editor* do PDBLP. Num longo prefácio Aurélio dá conta de seus critérios, correções e acréscimos. Vejamos, ao menos, o primeiro parágrafo:

Tendo colaborado neste Dicionário desde a 3ª edição - especialmente na sexta e na nona, e muito especialmente na atual, em que o submeti a uma revisão rigorosa, não apenas quanto à redação, mas ainda quanto ao método e à ortografia, e lhe acrescentei perto de *dez mil* palavras [grifo meu] e acepções, entre as quais inúmeros *brasileirismos*, embora já fosse grande, para as proporções da obra, o trabalho feito em tal sentido nas impressões anteriores - pareceu-me necessário dar aqui alguns esclarecimentos acerca de correções por mim feitas e erros que se vêm repetindo em léxicos e vocabulários, inclusive os vocabulários oficiais, e de outros melhoramentos que procurei introduzir ou que, havendo sido introduzidos antes, busquei ampliar - além de elucidações de menor importância.

Infelizmente, essa foi a última edição do PDBLP por terem sido encerradas as atividades da Editora Civilização Brasileira por obra e graça da ditadura militar.

Julgo que o PDBLP está na gênese e no coração mesmo do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira cuja primeira edição é de 1975. Quando não mais se publicou o PDBLP, os brasileiros se viram novamente órfãos de um dicionário de sua variedade lingüística. Assim, Aurélio pode ocupar essa enorme lacuna deixada pela morte do PDBLP, o que explica em parte o grande sucesso do *Aurélio*. Ele repetiu o sucesso do PDBLP nas décadas de setenta, oitenta e noventa. E até hoje não foi realmente desbancado por nenhum outro dicionário de tipo geral ou "tesouro". Isso se deve a vários fatores e um deles é certamente os méritos que possui. Como contei, Aurélio era o principal editor do PDBLP e, portanto,

possuía todos os manuscritos e dados dessa obra que já vinha aperfeiçoando desde 1946 e 1951. Além disso, Aurélio era certamente um apaixonado pelas palavras e vinha recolhendo vocabulários e glossários desde longa data, assim como vocábulos recolhidos por toda a parte. Um foco muito importante deste interesse foi certamente o vocabulário típico do português do Brasil. Ele próprio afirma isso como transcrevi acima. Ora, sua obra final retrata exatamente isso. A parte dos *brasileirismos* é realmente substancial no *Aurélio* desde a primeira edição de 1975. Na segunda edição eletrônica que corresponde à segunda edição impressa de 1986, num total de 115.243 verbetes, Aurélio registrou 24.632 de verbetes a que atribuiu a marca de *brasileirismo*.

Para concluir, gostaria de lembrar que, na sociedade brasileira, o *Aurélio* vem funcionando como um dicionário padrão, que estabelece a *norma lingüística e lexicológica*, embora não tenha sido essa a pretensão do autor. Desde a primeira edição de 1975, passando pela segunda edição de 1986, e pela terceira edição de 1999 [o Novo Aurélio Século XXI] as duas versões eletrônicas, nos lares, nas bibliotecas e nos locais de trabalho da maioria dos brasileiros, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira tem sido considerado como respeitada fonte de consultas sobre a nossa língua - o Português do Brasil.

Referências Bibliográficas

BIDERMAN, M. T. C. (Org.) *Lexicografia e Lexicologia*. Suplemento Alfa. Edunesp. São Paulo, 1985.

_____. "Os Dicionários na Contemporaneidade: Arquitetura, Métodos e Técnicas". In: Isquierdo, A.N.; Oliveira, A.M.P.P. (Org.) *As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 1998.

_____. *Teoria Lingüística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978. Nova edição no prelo a ser publicada pela Martins Fontes em 2001.

- BOLÉO, M. de P. *Brasileirismos, problemas de método*. Coimbra: Coimbra Editora, 1943.
- COSTA, J. A.; SAMPAIO; MELO. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 7. ed. Porto: Porto Editora, 1994.
- CUNHA, C. *Que é um brasileirismo?* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
- FERREIRA, A.B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FERREIRA, A.B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, A.B. de H. *Aurélio Século XXI. O Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- DICIONÁRIO Eletrônico Aurélio. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- HAENSCH, G., Wolf, L.; ETTINGER, S.; WERNER, R. *La Lexicografía*. De la Lingüística Teórica a la Lexicografía Práctica. Madrid: Editorial Gredos, 1982.
- LARA, L.F. et alii. *Investigaciones lingüísticas en Lexicografía*. México, El Colegio de México, 1979.
- LARA, L.F. "Sociolingüística del Diccionario del Español de México." *International Journal of the Sociology of Language*. 96. Walter de Gruyter, 1992, 19-34.
- MELO, G. C. de. *Dicionários Portugueses*. Rio de Janeiro: S.D. do M.E.S., 1947.
- OLIVEIRA, A. M. P. P. de. *O Português do Brasil: Brasileirismos e Regionalismos*. Araraquara: 1999. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.
- PEQUENO Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro/S.Paulo: Civilização Brasileira, 1938.
- PEQUENO Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [Org. Hildebrando Lima e Gustavo Barroso]. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Civilização Brasileira, 1939.

PEQUENO Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [Org. Hildebrando Lima e Gustavo Barroso]. 3. ed. Rio de Janeiro/S.Paulo: Civilização Brasileira, 1942.

PEQUENO Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [Org. Hildebrando Lima e Gustavo Barroso. Inteiramente revista e consideravelmente aumentada por Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira]. 6. ed. Rio de Janeiro/S.Paulo: Civilização Brasileira, 1946.

PEQUENO Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [Org. Hildebrando Lima e Gustavo Barroso. Inteiramente revista e consideravelmente aumentada por Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira]. 9. ed. Rio de Janeiro/S.Paulo: Civilização Brasileira, 1951.

PEQUENO Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [Supervisionada e consideravelmente aumentada por Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira / com a assistência de José Baptista da Luz]. 11. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Civilização Brasileira, 1967.

**Análise parcial da microestrutura dos
verbetes no “Novo Dicionário da
Gíria Brasileira”, de Manuel Viotti**

Soélis Teixeira do Prado Mendes
Doutoranda na Faculdade de Letras – UFMG

Maria Auxiliadora da Fonseca Leal
Faculdade de Letras – UFMG

Resumen: En este artículo se analiza, de manera parcial, la microestructura de los vocábulos en un diccionario de normas. Para eso, nos basamos en el modelo propuesto por Barbosa (1990a) a partir del cual es posible elaborar un gran número de tipos de microestructura. El análisis nos permitió verificar que, de manera general, la obra se ajusta a los objetivos propuestos, sin embargo, no profundiza en algunos aspectos.

Palabras-clave: diccionario de normas, microestructura, artículo.

1- Introdução

Todo e qualquer dicionário, seja ele de que tipo for, tem como corpo os verbetes de que é composto, com suas entradas lexicais e respectivas definições lexicográficas. A elaboração de uma obra desse tipo não é tarefa trivial que possa permitir a qualquer leigo se habilitar em fazê-la, – embora muitos a façam – pois como se trata de um trabalho técnico é necessário conhecimento profundo da área de Lexicografia e/ou de Terminologia. Entretanto, encontramos no mercado muitos dicionários cuja qualidade é questionável, e quem perde com isso são os usuários.

Neste artigo¹, em função do espaço, apenas vamos analisar parcialmente a microestrutura no dicionário de normas – *Novo Dicionário da gíria brasileira*, aqui entendido como vocabulário. Para realização deste trabalho – análise do enunciado lexicográfico de um verboete – baseamo-nos no modelo proposto por Barbosa (1990) e para a análise da definição lexicográfica, baseamo-nos, fundamentalmente, em Vilela (1983).

2- Pressupostos teóricos

2.1 - Dicionário e vocabulário: considerações básicas

Em princípio fazer uma distinção entre estes tipos de obra lexicográfica – dicionário, vocabulário – não parece uma tarefa fácil, conforme nos fala Haensch (1982). De acordo com este autor, no passado houve ‘uma gran confusión’ quanto às denominações de tais obras, em função, segundo ele, do uso arbitrário delas. Não pretendemos fazer um estudo evolutivo do uso de tais

¹ Este texto teve como base um trabalho final realizado para a disciplina *Lexicologia, Lexicografia, Terminologia: Teorias e Práticas*, oferecida pela Profa. Dra. Maria Aparecida Barbosa, na FFLCH/USP, no 1º semestre de 2005.

denominações, mas gostaríamos de deixar registrado que, ainda hoje, o uso indistinto desses termos para nomear uma ou outra obra, principalmente por não lexicógrafos, persiste.

Entretanto, Barbosa (2001) apresenta-nos um modelo de caracterização dessas obras que nos parece assaz pertinente e o qual utilizaremos neste trabalho. Este modelo tem como base Coseriu (1978) que estabeleceu níveis de atualização da língua – sistema, norma(s) e falar –, além de Muller (1967) que tratou “dos diferentes tipos de conjuntos/inventários lexicais – universo léxico, conjunto vocabulário, conjunto palavras-ocorrência –” (Barbosa, 2001, p. 33). A autora nos lembra que entre os “dicionários gerais (A) e os específicos (B) as fronteiras parecem ser mais nítidas”, porém, acrescenta, há uma maior complexidade quando se trata dos dicionários de tipo B, isto é, quando se trata dos “dicionários especiais” os quais “registram vocabulários de normas de universos de discurso” e vocabulários de discursos-ocorrências² (Barbosa, 2001, p. 34).

Assim, através do modelo proposto por Barbosa, é possível estabelecer os seguintes critérios:

- **dicionário de língua** – como está mais ligado ao sistema lingüístico, procura registrar o universo dos lexemas³ e para cada um deles apresenta ‘os vocábulos que representam suas diferentes acepções’; a ele são pertinentes as variações diacrônicas, diatópicas, diastráticas e diafásicas.
- **vocabulários técnico-científicos e especializados** – como parecem estar mais no nível de uma *norma lingüística e sociocultural*, possuem como unidade-padrão o *vocábulo* (Muller, *apud* BARBOSA, *idem*), não lhes cabendo as variações diatópicas

² De acordo com Barbosa – notações em aulas – há uma diferença entre vocabulário de normas e de discursos-ocorrências. Aquele se refere a um dos subconjuntos do conjunto de todos os vocábulos que possuímos, já que ocupamos e exercemos diferentes funções na sociedade. Este, por sua vez, se refere ao conjunto de palavras-ocorrência específica de um falar concreto.

³ Segundo Muller (1968) (*apud* Barbosa, 2001, p. 35) ‘ao nível do sistema corresponde a unidade padrão lexical chamada lexema.’

e diastráticas – exceto os fenômenos de socioterminologia – (BARBOSA); e como representam um universo de discurso, possuem uma perspectiva sinfásica.

Em outras palavras, podemos dizer que aos dicionários de língua cabem registrar as variações diacrônicas, diatópicas, diastráticas e diafásicas típicos do sistema lingüístico; aos vocabulários (ou dicionários) técnico-científicos e especializados cabem reunir vocábulos de traços sinfásicos ou específicos de um universo de discurso. A partir disso, podemos afirmar que a obra aqui analisada trata-se de um dicionário especializado, já que se refere a uma norma lingüística e sociocultural, conforme será visto em 3.0.

2.2 - A microestrutura de dicionários: reflexões teóricas

Para iniciarmos esta discussão, é mister uma definição de microestrutura que, de acordo com Rey-Debove, (1971, p. 151):

(...) est l'ensemble des informations ordonnées qui suivent l'entrée; cet ensemble a une structure constante qui répond à un programme et à un code d'information applicable à n'importe quelle entrée.

Barros (2004, p.156) chama a atenção para o fato 'de tais informações variarem conforme o dicionário', porém uma vez estabelecido o programa de informações em todos os verbetes e a sua respectiva ordem de seqüência é necessário que ele seja constante no interior da obra. Mas vejamos mais detidamente de que partes é constituída a microestrutura de um dicionário.

Segundo Haensch (1982, p. 462), o corpo de todo dicionário ou glossário é constituído por um inventário do léxico total de um conjunto ou de um subconjunto. Este inventário se divide em verbetes que são, conforme o autor, a menor unidade autônoma de um dicionário e podem ter características diversas : 'desde pocas palabras sin subdivisiones – (...) hasta varias columnas con una serie de divisiones y subdivisiones (...)'. Cada verbete é composto de duas partes: o *lema* (ou palavra-chave) – que é aquela

sobre a qual se dá a informação – e a *parte definitória* (ou a definição semântica propriamente dita.).

Vilela (1983, p. 08), explicitando mais essa microestrutura, nos informa que o modelo clássico de um artigo (ou verbete) de dicionário inclui: “entrada + informação (etimológica/ortográfica/fonética/gramatical) + definição (ou explicação) + exemplos (ou aplicação da entrada em contextos)”. Todavia, segundo esse autor, é possível que a tais informações sejam acrescentadas estas outras: “valência + possibilidade de combinação e ocorrência da entrada em combinações fixas + sinónimos e antónimos”. Além disso, também informa que pode haver variação seja na distribuição de tais informações no verbete, seja na forma de sua apresentação.

Barbosa (1990a, p. 230), por sua vez, com base nas discussões estabelecidas por Vilela (*op. cit.*), propõe um modelo a partir do qual é possível elaborar um grande número de tipo de microestrutura. Utilizando-se de três macroparadigmas, ou ‘três grandes zonas semântico-sintáticas, a autora sugere a elaboração do paradigma informacional (PI), paradigma definicional (PD) e paradigma pragmático (PP). Segundo ela, tais macroparadigmas podem subdividir-se em microparadigmas que serão ‘variáveis em qualidade e em quantidade’, pois isso dependerá da natureza, dos objetivos, dos limites e do público-alvo da obra lexicográfica. Assim, conforme a autora, o enunciado lexicográfico ou terminográfico pode ter a seguinte composição:

Verbete = [+ entrada + Enunciado Lexicográfico (+/- PI1, + PD, +/- PP, +/- PI2, ... PIn)] em que :

Paradigma informacional = [categoria gramatical, gênero, número, conjugação, pronúncia, abreviações, homônimos, campo léxico-semântico e outros];

Paradigma definicional = [sema 1, sema 2 ... sema n];

Paradigma pragmático = [classe contextual 1, classe contextual 2... classe contextual n].

Para a realização do presente trabalho, vamos nos basear neste modelo por acreditarmos que ele seja mais funcional, na

medida em que deixa explícito o que pode conter em cada um dos paradigmas. A seguir faremos uma melhor explicitação de como deve ser registrada a entrada lexical e de como deve ser a definição.

2.2.1 – A entrada lexical

Segundo Barros (2004, p. 158), a *entrada*, na Lexicografia, é também conhecida como *endereço*, já em Terminologia, é denominada *vedeta – termo-vedeta* ou *termo-vedete*. Em termos gráficos essa entrada deve ser:

- i) registrada em negrito e iniciada por minúscula – exceto em casos de algum tipo de convenção e
- ii) separada ‘do corpo do enunciado lexicográfico ou terminográfico’ por meio de dois pontos ou outro tipo de recurso (Barros, 2004).

A apresentação da entrada deve ser registrada na forma não-marcada, ou seja :

- i) o verbo deve ser registrado na forma infinitiva;
- ii) o substantivo ou adjetivo deve se apresentar no gênero masculino e no singular; exceto quando se tratar de casos em que o feminino apresente traços distintivos : *o cabeça, a cabeça* e quando se tratar de variações semânticas : *papa – o chefe da igreja católica x papas - não ter ... na língua; falar sem pensar sobre o assunto.*

Quanto aos termos complexos, Barros (*op. cit.*, p. 158) nos informa que esses devem “conservar sua ordem sintagmática normal, ou seja, a ordem na qual foram encontrados nos discursos enunciados no momento da recolha dos termos.”

2.2.2 – As definições em dicionários técnicos e especializados

Conforme Barros (*ibidem*, p. 158-159), a *definição* é o nome dado ao “enunciado que descreve o conteúdo semântico-conceitual de uma unidade lexical ou terminológica em posição

de entrada de um verbete”. Ou seja, é todo tipo de informação que se dá acerca do verbete. Entretanto, prossegue a autora, não há uma definição que seja válida para dois dicionários, já que cada um deles possui características idiossincráticas que determinarão tanto o conteúdo como a organização do enunciado definicional.

O dicionário técnico-especializado, como representa um universo de discurso, deve se restringir ao conteúdo de um termo ou vocábulo no domínio em que está inserido. Entretanto, Barros nos adverte que para a elaboração de definição nesse tipo de dicionário devem ser considerados tanto critérios objetivos – como a condição de produção – como os subjetivos – tais como a área de conhecimento, público-alvo, objetivos da obra e outros.

Assim, o terminólogo, adverte a autora citando Finatto, deve ficar atento quanto à definição nesse tipo de dicionário:

Geralmente possuidor de nível médio de conhecimento, esse usuário não é um iniciante-quase-leigo, nem um autoridade no assunto em foco. Afinal, dicionários terminológicos tendem a ser utilizados muito mais por profissionais de especialização baixa e mediana, pro tradutores e técnicos de áreas afins. (Finatto, *apud* Barros, *op. cit.*, p. 162).

Nesse tipo de obra, podemos dizer que, como se refere a uma norma lingüística e sociocultural, as definições podem ser monossemêmicas e polissêmicas.

2.2.2.1 – A elaboração dos conceitos e a estrutura formal

Segundo Vilela (*op. cit.*), se levarmos em conta a forma externa da definição esta se apresenta como uma paráfrase ou expansão, ou, em outras palavras:

(...) como uma unidade sintático semântico que contém mais do que um elemento léxico (lexema ou paralexema), sob a forma de um sintagma ou parte duma frase simples ou complexa, em que os seus elementos lexicalizam os traços individuais do definido. (*Ibidem*, p. 10-11)

Na definição parafrástica, apesar de ela possuir um estatuto próprio – entrada (sujeito) e a paráfrase (predicado) – não se utilizam as seguintes expressões copulativas: ‘significa’, ‘quer dizer’, ‘é chamado’, ‘por ... deve-se entender/entende-se’, entre outros, já que o consulente é capaz de restituí-lo. (Vilela, *ibidem*, p. 11)

Além disso, ainda conforme esse autor, a definição lexicográfica, assim como outra definição, deve seguir alguns princípios:

- a) a definição deverá estabelecer uma relação entre o geral (género) e o individual (espécie);
- b) a definição não poderá ser formulada negativamente, se por possível formulá-la positivamente;
- c) a definição não pode ser circular. (*ibidem*, p. 11)

Barros (*op. cit.*, p. 165) também apresenta outros princípios para elaboração da definição que :

- a) não deve conter em seu enunciado o termo definido;
- b) deve ser completa, sem, no entanto, veicular dados supérfluos e inúteis;⁴
- c) deve manter com o termo definido uma relação de univocidade. Exemplo: não se deve definir *automóvel* somente como um veículo de transporte, uma vez que nem todo veículo de transporte é um *automóvel*.
- d) deve se adaptar ao público-alvo, ou seja, a metalinguagem empregada deve estar de acordo com a capacidade de compreensão do leitor (especialistas da área, leigos no assunto, crianças etc.);
- e) palavras de sentido vago, ambíguo ou figurado não devem ser empregadas.

⁴ Autora, em nossa opinião, deveria ter dado exemplos do que sejam ‘dados supérfluos e inúteis’, pois achamos se tratar de algo muito subjetivo.

No que tange à categoria gramatical do enunciado, Vilela defende que deverá haver uma correspondência gramatical entre a entrada e a paráfrase, conforme:

- Nome : deverá ser definido por um sintagma nominal : subst. ..., o que ...
- Verbo : deverá ser definido por um sintagma verbal.
- Adj.: deverá ser definido por um sintagma que comporte um adjetivo/por uma frase relativa com função adjetiva ...
- Adv.: deverá ser definido por um sintagma que comporte um advérbio com função adverbial ...' (*ibidem*, p. 11)

2.2.3 – Remissivas

O objetivo das remissivas é o de resgatar as relações semântico-conceptuais existentes entre as unidades lexicais ou terminológicas que fazem parte de uma ora lexicográfica. Elas têm como função ligar variantes de forma a criar campos semânticos, além de corrigir o isolamento das mensagens (Barros, 2004, p. 174)

O sistema de remissivas pode se apresentar, implícita ou explicitamente, tanto na macro como na microestrutura. Como nos interessa para elaboração deste trabalho a microestrutura, vamos nos ater apenas a essa última. Assim, na microestrutura a remissiva pode se apresentar sob formas diversas: *V.* (ver), *q.v.* (queira ver), *cf.* (confronte, compare), asterisco, negrito, número de série, símbolo de classificação, índice e outros⁵. (Barros, *op. cit.*, p. 176)

No próximo tópico será feita uma análise não exaustiva dos dados ou dos verbetes que compõem as obras aqui focalizadas.

⁵ Para maiores informações acerca do uso específico de cada forma, sugerimos a leitura de BARROS, 2004.

3- Discussão dos dados

3.1 – Análise parcial do corpus do *Novo dicionário da gíria brasileira*

Antes de iniciarmos nossa análise, gostaríamos de fazer algumas considerações acerca da escolha dessa obra como *corpus* de trabalho. Conforme foi visto em 2.1, o dicionário técnico ou especializado representa um universo de discurso e está no nível de uma norma lingüística e sociocultural, e os termos gíricos caracterizam o uso de um determinado grupo da sociedade. A gíria, conforme Preti (1984, p. 3), como linguagem especial atende ao grupo que a utiliza como “elemento de auto-afirmação, de verdadeira realização pessoal, de marca original, ela se transforma em signo de grupo.”, daí nossa opção por analisar o dicionário já citado, pois como ele se refere a *O linguajar dos malfeitores, dos ciganos e do homem da rua. A gíria dos artistas, desportista etc* de fins dos anos 40, início de 50, está, portanto, no nível de uma norma lingüística e sociocultural.

A primeira edição foi lançada em 1949 e esta que estamos analisando refere-se à 2ª edição de 1956. O autor, Manuel Viotti, avisa ao consulente, nos prefácios de uma e de outra edições, que se baseou em variados textos escritos, dicionários de ‘brasileirismos’ e de língua geral, obras literárias, artigos de revistas, etc. além de ter contado com o apoio de vários ‘informantes’. Logo, podemos inferir que a obra teve dois *corpora*: um *corpus* de língua escrita e outro de língua falada.

Quanto à elaboração dos termos-vedetas apenas é informado que em alguns há uma indicação entre parênteses (que pode aparecer tanto depois do termo-vedeta, como depois do enunciado lexicográfico.), através de abreviaturas, a que grupo social ou região o vocábulo se refere/pertence :

- (i) **incravação** (mil.) – Feiura, rosto cheio de cravos e espinhas. [mil. = militares]
- (ii) **milhaços** (gat.) – Dinheiro; também milhafres, milhestres. [gat. = gatunos]
- (iii) **poços** – O mesmo que caixão, isto é, lugares onde o rio, na vasante, tem profundidade e largura (Amaz.) [Amaz. = Amazonas]

Entretanto, fica-se sem saber quanto àqueles que não possuem essa indicação, isto é, se se trata de um regionalismo, de um termo específico, de um grupo social, etc.:

- (iv) **empada** – Mulher molenga, pamonha.
- (v) **casquinho** – Mulher de estatura baixa roliça e atraente.
- (vi) **bodarrão** - Mulato corpulento.

A estrutura gráfica dos termos-vedetas é assim disposta: a entrada lexical é escrita em minúscula e em negrito seguida de um travessão; quando o vocábulo possui mais de um sema ou acepção, este é marcado com numerais.

i) análise da estrutura do enunciado lexicográfico

Conforme já anunciamos anteriormente, para esta análise nos baseamos em Barbosa (2001). Quanto ao Paradigma Informacional (PI) tudo que se refere a dados gramaticais foi omitido na obra, exceto em alguns poucos casos quando a entrada lexical é um verbo e havendo um substantivo correspondente, este é informado, ou quando se refere a alguma interjeição.

- (vii) **panelinha** – Currículo de elogio mútuo ou defesa de interesses de certo grupo letrado.
- (vii) **empachar** – Obstruir um orifício com estôpa ou pano; subst. empacho.
- (viii) **kem!** (int.) – Que pena!
- (ix) **kum** (int.) – Não!

Quanto ao Paradigma Pragmático (PP) em raríssimos casos registra-se o contexto de uso,

- (x) **tuda** (cap.) Tôda; ex : - foi e ficou “tuda” a vida.
- (xi) **haver** – No dito ter que se haver envolve uma cominação contra alguém; ex – F. terá agora que se haver com a polícia.
- (xii) **comércio** – No dito “é de fechar o comércio!” alude ao excepcional, maxime mulher : “ela é de fechar o comércio!”

Entretanto, a regra geral é de não fazê-lo, conforme se pode verificar nos verbetes abaixo:

- (xiii) **arrasar** – Desacreditar, difamar, pôr alguém a rastro;
- (xiv) **fac-símile (fil)** – Imitação de um selo novo, emitida oficial ou particularmente.
- (xv) **impor** – Acompanhar em bota-fora o amigo ou hóspede.

Como o autor não deixa explícito por que ora um contexto de uso é registrado, ora não o é, fica-se sem saber qual o critério eleito por ele para proceder de uma forma ou de outra. Em princípio, imaginávamos que o que propiciava o registro do contexto seria uma forma de justificar o vocábulo em questão num dicionário de gírias, o que se verifica em (xii) e (xiii), mas o mesmo não ocorre em (xvi), (xv) e (xvi).

Quanto às remissivas, procura-se remeter o consulente quando se trata de formas quase-sinônimas:

- (xvi) **gimba** – V. gansa
- (xvii) **borocochô** – V. corocochô.

Entretanto, há alguns casos em que o termo remissivo não se encontra na macroestrutura, tal como nos exemplos abaixo:

- (xviii) **jara** – (gat) – A polícia. V. jura
- (xix) **embuava** – V. buava

Há também casos de remissivas quando se trata de variantes ortográficas:

- (xx) **sorrelfa** – V. surrelfa
- (xxi) **sôrro** – V. Zôrro

De modo geral, verificamos que, para essa obra, não foi estabelecido um programa de informações, daí essa inconstância quanto ao enunciado lexicográfico.

- ii) a definição lexicográfica

Para análise da definição lexicográfica, escolhemos aleatoriamente alguns verbetes. Conforme Barros (*op.cit.*, p. 165), a definição feita através de “palavras de sentido vago, ambíguo ou figurado não devem ser empregadas.”; entretanto, não é o que verificamos nos casos abaixo:

- (xxii) **infuchado** – Adventada (cap.) [cap = gírias de caipiras ou capiau]
- (xxiii) **roncando** – Rocando fueiro – disposto à ação pronta
- (xxiv) **surrelfa** – À surrelfa, o mesmo que à socapa.

Tais definições apresentam-se com sentido muito vago: em (xxiii) (xxv) os semas *adventada* e *à socapa* não são suficientes para explicar *infuchado* e *surrelf*, respectivamente. Pelo menos não o são para um falante do século XXI. Também em (xxiv) a definição dada para *roncando* não fica muito clara; ou seja, seria necessária a apresentação de outras acepções para que fosse possível depreender tal definição.

Segundo Vilela (1983) deve haver uma correspondência gramatical entre a entrada e a paráfrase; analisemos, então, o seguinte enunciado:

- (xxv) **tirada** – 1- Gauchada, compadrada; 2 – no futebol, é quando um jogador arrebatava a pelota dos pés de um antagonista.

Este termo-vedeta pode ser categorizado como um adjetivo feminino ou como substantivo feminino. As acepções de 1 podem ser etiquetadas como adjetivos, havendo, portanto, a correspondência gramatical. Mas em 2, a definição é feita através de um sintagma verbal ‘é quando ...’ no lugar de um sintagma nominal, que poderia ser: **tirada** - ato ou efeito de tirar a pelota.

Há alguns termos-vedetas que não possuem definição, apenas apresenta-se uma fraseologia de que faz parte:

- (xxvi) **jacu** – Em festa de jacu não se entra nhambu.
- (xxvii) **ladrão** – Se Deus não perdoasse o ladrão, ficaria sozinho no reino do céu.

De modo geral, a obra possui um número razoável de deficiências que podem colocar em dúvida a credibilidade das informações dadas, pois, além das questões levantadas anteriormente, há que se registrar que, embora o autor tenha citado as fontes – de língua escrita e oral – em muitos verbetes não há o contexto de uso, e nem mesmo de onde o termo em questão fora extraído.

4 - Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo analisar, de forma parcial, a microestrutura da obra em questão e, conforme foi visto, de modo geral, ela atende ao que se propõe; isto é, ser um dicionário de gírias; entretanto, verificamos que ficou a desejar em alguns pontos. O que mais nos chamou atenção neste *Dicionário de gírias* foi a inconstância de seu programa de informações, pois ora num verbete há determinado dado, ora, numa situação similar, esse dado já não aparece.

Embora tenhamos observado que os enunciados lexicográficos examinados passam, de modo geral, ao largo do parâmetro de análise (Barbosa 1990 a) isso por si só não redundaria numa obra de qualidade questionável. Para além disso, toda microestrutura deve ter o mínimo de informação, e a questão se coloca quando os critérios elencados pelo autor não são seguidos por toda a obra. Enfim, a análise feita não foi exaustiva e, naturalmente, não se encerra por aqui, pois num olhar mais atento talvez haveremos de encontrar, ou não, algumas outras falhas no que tange à microestrutura dos verbetes.

Finalmente, muitos podem dizer que, na época em que essa obra foi produzida – 1956 –, os estudos das áreas da Lexicografia e Terminologia no Brasil não estavam tão avançados como atualmente, o que é verdade; entretanto, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que, ainda hoje, é possível que encontremos no mercado editorial muitas obras “lexicográficas” com problemas similares aos que aqui levantamos.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, M.A. "Dicionário, vocabulário, glossário: concepções." In: ALVES, I.M. (Org.) *A constituição da normalização terminológica no Brasil*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP/ Humanitas, 2001.

BARROS, L.A. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

HAENSCH, G. et al. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982.

PRETI, D. "A gíria: um signo de agressão e defesa na sociedade". In: PRETI, D. *A gíria e outros temas*. São Paulo: T.A Queiroz / USP, 1984.

VILELA, M. *Definição nos dicionários de português*. Porto: Asa, 1983.

VIOTTI, Manuel. *Novo dicionário da gíria brasileira. O linguajar dos malfeitores, dos ciganos e do homem da rua. A gíria dos artistas, desportistas etc*. São Paulo: Ind. Gráfica Bentivegna, 1956.

Ideologia e Neologismo

**Os itens lexicais e sua atuação
na interface entre Ideologia e
Produção Lingüística**

Evelyne Dogliani
Faculdade de Letras – UFMG

Résumé: On cherche à démontrer, dans cet article, que la compréhension de certaines étapes du changement linguistique peut se bénéficier d'une analyse qui tient en compte le croisement de facteurs sociaux et idéologiques. Le dégagement des rapports entre ces facteurs et la production linguistique suppose une analyse centrée sur les items lexicaux observés dans leur contexte d'usage.

Mots clés: linguistique, lexique, ideologie.

Este artigo apresenta algumas observações sobre o papel do léxico enquanto fator que permite a identificação dos reflexos de diferentes ideologias na produção lingüística dos indivíduos. Pondera-se que, por essa característica, o léxico deve ser tomado como componente atuante no direcionamento de certas etapas da mudança lingüística.

Na próxima seção, apresentam-se alguns tópicos relacionados à conceituação de ideologia. Esses tópicos são relacionados, a seguir, à produção lingüística, em termos teóricos. Finalmente ilustra-se esse tipo de relação através de reflexões atinentes a alguns itens cujo comportamento é variável no processo de vocalização da lateral palatal no português brasileiro falado em Belo Horizonte.

1 – Quadros Ideológicos: Origem e Atualização

A ideologia subjacente aos atos de um indivíduo está tão presente na sua forma de se vestir, de comer, quanto na sua maneira de falar. Esses atos rotineiros sofrem alterações de acordo com a situação em que ocorrem. O perfil dos mesmos altera-se gradualmente à medida que se caminha da situação pública para a situação íntima. Essa mudança de perfil associada à característica de situação pode ser relacionada à atualização alternada de quadros ideológicos diferentes em um mesmo indivíduo.

Dadas as várias acepções que se associam ao termo ideologia, é importante esclarecer que o conceito básico que orienta as reflexões deste texto extrai-se de Engels, conforme se vê em Lalande (1983,p.459):

Pensée théorique qui croit se développer abstraitement sur ses propres données, mais qui est en réalité l'expression de faits sociaux, particulièrement de faits économiques, dont celui qui la construit n'a pas conscience, ou, du moins, dont

il ne se rend pas compte qu'ils déterminent sa pensée. Très usuel dans ce sens dans le marxisme. (...) une idéologie, c'est à dire un ensemble vivant d'une vie indépendante et uniquement soumis à ses propres lois. Le fait que les conditions d'existence matérielle des hommes, dans le cerveaux desqueles se poursuit ce processus idéologique, déterminent en dernière analyse le cours de ce processus ce fait reste entièrement ignoré d'eux, sinon c'en serait fini de toute idéologie". Engels, Ludwig Feuerbach.

O conceito de ideologia de Engels permite que se proponham dois quadros ideológicos. A configuração do primeiro – determinada pelos fatos sociais, particularmente os fatos econômicos (conforme interpretação que atribuo ao trecho inicial do conceito supracitado) –, seria diretamente originada da posição que o indivíduo ocupa no processo de produção. Nesse sentido, quanto mais distantes são as posições que dois indivíduos ocupam no processo de produção, mais distintos serão seus quadros ideológicos. O segundo quadro ideológico, construído de acordo com a interpretação dada a “condições de existência material dos homens”, seria diretamente originado dos aspectos instintivos da vida do ser humano, basicamente do instinto de sobrevivência.

A ideologia, segundo Harnecker (1976:102), apesar de difundida por todo o corpo social, ocupa espaços diferenciados, o que permite a identificação de ideologia moral, estética, jurídica etc. Além disso, em cada uma dessas regiões, a ideologia se apresenta sob duas formas: o primeiro conjunto, que se caracteriza pela forma mais difusa e irreflexiva, constitui as ideologias práticas; o segundo, que se caracteriza pela forma mais consciente, reflexiva e sistematizada, as ideologias teóricas.

Esses termos são úteis à denominação dos quadros acima propostos. O primeiro quadro configura uma **ideologia teórica** e o segundo, uma **ideologia prática**.

A ideologia prática (originada dos aspectos instintivos da vida do ser humano) é aquela que, por ser comum a todos os indivíduos, perpassa o *continuum* social, sendo mediada pela ideologia teórica (originada da posição que o indivíduo ocupa no processo de produção).

Nos grupos sociais mais baixos da escala social (doravante grupo dominado) o indivíduo, ao exercer sua função dentro do processo de produção, não faz mais do que buscar as condições para garantir a própria subsistência e nem sempre as encontra. Os objetivos desse indivíduo, ao exercer essa função, são os mesmos que ele tem ao exercer atividades relacionadas aos aspectos instintivos de sua vida, tal como o ato de comer. Nesse sentido, a ideologia teórica desse indivíduo se identifica bastante com a estrutura de sua ideologia prática. Nos grupos sociais mais altos (doravante grupo dominante), o indivíduo, ao exercer a sua função dentro do processo de produção, busca e encontra as condições para garantir a própria subsistência e, além disso, condições de garantir outros interesses que extrapolam o quadro da sobrevivência. Nesse sentido, sua função dentro do processo de produção dá origem a uma ideologia teórica cuja estrutura se torna bem diversa da estrutura de sua ideologia prática.

Entretanto, como é pela função dentro do processo de produção que os indivíduos se caracterizam socialmente, o fato de, num grupo, a ideologia teórica ter características de sua ideologia prática e no outro isso não ocorrer faz com que a distinção social entre os dois grupos extremos da sociedade seja vivenciada e percebida da seguinte maneira: o grupo dominante tem uma ideologia teórica, o grupo dominado tem uma ideologia prática. No entanto, como vimos, o nível ideológico não é vivido conscientemente e, dessa forma, tal distinção é concretizada, no nível do consciente, da seguinte maneira: o grupo dominante demonstra habilidades reflexivas; o grupo dominado, não.

As conseqüências dessa distinção ao nível do consciente são perturbadoras, principalmente para o grupo dominante. Se é pelas suas habilidades reflexivas que esse grupo se distingue do grupo dominado e se mantém na posição de dominante, o indivíduo desse grupo reage a suas características irreflexivas, no que essas o identificam com o grupo dominado. Numa primeira instância, esse indivíduo pode reagir por uma tentativa de negação dessas características; numa segunda instância, já que não pode negá-las (afinal, é próprio da espécie humana dormir, comer e reproduzir), ele procura, pelo menos, controlá-las por meio de

suas habilidades reflexivas. As regras de civilidade, que, quando muito extremadas, são motivo de ironia dentro de segmentos do próprio grupo dominante, não representam mais que uma exacerbação da atitude controladora desse grupo. Tanto que esse controle é mais rígido em situações públicas do que em situações íntimas. Resumindo, as distinções originais entre ideologia prática e ideologia teórica, que são recuperáveis no interior de qualquer grupo social, acabam sendo distintivas dos grupos entre si: a primeira, como característica do grupo dominado, a segunda, do grupo dominante. A produção lingüística reflete essa distinção, como veremos a seguir.

2. Ideologia e Produção Lingüística

Na medida em que a língua se incorpora a todas as atividades do ser humano, sejam elas reflexivas ou irreflexivas, ela é também reflexo de uma ideologia prática e de uma ideologia teórica. A dificuldade em se avaliar as origens e manutenção da variação lingüística e da mudança lingüística parece-me dever-se ao fato de ser sempre a língua abordada e estudada em dois campos de estudo distintos: aquele que relaciona língua e pensamento e aquele que relaciona língua e fatores sociais. O primeiro tem sido, até os nossos dias, muito mais explorado. Ao enveredar pelo segundo, em 1972, Labov demonstra ter consciência disso quando afirma que o caminho que leva da linguagem ao pensamento foi, por longo tempo, trilhado –: os psicólogos da linguagem sempre tiveram lugar de destaque na literatura lingüística –; ao passo que a influência de Durkheim sobre Meillet parece restringir-se a um acidente histórico que não se renovou.

Por outro lado, tanto uns estudos quanto os outros recebem as abordagens as mais variadas. O fato é que os estudos que associam língua e pensamento não distinguem essa relação por grupos sociais. Esta relação é sugerida por Bakhtin, para quem, segundo Yaguello (1986:14) *todo signo é ideológico: a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua*. É em termos desta relação que vou abordar a questão da produção lingüística.

Já que o grupo social dominado é caracterizado como tendo uma ideologia prática, toda forma lingüística nova, ao ser propagada por esse grupo, será associada a experiências irreflexivas (ligadas ao instinto de sobrevivência) que, convém lembrar, passam por uma tentativa de controle ou sublimação por parte do grupo dominante. Conseqüentemente, o grupo dominante na tentativa de se distinguir do grupo dominado, evitará toda forma lingüística nova propagada por esse grupo.

Por outro lado, não podendo eliminar as experiências irreflexivas, o grupo dominante procura controlá-las. Esse controle é mais rigoroso nas situações públicas (sociais) do que nas situações íntimas (individuais). A produção lingüística passa por esse mesmo controle, nas mesmas situações.

Pode-se dizer que o espaço menos favorável para que o indivíduo do grupo dominante controle as formas lingüísticas que o identificam com o grupo dominado é aquele no qual se verifica maior aproximação entre os dois grupos. Um desses espaços é a situação afetiva, que se inclui entre as atividades instintivas do ser humano, que podem ser controladas, mas não anuladas, e que, por isso mesmo, igualam os indivíduos.

Se, conforme quer Kroch (1978), as mudanças surgem na sociedade, como um todo, mas são controladas/evitadas pelo grupo dominante, pelo fato de esse último querer a todo custo distinguir-se do grupo dominado, pode-se conjecturar que o indivíduo do grupo dominante só incorpora à própria fala formas lingüísticas propagadas pelo grupo dominado naquelas situações nas quais ele próprio avalia seu comportamento como irreflexivo e irracional. Isso faz da situação afetiva o *locus* privilegiado da introdução/reintrodução de formas lingüísticas estigmatizadas. Como o foco é o estigma, é preciso levar um pouco mais longe essa reflexão. Isto é, a situação afetiva precisa ser recortada.

Como outros campos da atividade humana, a afetividade submete-se à avaliação social que, na maior parte das sociedades, divide as emoções em boas e más, ou em legítimas e ilegítimas. Assim, é possível que situações negativas (de raiva, por exemplo), que são mais comumente associadas à irracionalidade do que as positivas (de amor, por exemplo), sejam as primeiras a

desencadear no grupo dominante uma forma lingüística estigmatizada por este.

Sugiro, então, que este comportamento seja também observável ao nível do léxico, através daquele aspecto do item que remete à situação afetiva, qual seja, sua conotação positiva ou negativa, através da conotação correspondente do item.

3 – Inovações Lexicais e Avaliação Social

A evolução da pronúncia de dois itens, durante os últimos dez anos, entre falantes de Belo Horizonte, presta-se à ilustração desse processo. Trata-se dos itens *velho* e *palha*. O primeiro fixou-se na fala dos jovens, como cumprimento, com a pronúncia *véi(o)*. O segundo exhibe uma extensão de significado, restrito à fala coloquial dos jovens, principalmente, que pode ser traduzido como atividade sem importância ou inadequada. Nesse sentido sua pronúncia categórica é *paia*. As formas *véio* e *paia* podem ser analisadas como variantes de *velho* e de *palha*. As últimas ilustram a pronúncia com a consoante lateral palatal [λ] que, nas primeiras, é substituída pela semivogal palatal [y]. Ora, não há dúvida alguma quanto ao fato de que a pronúncia *véio* e *paia* desses dois itens representa variação de *velho* e *palha*, respectivamente.¹ Em Belo Horizonte, de fato, seu uso observável revela uma cisão, no que diz respeito ao item *palha*: a pronúncia com a lateral palatal especializou-se para um sentido; a pronúncia com a semivogal palatal, para o outro. Isso pode desencadear algum problema quando se analisam esses itens sob o foco da teoria variacionista, segundo a qual duas variantes só tem esse estatuto quando as mesmas condições de verdade podem ser atribuídas a ambas. No caso em pauta, estamos diante de dois itens, cada qual com sua pronúncia; não há variação, portanto. Mas não é essa a análise que nos ocupa aqui. O que interessa é que esses dois itens ilustram a formação de novos sentidos associada a uma alteração da

¹ No Espírito Santo, por exemplo, o item *palha*, no sentido de atividade sem importância, é pronunciado com a lateral palatal.

representação fonética. A observação do tipo de alteração sofrida pelo item no processo de extensão de significação é o foco da presente análise: observa-se que o uso da semivogal palatal – traço estigmatizado na fala culta, lembremo-nos – relaciona-se a determinadas condições de enunciação: não é a qualquer um que se dirige o vocativo *vêi(o)*. Não é com qualquer interlocutor que se usa o atributo *paia*. Esse dois usos nos lançam para o campo da conotação, para a função afetiva da linguagem.

A reflexão acerca das variações fonológicas relacionadas à afetividade nos propiciam outros exemplos. Todos nós já ouvimos alguém, cuja fala não incorpora a vocalização, usar esse segmento em situações afetivas:

- a) um homem, referindo-se à esposa, numa expressão de carinho: *minha muié*;
- b) alguém que tem pouco apreço por uma mulher: *muié chata*;
- c) um indivíduo xingando o outro no trânsito ou falando de um amigo que vive fazendo graça: *paiaço!*

A fixação de uma nova nuance de sentido ou de um novo significado associados à vocalização da lateral palatal ilustra-se também através das alterações de pronúncia do sufixo composto *-alhada*, conforme já observei em Madureira (1987). É comum ouvir-se *prataiada* por *pratalhada*; *conversaiada* por *conversalhada*, *vidraiada* por *vidralhada*. O uso desse sufixo composto restringe-se a situações informais. Tendo seu conteúdo classificado como pejorativo (tanto *-alha* quanto *-ada*), esse sufixo composto carrega em sua própria história um uso restrito a situações afetivas, pejorativas, basicamente: seu uso é mais freqüente em situações avaliadas afetivamente: *prataiada* – para um conjunto de pratos para lavar (e não qualquer conjunto de pratos); *conversaiada* para o vozerio de assuntos desorganizados ou sem importância (e não para qualquer conjunto de conversas simultâneas). O fato é que o sufixo composto associa-se categoricamente à conotação pejorativa – com ou sem vocalização da lateral palatal. Evidências dessa análise estão no fato de o mesmo ser preterido em situações de fala formais em favor de sufixos como *-eiro*, por exemplo.

Relacionam-se nessa análise nuances de significado e referente: a seleção do sufixo é determinada pela avaliação que o sujeito falante faz do referente. Um dado extraído de amostra aleatória usada em Madureira (1987) ilustra essa observação: diante de uma lista de possibilidades de formação de coletivo (do tipo de *criança – criançada*) e ouvindo um colega propondo *homaiada* por *conjunto de homens*, uma professora universitária manifestou-se desfavoravelmente ao uso desse item; considerava-o *muito feio!* Posteriormente, ao relatar um caso que envolvia vendedores de objetos (geralmente roubados), na porta do mercado central de Belo Horizonte, referiu-se aos mesmos como *homaiada*. A professora assustou-se com a própria fala, e emendou: *ah, mas é mesmo: muitos ali são marginais*. Parece, de fato, haver aí a seguinte associação na mente do falante: *referente feio – palavra feia*.

Mesclam-se nessa análise morfemas e fonemas. Cite-se, a título de mais um exemplo, meus alunos de graduação em Letras, que são unânimes em dizer que a pronúncia vocalizada é muito feia. Dizem: *o iê é muito feio: muiê, por exemplo*. Mas ficam desconcertados quando digo que o som tomado em si não é feio e só concordam quando digo: – *Então, semeia, Soraia são palavras feias? – É claro que não! – Então o problema não é o som!!!*

É evidente que o processo de avaliação social das variantes não focaliza fonemas, mas, itens lexicais. Labov já nos disse isso em 1994, quando afirmou que os processos de correção lingüística incidem sobre itens lexicais e não sobre fonemas.

Conclusão

A reflexão contida nesse texto partiu da seguinte constatação: a comunidade brasileira em geral estigmatiza a vocalização da lateral palatal. Se essa pronúncia é, originalmente, associada ao falar das populações indígenas e dos escravos trazidos da África e, posteriormente, a falantes das classes desfavorecidas (cf., Madureira (1999)), como pode a mesma furar o cerco de falantes que se classificam no chamado grupo dominante? Considerou-se que uma análise mediada por fatores ideológicos pode iluminar essa questão, conforme se disse na primeira parte desse artigo.

Evidentemente, conforme mostram os exemplos dados, essa mediação será produtiva se, dentre os fatos lingüísticos, se focalizarem os itens lexicais e suas realizações fonológicas e não apenas essas últimas.

Pudemos, então, pensar sobre os fatores que levam um falante a imitar a fala de outro do qual ele costuma distinguir-se lingüisticamente. Constatou-se a existência de um processo de associação em que se cruzam avaliação social dos falantes entre si, itens lexicais, significados e referentes. A associação parece dar-se da seguinte maneira: comportamentos sociais distinguem as classes sociais. Brigar – processo que se classifica entre os irreflexivos – é próprio dos grupos sociais menos educados. Assim quer o grupo dominante, para o qual tal atitude é rejeitável, no plano do consciente. Portanto, sob esse ponto de vista, quando o indivíduo desse grupo se propõe a brigar, ele está se igualando ao outro. Nesse caso, o uso de uma linguagem igual à do outro é apenas uma contingência da situação que ele vivencia.

Nesse momento relacionam-se, na avaliação desse indivíduo, diversos elementos que se associam sob o signo da negação²: a briga (situação inadequada), o referente (a quem são direcionados sentimentos negativos), a linguagem (que incorpora formas que não devem ser usadas).

A situação afetiva configura-se, nesse quadro de associações, como porta de entrada de formas que o grupo dominante estigmatiza. O primeiro espaço propício para tanto parece ser o campo da conotação pejorativa. A maior parte dos exemplos que ilustram a vocalização da lateral palatal neste artigo exibem conotação pejorativa. Mas, como se viu, ocorre a extensão do processo, para itens produzidos em situações avaliadas como

² Essa reflexão abre, evidentemente, largo espaço para considerações oriundas de quadros teóricos específicos, como o da psicanálise, quando se pensa a questão da negação e a da alteridade, que permite também um diálogo com a corrente existencialista. Da mesma maneira, a incidência dos processos descritos sobre a forma dos itens lexicais convida a um diálogo sobre a proposta lacaniana do deslizamento dos sentidos via significantes. Isso será feito alhures, já que o espaço de que disponho neste artigo é insuficiente para tanto.

positivas dentro da situação afetiva. Afinal, conforme se defendeu no início desse artigo, as vivências afetivas igualam os indivíduos.

A produção lingüística reflete esse processo, que se torna visível quando se observam os itens lexicais e se analisam suas modificações à luz das condições de uso. Explicitadas essas condições (situação de uso da linguagem, pertinência do indivíduo a um grupo³, ideologia do grupo) desvendam-se alguns dos caminhos que conduzem a inovações lingüísticas.

Referências Bibliográficas

HARNECKER, M. *Conceitos elementares do materialismo histórico*. [s.l.]: [s.n.], 1976.

KROCH, A. Towards a theory of social dialect variation. *Language in Society*, 7, p.17-36.

LABOV, W. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. *Principles of linguistic change - Internal factors*. Oxford & Cambridge: Blackwell, 1994.

LALANDE, A. *Vocabulaire Technique et critique de la Philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 13^e.ed., 1980.

MADUREIRA, E. D. *Sobre as condições de vocalização da lateral palatal no português*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. Dissertação (Mestrado em Lingüística), 1987.

_____. Difusão lexical e variação fonológica: o fator semântico. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, p. 5-22, Jan. / Jun.,1997.

³ Ao longo do artigo tratei apenas de dois grupos – dominante e dominado, de forma indiscriminada. Trata-se de termos bastante genéricos, cujo estatuto é recuperável sob diferentes parâmetros, econômicos ou culturais. O conceito de rede, conforme Milroy (1987), é útil à análise que requer a intermediação desses diferentes parâmetros sociais.

MADUREIRA, E. D. Reanálise de alguns aspectos da vocalização da lateral palatal no português de Belo Horizonte. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, p. 125-146, Jan. / Jun.,1999.

MILROY, L. *Language and social networks*. Oxford: Blackwell, 1987.

YAGUELLO, M. Prefácio a BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem* – Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1986.

A inovação lexical e a dimensão social da língua

Aderlande Pereira Ferraz
Faculdade de Letras - UFMG

Abstract: In this work, we will analyze some aspects of the lexical productivity in Brazilian Portuguese. This paper presents a descriptive study of some neologisms found in publicity, especially in some issues of the magazine *Veja*, in 2004. It tries to show the dynamicity of the Portuguese Language through the creation of new words, or neologisms, formed by mechanisms originated in this language. The article also shows the relationship between language and society, as well as between linguistic variation and change.

Keywords: Lexical productivity, neologisms, Social Variation.

Introdução

Uma das características universais mais marcantes das línguas naturais é a mudança. Dada a dinamicidade da linguagem humana, podemos verificar o fenômeno da mudança se manifestando em todos os níveis lingüísticos (fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático), mas de forma mais evidente no nível lexical. A renovação do léxico de uma língua é um fenômeno permanente, já que o léxico, refletindo a dinâmica da língua, considerando-se que esta, sociedade e cultura são indissociáveis, constitui uma forma de registrar a visão de mundo, o conhecimento do universo, a realidade histórica e cultural e as diferentes fases da vida social de uma comunidade lingüística. Podemos dizer que as grandes manifestações sociais (crise política, crise econômica, revolução social ou cultural etc.) ensejam o movimento do léxico em direção à renovação. E à medida que ocorrem mudanças sociais, a língua se adapta a essas mudanças e produz novas unidades léxicas. Um dos recursos, portanto, de que se utilizam as línguas para a sua continuidade é a inovação lexical. A língua que não se atualiza acompanhando a atualização da sociedade corre o risco de desaparecer por estagnação. Por outro lado, uma das provas de vitalidade de uma língua é a sua capacidade de gerar novas palavras. A criação de palavras novas e a reutilização de palavras já existentes a partir de novos significados constituem, portanto, um processo geral de desenvolvimento do léxico de uma língua.

1. O caráter social do léxico

As relações entre léxico e cultura, léxico e sociedade, são, indubitavelmente, muito fortes, considerando-se que o léxico, com seu estatuto semiótico, é o elemento da língua de maior efeito

extralingüístico por se reportar, em grande parte de seu conjunto, a um mundo referencial, físico, cultural, social e psicológico, em que se situa o homem.

A formação de grupos sociais, tendência inevitável na evolução humana, nos leva a refletir sobre os processos de socialização que envolvem a família, a escola e atividades práticas (profissão e outros afazeres), processos que sempre revelaram um sistema de signos subjacente, instrumento de comunicação entre os indivíduos, como a língua, por exemplo.

Uma comunidade lingüística está permanentemente sujeita a sentir o impacto de duas forças que agem em sentido contrário, excitando a fala (ou discurso) à manutenção ou à variação do código lingüístico. Sabido é que pela interação contínua dessas forças as línguas naturais se renovam sem perderem a sua base de identidade (cf. Ferraz, 2005).

Enunciados, então, alicerçados no pressuposto de que no interior de uma comunidade lingüística todos falam sempre a mesma língua e da mesma forma pecam por inexatidão, por desconsiderarem o processo variacional, intrínseco à língua, e que faz com que a comunidade de fala revele, em seu interior, comportamentos lingüísticos diferentes. Diferenças em função de geração, de origem, de profissão, de religião ou de formação sociocultural; e que se mostram em todos os componentes (fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático, lexical) da língua.

Em face do exposto, importa considerar que a comunidade lingüística não é inteiramente homogênea: fragmenta-se em outras comunidades lingüísticas menores. Essa situação oferece ao usuário da língua condições de transitar a um só tempo por vários grupos lingüísticos, isto é, experimentar as variações estabelecidas em seu código lingüístico ou utilizar, em caso de comunidade plurilingüe, mais de um sistema de signos lingüísticos.

Como um banco de informações, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos lingüísticos e extralingüísticos, disponível para a construção dos enunciados em geral, o léxico de uma língua reflete o repositório de experiências seculares das comunidades humanas que usaram e usam tal língua. Dessa forma, o léxico é

constituído de unidades criadas a partir da necessidade, expressa pelos grupos sociais, de interação com o universo sociocultural, e por isso mesmo essas unidades, emanadas desses grupos, carregam informações diretamente relacionadas às experiências humanas. A análise do léxico permite-nos identificar traços relevantes dos grupos sociais que dele se utilizam e o manipulam, no interior dos quais situamos a motivação para a constituição e expansão do conjunto lexical. Esse fato nos leva a considerar que a evolução de uma sociedade, bem como as transformações culturais (tradição, costume, moda, crença) propiciam mudanças no léxico, de vez que este está diretamente associado ao universo de pessoas e coisas.

2. Neologia e neologismo

A mudança lingüística enseja, no que concerne ao léxico, duas ocorrências facilmente observáveis: a obsolescência de unidades que caem em desuso e o surgimento de novas unidades na língua, os neologismos.

A neologia diz respeito, segundo Guilbert (1975), aos fenômenos lingüísticos que surgem em certos momentos numa dada língua. Tais fenômenos podem ser de ordem fonética, fonológica, morfológica, sintática, semântica ou lexical. Interessamos aqui especialmente a neologia lexical, já que pretendemos abordar os processos mais freqüentes de formação de palavras novas no português do Brasil. Dessa forma, para efeito deste trabalho, o processo lingüístico que consiste em produzir formas e significados inéditos no léxico de uma língua será designado tão-somente por neologia.

O léxico de uma língua, para incorporar unidades novas, recorre basicamente a três mecanismos, todos muito comuns:

- a) neologia formal - a construção de palavras através de regras do próprio sistema lingüístico, com a utilização de procedimentos formais internos no nível morfológico, sintático e fonológico.

- b) Neologia semântica - a expansão de sentido, quando da reutilização, com novos significados, de unidades léxicas já existentes.
- c) Neologia de empréstimos - a importação de unidades léxicas de outros sistemas lingüísticos, as quais podem-se apresentar adaptadas ou não à nova língua.

Por neologismo consideramos aqui o elemento resultante do processo de criação lexical (cf. Alves, 1990), a unidade léxica que é sentida como nova pela comunidade lingüística (cf. Rey, 1976), o resultado tangível da operação de produção lingüística inédita, isto é, a unidade nova capaz de ocupar espaço no léxico, introduzindo-se no uso corrente ou socioprofissional (cf. Boulanger 1989: 202), ou, finalmente, como salienta Cabré (1993: 444): *“o neologismo pode-se definir como uma unidade léxica de formação recente, uma acepção nova de um termo já existente ou um termo emprestado há pouco de um sistema lingüístico estrangeiro”*.

É importante salientar que os neologismos se apresentam, inicialmente, como unidades do discurso, tornando-se unidades do sistema lingüístico quando revelam caráter permanente e estável. Podemos dizer que depois de criadas num ato de fala, as novas unidades léxicas passam a ser aceitas pelos interlocutores e, a partir de então, reutilizadas em outros atos de comunicação. A frequência de uso dos neologismos faz com que, gradativamente, a sensação de novidade lexical vá se perdendo até que, naturalmente, as unidades neológicas passam a integrar o conjunto das unidades lexicais memorizadas e de distribuição regular entre os usuários da língua. A entrada no sistema da língua é formalmente marcada quando essas unidades lexicais são registradas em dicionários de língua, o que caracteriza também a sua desneologização.

Guilbert (1975), apresentando a neologia como o processo de criação lexical, destaca as principais razões que desencadeiam tal processo:

- a) necessidade de nomear objetos, conceitos ou outras realidades inéditas em nossa vida social;

- b) necessidade de maior expressividade do discurso, através da criação neológica estilística, muitas vezes efêmera, como se pode ver no discurso humorístico, bem como em manchetes jornalísticas, em que a função apelativa está muito presente;
- c) uso de certas unidades lexicais do discurso, não identificadas como novas unidades, quer na produção, quer na recepção, por não se distinguirem das demais unidades lexicais da língua, mas que passam a ser consideradas neologismos pelo fato de não se encontrarem registradas em dicionários de língua;
- d) uso disseminado, em certas épocas, de formantes já existentes ou novos na língua, dando origem a inúmeros neologismos, a exemplo atualmente de super- (*superpromoção, superfertas*), micro- (*microcrédito, microempreendedor*), -ada (*siliconada*), -eiro (*cabideiro, trilheiro*).

3. Conceito de neologismo: o critério lexicográfico

O dicionário é tradicionalmente considerado um representante fiel da norma lexical e dos recortes socioculturais expressos no léxico. Com todas as lacunas e insuficiências que uma análise mais circunstanciada do dicionário de língua venha revelar, ele tem sido, como destaca Biderman (2002: 75): *um instrumento indispensável e imprescindível na fixação do léxico de uma língua e ferramenta fundamental na consolidação de uma língua escrita e literária*. Com isso, refletindo o conjunto dos usos sociais da língua, o dicionário passa a ser uma referência básica para uma comunidade lingüística.

O conceito de neologismo, tal como considerado aqui, encontra no dicionário de língua um instrumento de apoio teórico a revelar a relação intrínseca neologismo/dicionário. Para muitos estudiosos do léxico (cf. Alves 1984: 121 e 1990: 10; Sandmann 1989: 8, Cabré 1993, etc.), a noção de neologismo começa no dicionário (com o critério de identificação lexicográfico) e termina no dicionário (uma unidade lexical entra em processo de desneologização quando passa a ser registrada em uma obra

lexicográfica). O critério da comprovação sistemática da aparição de unidades lexicais numa seleção de dicionários de língua faz com que as unidades que não estejam dicionarizadas sejam consideradas *neologismos lexicográficos*. É sabido que tal critério se ressentir de maior precisão pelo fato de os dicionários não se atualizarem com mais frequência e, além disso, um dicionário jamais poderá conter todas as palavras de uma língua. Entretanto, talvez por ser menos subjetivo, esse é o critério mais usual entre aqueles que trabalham com neologismos.

Critérios outros, como o *diacrônico* e o *psicológico* (cf. Boulanger 1979), costumam ser também mencionados para identificação das unidades neológicas. O critério *diacrônico* é o que se baseia na comprovação da data de surgimento de uma unidade léxica num dicionário ou num *corpus* textual, por exemplo. O critério *psicológico* consiste na avaliação do sentimento de “novidade” que um grupo social apresenta em relação a uma determinada unidade lexical. Ambos são critérios de difícil aplicação, uma vez que (para o critério diacrônico) os dicionários brasileiros, salvo raras vezes, não utilizam marcas temporais e não dispomos de um *corpus* textual amplo, representativo do uso geral da língua; também não seria fácil (para o critério psicológico) organizar um inquérito para submeter a um número significativo de usuários da língua (com seus diversos níveis) para que nos dessem a sua opinião sobre um determinado candidato a neologismo.

Para os exemplos de neologismos que apresentaremos aqui, recolhidos da linguagem publicitária impressa, preferimos adotar o critério de exclusão lexicográfica, pela facilidade de aplicação como também pela objetividade na obtenção dos dados. Assim, o estatuto de neologismo é conferido aqui a uma unidade do léxico da publicidade quando esta passou do momento de criação ao momento de recepção e aceitabilidade pelos destinatários, sem ter sido ainda dicionarizada. Nesse trânsito, a unidade léxica criada poderá ter seu emprego por vários locutores e será apresentada aqui como um neologismo, identificado segundo o critério lexicográfico, fundamentado pela consulta a três grandes dicionários brasileiros, recentemente publicados.

O corpus de exclusão lexicográfica por nós adotado compõe-se das seguintes obras de referência:

- a) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001): apresentando 228 mil verbetes e 380 mil acepções;
- b) *Novo Aurélio século XXI: o dicionário de língua portuguesa* (1999): totalizando 435 mil verbetes, definições, locuções e acepções;
- c) *Michaelis Moderno Dicionário da língua portuguesa* (1998): contendo mais de 200 mil verbetes e subverbetes.

Estes dicionários, devido à sua contemporaneidade, são apresentados no mercado editorial brasileiro como obras de grande prestígio social, que pretendem espelhar o uso efetivo dos falantes.

4. A inovação lexical no português brasileiro

A formação de palavras em português pode ser considerada, grosso modo, envolvendo as formações vernáculas e as formações alogenéticas. Tratando-se das primeiras, importa lembrar que o processo de formação neológica, significando a operação morfo-lexical e semântico-sintática que se dá a partir de certo número de elementos de base, a fim de se construir outros deles decorrentes, se tipifica em diversas modalidades, sob dois aspectos: formal e semântico.

Relativamente ao aspecto formal, cumpre assinalar a atuação de dois tipos de operações indissociáveis: uma operação semântico-categorial, da base para o produto, e uma operação morfo-lexical que, no que concerne às formações neológicas mais produtivas no português do Brasil, se configura nos processos de adição (prefixação, sufixação, composição, reduplicação, formação sintagmática etc.), supressão (truncação, derivação regressiva) e cruzamento vocabular, para citar apenas os mais produtivos.

Quanto ao aspecto semântico, trata-se de formações neológicas que se dão sem qualquer alteração formal em unidades léxicas já existentes. A transformação semântica operada numa unidade léxica enseja a criação de um novo elemento: o neologismo conceitual ou semântico.

As formações alogenéticas referem-se à neologia por empréstimo. O intercâmbio (cultural, científico, comercial etc.) entre comunidades lingüísticas pode refletir-se naturalmente no léxico de alguma das línguas em uso. Isso acontece quando uma palavra de uma língua passa a ser usada na outra. Tal palavra estrangeira, usada em outro sistema lingüístico, é logo percebida como externa ao vernáculo dessa língua, caracterizando-se por um estrangeirismo. Enquanto está na fase de novidade, o elemento estrangeiro ainda não incorporou-se definitivamente ao léxico da língua receptora. Este estrangeirismo é então sentido como um neologismo no novo sistema lingüístico. Tal neologismo poderá integrar-se ao conjunto lexical do idioma receptor, caracterizando-se por um empréstimo lexical.

A história da língua portuguesa revela-nos o quanto seu léxico tem-se enriquecido até hoje graças, também, aos empréstimos lexicais.

Num mundo globalizado como aquele em que vivemos, torna-se praticamente impossível evitar a importação de palavras. Assistimos atualmente, graças ao predomínio do inglês como língua internacional, à avalanche de palavras de origem inglesa alcançando as principais línguas de civilização.

Para exemplificação dos processos de formação de palavras mencionados, segue a descrição de alguns neologismos, atestando a presença de palavras novas na língua portuguesa atual. Trata-se de neologismos que estão entrando no léxico do português do Brasil por meio da linguagem publicitária impressa.

4.1 Processos de formação de palavras mais comuns¹

4.1.1 Prefixação

Em português, como nas línguas românicas em geral, a derivação tem sido o processo mais produtivo para o enriquecimento

¹ Os exemplos seguintes são textos publicitários veiculados pela revista *Veja*, durante o ano de 2004, e constituem parte do *corpus* de pesquisa sobre os neologismos na publicidade impressa, sob nossa coordenação. Para a transcrição desses exemplos procurou-se aqui conservar a grafia original utilizada nos textos publicitários. Os neologismos estão grifados.

do léxico. Este fato é sustentado não apenas pela quantidade de palavras derivadas e registradas nos dicionários, mas também pela possibilidade de construir novas palavras por derivação. A prefixação e a sufixação têm sido os processos derivacionais usados no português, como mostram os exemplos abaixo.

Além dessa superpromoção, a Itautec oferece soluções completas em micros e notebooks. – (Veja, 21/07/2004, p. 10)

É um carrinho supersimpático, que ajuda você a entender melhor seu Volkswagen. Bacana, não? – (Veja, 07/07/2004, p. 57)

Através do crediamigo do Banco do Nordeste, o maior programa de microcrédito da América do sul, os microempreendedores adquirem crédito rápido e renovável. – (Veja, 11/08/2004, p. 73)

Cinco estrelas na categoria multirriscos com Fundo Santander FIF Banespa Performance. – (Veja, 01/09/2004, p. 13)

Creme Nívea. Chegou a última palavra em antiidade. – (Veja, 13/10/2004, p. 12)

4.1.2. Sufixação

Cabideiro Zâmbia. Tok & Stok. (Veja, 29/09/2004, p. 31)
A cidade tem o maior borboletário da América Latina. HSBC. – (Veja Esp., agosto/2004, 04)

Skol. Todo mundo pede do seu próprio jeito. A siliconada... – (Veja, 01/09/2004, p. 04)

Skol. Todo mundo pede do seu próprio jeito. O trilheiro... – (Veja, 01/09/2004, p. 05)

4.1.3. Composição

A composição, processo de formação de palavras que se dá pela justaposição ou aglutinação de bases autônomas ou não-autônomas, representa na língua portuguesa um processo também produtivo.

Abaixo encontram-se formações substantivas e adjetivas, tanto de natureza subordinativa (pára-barro, porta-objeto,

edifício-sede) como coordenativas (**álcool-gasolina**, **primavera-verão**, **custo-benefício**).

Nissan. Pára-barro rígido nas 4 rodas. – (Veja, 15/09/2004, p. 63)

(...) Vidros elétricos, check control e console central com mesa e porta-objetos. – (Veja, 15/09/2004, p. 77)

Edifício-sede da Petrobrás, Rio de Janeiro. – (Veja, 25/08/2004, p.53)

Com tecnologia Hi-Flex que garante a máxima performance com qualquer mistura álcool-gasolina no tanque. – (Veja, 10/11/2004, p. 05)

Coleção primavera-verão Elmo. – (Veja Esp., outubro/2004, p. 67)

Se o objetivo era um excelente custo-benefício, eles conseguiram. – (Veja, 03/11/2004, p. 83)

4.1.4. Reduplicação

A reduplicação é um processo de formação de palavras pouco produtivo na língua portuguesa contemporânea. Tal processo diz respeito ao procedimento morfológico em que se forma uma nova unidade lexical a partir da repetição de uma mesma base, como mostram os exemplos abaixo.

Válido na mesma chamada, para chamadas automáticas fixo-fixo (exceto a cobrar) originadas nos estados: RJ, MG, BA, SP, PR, SC, RS, DF, GO. – (Veja, 14/07/2004, p. 53)

Agora, reformar ficou muito mais simples, sem quebra-quebra, sem sujeira, sem barulho. – (Veja, 22/12/2004, p. 76)

4.1.5. Formação sintagmática

As formações sintagmáticas, muito freqüentes na terminologia técnica e científica, revelam-se bastante produtivas também na linguagem publicitária.

A formação sintagmática é produzida por uma seqüência lexical, cuja união dos membros é de natureza sintática e

semântica, de forma a constituírem, com certo grau de fixidez, uma única unidade lexical. Por se achar em fase de lexicalização, a formação sintagmática geralmente não é apresentada com hífen, e a ordem dos elementos constituintes é sempre a mesma: determinado seguido de determinante.

Com caráter denominativo, a estrutura desses itens léxicos sintagmáticos, nos exemplos abaixo, apresenta-se caracterizada pela cristalização de sintagmas nominais.

O único do segmento com computador de bordo de série, e uma série especial, o Peugeot 206. – (Veja, 07/07/2004, p. 62)

Civic. Novas rodas de liga leve. – (Veja, 07/07/2004, p. 10)

Consulte seu agente de viagens e-TAM ou ligue para a central de atendimento: Grande São Paulo. – (Veja, 24/11/2004, p. 18)

Você liga para o portal de voz 31, se diverte e ainda concorre a duas vagas no Big Brother. – (Veja, 24/11/2004, p. 71)

Loja virtual: www.mmartan.com.br. – (Veja, 25/08/2004, p. 77)

Sensor de chuva e espelho retrovisor com ajuste automático de luminosidade. – (Veja, 15/09/2004, p. 70)

4.1.6. Siglas

As siglas constituem unidades léxicas com funcionamento normal, como as palavras comuns, no sistema lingüístico. Elas se formam, geralmente, pelos grafemas ou pelas sílabas iniciais de um conjunto sintagmático. Nos exemplos a seguir, todas as siglas coletadas são formadas a partir das iniciais das bases compostas, e se dividem entre estrangeirismos (**KBPS**, **GSM**, **i-DSI**) e construções vernáculas (**TAC**, **SAC**).

Uma tecnologia para transmissão de dados com uma velocidade que pode chegar até 200 **Kbps**, a taxa mais alta do mercado, em **GSM**. – (Veja, 14/07/2004, p. 37)

Motor Honda **i-DSI** (Intelligent Dual Sequential Ignition). – (Veja, 06/10/2004, p.20)

Taxa de abertura de crédito (TAC) não inclusa. – (Veja, 11/08/2004, p. 04)

SAC Renault: 0800555615. – (Veja, 07/07/2004, p. 05)

4.1.7. Estrangeirismos

A presença de estrangeirismos lexicais no português brasileiro é uma realidade hoje atestada nas linguagens técnica-científica, jornalística e publicitária, entre outras. Um índice majoritário desses estrangeirismos provém indubitavelmente da língua inglesa, como se vê abaixo.

Minutos locais gastos em roaming nacional na rede TIM GSM. – (Veja, 07/07/2004, p. 25)

Faça já um test drive e sinta essa nova sensação! – (Veja, 28/07/2004, p. 53)

Tela de cristal líquido wide screen 16:9 – formato de cinema. – (Veja, 14/07/2004, p. 13)

Late check out até às 18 horas. Ouro Minas Palace Hotel. – (Veja, 03/11/2004, p. 27)

4.1.8. Neologismos semânticos

Os neologismos formados por extensão semântica revelam-se pouco produtivos quando comparados com as criações formais. O exemplos a seguir constituem itens léxicos usados amplamente na variedade popular e, certamente por isso, presentes na linguagem da publicidade.

Skol. Todo mundo pede do seu próprio jeito. O mala... – (Veja, 01/09/2004, p. 04)

A promoção é dez, o juro é zero. – (Veja, 10/11/2004, p. 10)

Dos locais mais sofisticados às aventuras mais iradas. – (Veja, 13/10/2004, p. 111)

A gente não quer colocar você no paredão, mas é melhor ligar agora. – (Veja, 15/12/2004, p. 92)

Outros processos existem que não estão aqui citados por se desejar mencionar apenas os mais produtivos.

Os neologismos encontrados em textos publicitários impressos ou em textos jornalísticos apresentam-se, basicamente, sob dois aspectos. Um diz respeito à necessidade de exprimir conceitos ou nomear realidades novas (produtos, serviços, objetos, idéias); o outro é uma criação neológica estilística, motivada pela busca de maior expressividade do discurso. Os primeiros são neologismos com grande chance de fixação no sistema lingüístico, ao passo que os segundos são neologismos estilísticos, por vezes existindo só ao nível do discurso, não passando geralmente de formações efêmeras, entrando muito raramente no sistema da língua. Este tipo de neologismo, também muito comum no discurso humorístico, em manchetes jornalísticas e no noticiário político, aparece na linguagem publicitária como nos seguintes exemplos, em que a base inicial é a redução do nome da marca do produto (Motorola):

Motonatal com superdescontos: 10x sem juros e aparelho grátis. – (Veja, 18/12/2002, encarte)

Motopromoção na Oi. – (Veja, 18/12/2002, encarte)

5. Considerações finais

Como os neologismos na língua em uso são, num primeiro momento, unidades do discurso, só o tempo dirá quais as formações assumirão caráter permanente e estável, entrando definitivamente no sistema da língua. Em geral, incorporam-se ao conjunto lexical de uma língua aquelas formações que resultam de uma necessidade do sistema lingüístico, como é o caso dos neologismos de caráter denominativo.

Não é difícil perceber, à primeira vista, que a linguagem publicitária se erige sobre a variedade popular da língua, entretanto, não se pode afirmar que o público receptor dos textos publicitários seja socialmente homogêneo. Dada a sua abrangência, a linguagem publicitária dispõe de um poder de alcance de difícil mensuração. Considerando que a publicidade

impressa é, no Brasil, distribuída por vários veículos de comunicação escrita (jornais e revistas noticiosas, revistas de generalidades, revistas especializadas, impressos volantes etc.), importa reconhecer que os destinatários da publicidade variam à medida que variam os produtos, serviços, marcas comerciais e, principalmente, o veículo do texto publicitário. Quem se aproxima, atualmente, de uma banca de revistas encontra um mundo de publicações direcionadas a quase todos os segmentos sociais, abarcando assim um amplo e variado público. Ocorre que essas publicações veiculam textos publicitários que também atingem esse público amplo e variado. Dessa forma, o perfil do público receptor dos textos publicitários é socialmente heterogêneo.

A observação dos neologismos na publicidade impressa permite-nos ver ainda a dimensão social da língua por um espectro amplo a recobrir unidades lexicais pertencentes a vários domínios do conhecimento. Como os textos publicitários procuram divulgar todos os tipos de produtos comerciais, isto é, produtos relacionados com diversas áreas de especialidade, é muito freqüente a ocorrência de unidades lexicais de especialidade ao lado de unidades do léxico comum. Com isso, muitos dos neologismos apresentados aqui fazem parte de áreas de especialidade como informática, moda, mecânica automobilística, telefonia etc.

A linguagem publicitária revela-se, portanto, um meio bastante eficaz pelo qual muitas palavras novas entram na língua. Daí a necessidade de proceder à classificação tipológica dessas unidades neológicas. Esta tarefa é especialmente importante porque uma correta classificação permite-nos inferir quais são os procedimentos mais comuns que o sistema lingüístico utiliza para renovar seu léxico e, no que concerne à dimensão social da língua, permite-nos identificar os vários domínios do conhecimento que contribuem para a inovação lexical no português do Brasil.

Referências Bibliográficas

ALVES, I. M. "A integração dos neologismos por empréstimo ao léxico português". *Alfa*. (UNESP), v. 28, suppl., 1984, 119-126.

_____. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, série Princípios, 1990.

_____. *Um estudo sobre a neologia lexical: os microssistemas prefixais do português contemporâneo*. Tese (Livre-Docência). São Paulo: USP, 2000.

BIDERMAN, M. T. C. Dicionários do português: da tradição à contemporaneidade. In: *Alfa*, v. 47, n. 1, p. 53-69, 2003

BOULANGER, J. C. "Problematique d'une methodologie de l'identification des neologismes en terminologie". In: *Neologie et lexicologie*. Paris: Larousse, 1979.

_____. «L'évolution du concept de neologie de la linguistique aux industries de la langue». In: SCHAETZEN, C. de. *Terminologie diachronique*. Paris: Conseil International de la langue française, 1989, 193-211.

CABRÉ, M. T. *La terminologia. Teoria, metodologia, aplicaciones*. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

CARVALHO, N. de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

FERRAZ, A. P. "A perspectiva diatópica na variação do português do Brasil". *Maestria*, v. 3 p. 53-70, 2005.

FERREIRA, Aurélio B. H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev./aum., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MICHAELIS. *Dicionário Michaelis da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: DTS Software Brasil Ltda, versão eletrônica, 1998.

REY, Alain. "Néologisme: um pseudoconcept?" *Cahiers de Lexicologie*, n. 28, p. 3-177, 1976.

RIO-TORTO, G. M. *Formação de Palavras em Português. Aspectos da Construção de Avaliativos*. Tese (Doutoramento em Lingüística Portuguesa), Coimbra: Universidade de Coimbra, 1993.

SANDMANN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor- Ícone, 1989.

XU, Zhenhua. *Le néologisme et ses implications sociales*. Paris: L'Harmattan, 2001, (collection Logiques sociales).

Neologismo: evolucionismo e criacionismo lingüísticos

Humberto Mendes

Mestrando na Faculdade de Letras – UFMG

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Faculdade de Letras – UFMG

Resumo: Este artículo aborda el tema de los neologismos en la lengua portuguesa, incluyendo los procesos de formación de nuevas unidades lexicales, contextualizando, de manera sucinta, la presencia de la influencia lexical de otras lenguas en Brasil.

Palabras-clave: neologismo, lexicología, informática.

Considerações Iniciais

O Evolucionismo e o Criacionismo, originalmente tratados pela História Natural, são defendidos em posições opostas, um ao outro. O primeiro defende a evolução das espécies como um processo natural, segundo as idéias de Charles Darwin, enquanto o segundo afirma ser a vida uma criação de Deus, conforme está descrito no livro do Gênesis, na Bíblia. Não é intenção de este texto polemizar assunto já tão debatido, primeiramente porque o objeto de estudo aqui presente é a língua, mais especificamente o léxico; e em segundo lugar, porque o ponto final caberá neste parágrafo, mas não nessa discussão.

Os termos são utilizados “de empréstimo” neste trabalho em virtude de uma constatação de pertinência, uma vez que os neologismos se apresentam à língua ou por um “evolucionismo” ou por um “criacionismo”.

Os neologismos, que são novas unidades léxicas (orais ou grafadas) de uma língua, segundo Alves (apud ROCHA, 1999, p.99), “pode[m] ser formado[s] por mecanismos oriundos da própria língua, os processos autóctones, ou por itens léxicos provenientes de outros sistemas lingüísticos.” No caso de processos autóctones, são criados através de processos de composição, derivação ou onomatopéia. Já aqueles oriundos de outra língua são normalmente nacionalizados através de acomodação gráfica e/ou fonética.

É importante destacar que a posição social é um fator determinante para a incorporação de um neologismo, assim como o valor do discurso. Exemplo disso é *imexível*, do ex-ministro Magri. Quando foi proferido pelo então ministro, no final da década de 1980, repercutiu nacionalmente em virtude de *imexível* não ser uma construção cristalizada da língua (do ponto de vista morfossintático, estava corretamente construído, atendendo às

regras da língua). Em 2002, o então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao ser questionado sobre determinado assunto disse: “Como diria o Magri: isso é *irrespondível!*”

A incorporação de novas unidades lexicais é um processo que sempre esteve presente no desenvolvimento das línguas, às vezes de forma mais nítida e contundente. Analisando os estrangeirismos – as construções “importadas de outro idioma” – na situação do Brasil, pode-se citar um movimento considerável que se fez notar nos finais do século XVIII e se estendeu até início do século XX, com o galicismo (a própria criação de uma unidade léxica para caracterizar a utilização de termos franceses é uma prova dessa influência).

Os ideais iluministas propagados pelos movimentos revolucionários franceses alcançaram grande parte do globo, promovendo a língua e a cultura francesas. Em vista disso, o francês tornou-se, à época, a língua de altas classes sociais. Os reflexos foram facilmente vistos no século XIX, quer na literatura brasileira de Machado de Assis quer na russa de Tolstoi.

Nem piano nem francês, – outra lacuna, que Sofia mal podia desculpar. Dona Maria Augusta não compreendia a consternação da sobrinha. Para que francês? A sobrinha dizia-lhe que era indispensável para conversar, para ir às lojas, para ler um romance ... (MACHADO, 1997, p.67)

No início do século XX, em função de novos quadros geopolíticos, a língua francesa cedeu lugar à língua inglesa – iniciando um novo movimento de importação lingüística –, mas não se retirando definitivamente para o limbo.

– Basta. Conheço ás sobejas a escolástica da epoca, a “evolução” darwinica, os vocabulos macaco, pitecofonemas que “evolveram”, perderam o pelo e se vestem hoje á moda de França, com vidro no olho. Por amor a Frei Luis, que ali daquela costaneira escandalizado nos ouve, não remanche o amigo na esquipatica sesquipedalice. (LOBATO, 1985, p.82¹)

¹ Grafia mantida conforme o original.

Monteiro Lobato era contrário à reforma ortográfica que havia reformulado o léxico da língua portuguesa em 1943. Além disso, acreditava que acentos ortográficos eram retrocesso: “É o horror que eu tenho à imbecilidade humana sob qualquer forma que se apresente. Há uma lei natural que orienta a evolução de todas as línguas: a lei do menor esforço”. (Lobato, 1985, prefácio) E cita a língua inglesa, dizendo que sem acentos ela se tornou a maior das línguas.

O desenvolvimento da indústria americana (de produtos ou de entretenimento), no século XX, possibilitou que a língua inglesa percorresse os mesmos caminhos que a língua francesa fizera séculos antes. Com o desenvolvimento da informática doméstica (computadores pessoais – PC) e a incorporação de tecnologia nos mais diversificados produtos, pode-se dizer hoje que língua inglesa é uma língua franca, ou seja, “um língua de intercurso falada entre indivíduos de diferentes origens lingüísticas, sejam falantes nativos ou não dessa língua”. (Vaz Leão, 1997, p.18)

Em 1999, o então deputado federal Aldo Rebelo redigiu um projeto de Lei (1676/1999) que visava combater as invasões lingüísticas, promovendo a proteção e o uso da língua portuguesa. Não foi suficientemente clara a definição de língua dada pelo deputado, tampouco objetivas as ações para que o postulado se efetivasse. Concretamente, pouco se alterou.

É verdade que para uma parte da população brasileira é “chique” usar palavras e expressões estrangeiras, assim como alguns comerciantes acreditam que terão as vendas alavancadas ou estarão conferindo maior credibilidade e tecnologia para seus produtos com o uso de estrangeirismos.

Seria mais eficaz, conforme afirma Alves (1998, p.29), que fosse feito no Brasil a “implantação de uma política de planejamento neológico, que estabeleça os princípios que garantam à língua portuguesa, na variante brasileira, sua vitalidade criativa própria.”

Aspectos Pragmáticos

Nesta segunda parte, ver-se-á através da análise de algumas unidades léxicas como os neologismos são formados e usados na língua portuguesa do Brasil.

Característica marcante nas criações recentes de palavras que terminam com o sufixo *-eiro* é o aspecto coloquial e pejorativo. Nota-se que há formações antigas na língua como *oleiro*, *petroleiro*, *marceneiro* e *sapateiro*, entre outras, que apresentam um aspecto neutro, sem rotular o agente. Em compensação, formações recentes da língua terminadas em *-eiro* apresentam uma característica coloquial ou pejorativa, como é o caso de *faficheiro* (denominação do estudante da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG), *pagodeiro*, *muambeiro*, *toreiro* (denominação do camelô não-autorizado pela prefeitura em Belo Horizonte), *doleiro*, etc. Neologismos que apresentem aspecto neutro são normalmente formados por *-ista*, como *cadista* (profissional de AutoCad) e *vitrinista*.

Ainda com o sufixo *-eiro*, há construções que só são utilizadas em sentido marcadamente pejorativo ou marginal (aqui no sentido literal de à margem). São casos como *farinheiro*, *grileiro* e *perueiro* por exemplo.

Algumas palavras surgem através da reapropriação de significados, como no caso de *grafite*. O primeiro significado está relacionado à formação de átomos de carbono utilizados na escrita; um segundo significado seria para os desenhos feitos, em geral, em muros e paredes e utilizando-se de *sprays*. A forma gráfica pode ser *grafiti* ou *grafite*, mas independentemente da forma o agente é o grafiteiro e, o que ele faz é grafitar. A partir de um substantivo, criou-se um adjetivo ou substantivo e um verbo, corroborando o postulado por Alves (1998, p.28) que afirma que o neologismo "deve ser capaz de constituir derivados". Interessante observar que *spray* não é uma unidade grafada segundo a língua portuguesa, ainda que esteja incorporada ao cotidiano nacional há considerável tempo, não tendo sido encontrada dicionarizada em versão aporuguesada: *esprei, por exemplo.

Algumas palavras de língua inglesa, em áreas como a informática e a administração mais especificamente, estão tão incorporadas ao jargão profissional que já sofrem processos morfológicos de derivação sufixal e prefixal, característicos de língua portuguesa. Esses campos lingüísticos específicos de uma subárea particular recebem o nome de *tecnoletos*.

O *Winzip* é um programa (*software*) de compactação de dados (percebe-se que já em língua inglesa existe um processo na formação deste termo: *Win[dows]+zip*). A utilização de o *Winzip*, como exemplo, se deve ao fato de ele ser, talvez, o mais conhecido compactador de dados, ainda que exista uma infinidade de programas para esse fim e grande parte deles carregue “zip” no nome. A utilização desses programas de compactação gerou o adjetivo *zipado*, que se refere ao arquivo já compactado. A aférese ocorrida de *winzipado* para *zipado* pode ser explicada pela existência de outros programas de compactação, que normalmente são compatíveis entre si, ou seja, permitem a compactação e a descompactação de arquivos gerados em outros programas.

Fenômeno interessante, ainda, é o ocorrido com o verbo *atachar*. Também um estrangeirismo da área de informática (do inglês *to attach* = anexar), o verbo foi originalmente incorporado, mas foi perdendo espaço de utilização gradativamente. Usado normalmente para a anexação de arquivos a correios eletrônicos, o verbo *atachar* foi cedendo lugar ao similar de língua portuguesa, anexar. Seria necessária uma pesquisa maior para se estudar o caso, mas inicialmente percebe-se que o termo importado se assemelha ao nacional (número de sílabas, conjugação verbal, construção de derivados), o que pode explicar a preferência pelo vocábulo em língua portuguesa.

Segundo ROCHA (1999, p.169), “a derivação parassintética é um processo de formação de palavras que consiste na criação de uma nova palavra pelo acréscimo simultâneo de um prefixo e um sufixo a uma base”. Assim, tem-se *debugar* como um exemplo de derivação parassintética, dentro do tecnoleto de informática, porém é preciso explicar a origem de *bug*, uma vez que não se trata de uma unidade léxica de língua portuguesa.

Na passagem do ano 1999 para 2000, o mundo foi assolado pelo *Bug do Milênio*, um produto da era digital, no qual os computadores não aceitariam a mudança de data (de 1999 para 2000). O tempo se encarregou de mostrar que pouco ou nada aconteceu, mas o *Bug* movimentou altas quantias de dinheiro e o termo se incorporou à área, sendo morfologicamente processado. Recebeu o prefixo *-de* e o sufixo verbal *-ar* e criou-se o verbo *debugar*, que é ação de localizar e identificar bugs (defeitos ou problemas).

Observam-se que vários verbos foram criados com o advento da informática, tais como: *logar*, *printar*, *resetar*, *escanear*, *becapear*, *butar*, etc., e que todos eles são pertencentes à primeira conjugação. Isso se deve ao fato de ser a primeira conjugação a mais produtiva em língua portuguesa.

Um fato importante da construção de neologismos em língua portuguesa é que, se flexionados no aumentativo, terão o plural terminado em *-ões*; as formas *-ães* ou *-ãos* são renegadas em virtude da facilidade e da comodidade fonética.

Constatam-se que algumas palavras recentes limitam-se ao uso oral, mesmo que sejam faladas em praticamente todo o país. Isso se deve ao fato de serem classificadas como gíriáticas; é o caso de *popozuda*. Apresentadas como maior força pelo movimento *funk*, as *popozudas* e os *popozões* ganharam as rádios, os programas de auditório (em TV's) e o gosto de uma parcela significativa da sociedade. Uma explicação exata para o surgimento de *popozuda* precisaria ser estudada a fundo, mas carrega a palavra uma grande chance de ser procedente de um fenômeno onomatopéico.

Vêm-se também palavras que, originárias do latim, reaparecem na terminologia da Informática. É o caso de *index* (o mesmo do *Index Librorum Proibitorum*, a lista de livros proibidos pela Igreja Católica durante a Inquisição), que surge hoje como o verbo *indexar* (organizar, colocar índices); também o caso de *delect*, hoje *deletar*, verbo que expressa a idéia de apagar, remover.

Considerações

A língua é um organismo que “simplesmente muda ... nem para o bem nem para o mal”. (Faraco, 2001, p.8) O melhor caminho

para se evitar uma enxurrada de estrangeirismos, se eles incomodam tanto, é investir em educação e criar condições para que a população passe a conhecer, de maneira agradável, seu léxico e a forma de melhor utilizá-lo. É preciso parar de se tentar uma solução calando o estrangeiro; necessário é fazer falar o nacional, disponibilizando-se condições socioculturais para isso.

Referências Bibliográficas

ALVES, Ieda Maria. Neologia e tecnoletos. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). *As ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998. p.23-29.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Editora Klick, 1997.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça (Org.). *As ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. v.2. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

LOBATO, Monteiro. *A Negrinha*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (Org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP / Pontes, 2002.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VAZ LEÃO, Ângela. A Língua Portuguesa Hoje. A Lusofonia: Usos e Lugares. In: PEREIRA, Maria Tereza G. (Org.). *Língua e Linguagem em Questão*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997. p.17-26.

O conhecimento da língua brasileira e de sua história, que se intensifica no Brasil nos últimos anos, é acrescido com esta publicação. Com esta contribuição, a FALE /UFMG, através do GruMEL, inaugura nova frente de trabalhos, inova e renova os estudos lexicais. ■

*Maria Antonieta Amarante de
Mendonça Cohen*

Profa. Titular de Filologia Românica
Faculdade de Letras/UFMG

KJIHG FEDCB ABCDEFGHIJK
FALE . UFMG
KJIHG FEDCB ABCDEFGHIJK

ISBN 85-87470-99-X



O Léxico em Estudo

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (org.)